

ECONOMIA GLOBAL:

MERCADOS, POLÍTICAS
E ESTRATÉGIAS 2

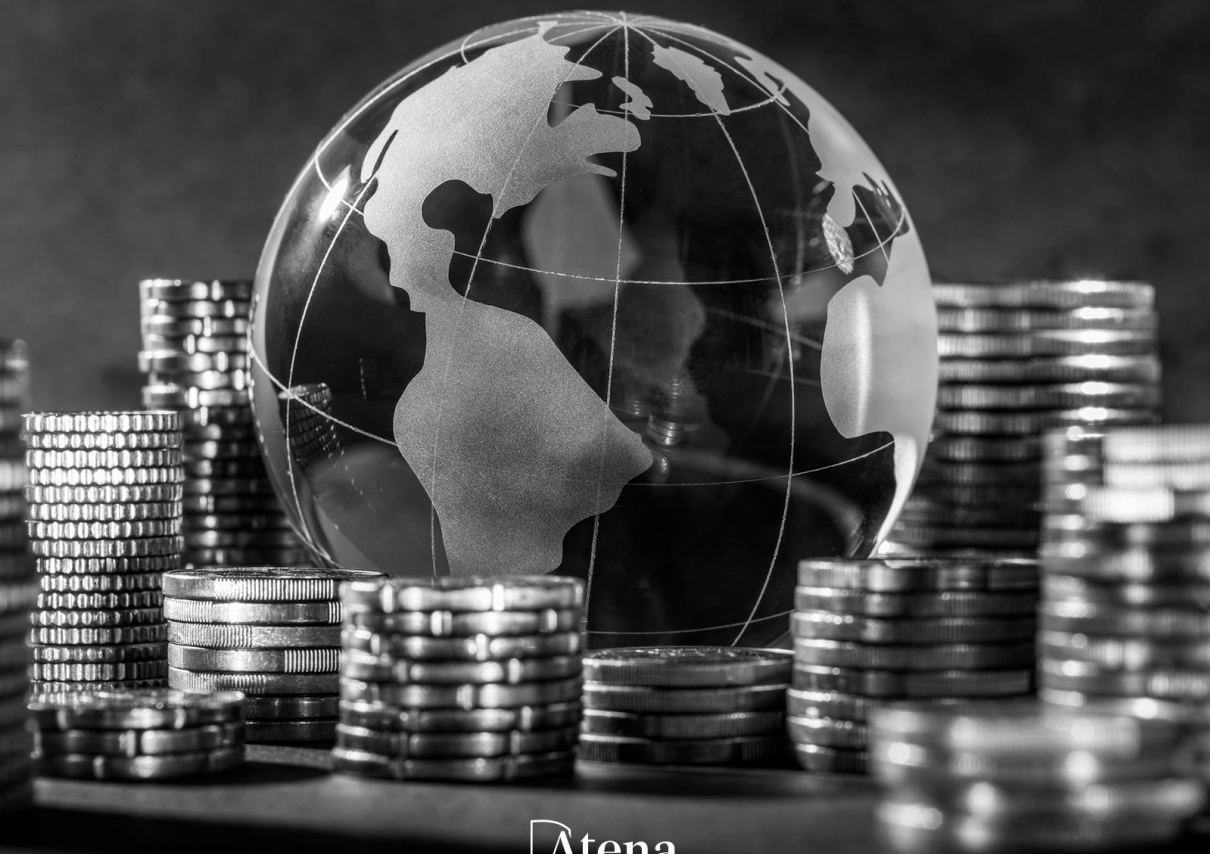
LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)



ECONOMIA GLOBAL:

MERCADOS, POLÍTICAS
E ESTRATÉGIAS 2

LUAN VINICIUS BERNARDELLI
(ORGANIZADOR)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes
 Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do
 Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-
 Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Economia global: mercados, políticas e estratégias 2

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Luan Vinicius Bernardelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E19	<p>Economia global: mercados, políticas e estratégias 2 / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2346-1 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.461240703</p> <p>1. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 330</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A segunda edição do livro “Economia Global: Mercados, Políticas e Estratégias 2” é construída por cinco capítulos, com o objetivo central de enriquecer o diálogo acadêmico nesta área. O propósito desta obra é fornecer uma categorização de estudos conduzidos em diversas instituições acadêmicas, abordando elementos pertinentes à economia global, com ênfase nas interações entre mercados, políticas e estratégias.

Os tópicos abordados nesta obra visam estabelecer uma base sólida para o avanço do conhecimento científico, destinado a todos os leitores interessados na temática. Os trabalhos apresentados se dedicam à análise detalhada de diferentes facetas da economia global, levando em consideração os desenvolvimentos nos mercados. Os cinco capítulos exploram questões econômicas locais, oferecendo uma compreensão ampla dos desafios e oportunidades que caracterizam a economia global. Partindo da importância da economia circular na redução do desperdício até análises do mercado de trabalho formal no setor da saúde, este livro reúne uma coleção de contribuições significativas para a literatura científica.

A estrutura desta obra não se baseia em uma única temática, mas sim em uma variedade de tópicos e abordagens metodológicas. Através destes cinco capítulos, o leitor terá a oportunidade de explorar discussões sobre a economia global, seus mercados, políticas e estratégias.


A existência deste livro que reúne estes cinco estudos possibilita uma reflexão abrangente sobre o tema em pauta, que é de interesse direto da sociedade. Dessa forma, o livro “Economia Global: Mercados, Políticas e Estratégias 2” apresenta trabalhos embasados em resultados práticos obtidos por estudantes, professores e profissionais, os quais são apresentados de maneira concisa e didática. Dada a importância da divulgação do conhecimento científico, a Editora Atena, por meio deste trabalho, contribui para o avanço do saber, apoiando a comunidade científica na disseminação de suas descobertas e resultados.

Luan Vinicius Bernardelli

CAPÍTULO 1 1**A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR PARA O COMBATE AO DESPERDÍCIO ALIMENTAR NO AMAZONAS (2019-2022)**

Michele Lins Aracaty e Silva

Nerine Lúcia Alves de Carvalho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4612407031>**CAPÍTULO 222****CAPITAL SOCIAL E O DESEMPENHO INSTITUCIONAL NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: UM ESTUDO COM O COMITÉ DE BACIA HIDROGRÁFICA RIO SEPOTUBA - MATO GROSSO/BRASIL**

Graziele Oliveira Aragão Servilha

Alexandro Rodrigues Ribeiro


Felipe Resende Oliveira

Josiane Silva Costa dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4612407032>**CAPÍTULO 347****ESTUDO DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CURTO PRAZO EM MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS VAREJISTAS DE CLÁUDIO**


Júlio César Amorim Castro

Valdilene Gonçalves Machado Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4612407033>**CAPÍTULO 468****MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO SETOR SAÚDE EM TERESINA NO PERÍODO 2007 – 2016**

Elane da Cruz Rodrigues

Edivane de Sousa Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4612407034>**CAPÍTULO 580****ESTUDIO DE LA POBREZA EN LOS MUNICIPIOS DEL ESTADO DE CAMPECHE, MÉXICO**

Carlos Alberto Pérez Canul


Charlotte Monserrat Llanes Chiquini

Amor Alondra Quintal González

Roger Manuel Patrón Cortés

Thania del Carmen Tuyub Ovalle

Cindy Janette Gómez Rosado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4612407035>**SOBRE O ORGANIZADOR88****ÍNDICE REMISSIVO89**

A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA CIRCULAR PARA O COMBATE AO DESPERDÍCIO ALIMENTAR NO AMAZONAS (2019-2022)

Data de aceite: 01/03/2024

Michele Lins Aracaty e Silva

(UFAM)

Manaus-AM

<http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>

<https://orcid.org/0000-0002-8939-3220>

Nerine Lúcia Alves de Carvalho

(UFAM)

Manaus- AM

<http://lattes.cnpq.br/6631204639385569>

<https://orcid.org/0009-0004-1874-6713>

RESUMO: O desperdício de alimentos constitui numa realidade que se agrava quando observamos que parte do que vai para o lixo poderia alimentar um quantitativo expressivo de pessoas em situação de insegurança alimentar, situação essa que compromete a sustentabilidade. No caso do Brasil, os contrastes são evidentes, temos um país de referência na produção de alimentos, que desperdiça 30% da produção ao longo da cadeia e uma população que passa fome. Nesse contexto, surge a economia circular que se propõe a redefinir a cadeia produtiva circular, onde o que antes era um resíduo possa ser aproveitado. No caso dos alimentos, o aproveitamento deve ser integral e as adaptações devem ocorrer

em toda a cadeia produtiva com alimentos em condições nutricionais adequadas. Para tanto, temos como objetivo levantar as práticas de EC adotadas pelo governo do Amazonas no que tange às ações de combate ao desperdício de alimentos nas principais feiras de Manaus. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, bibliográfica e documental com análise de conteúdo com base no programa estadual de combate e prevenção ao desperdício e à perda de alimentos, implementado em 2019 que já arrecadou 750.000 kg de alimentos, beneficiando cerca de 26,5 mil pessoas/mês e conta com mais de 800 instituições cadastradas para o recebimento dos alimentos recolhidas nas principais feiras da capital amazonense nos 4 anos de vigência (2019-2022).

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Economia Circular. Desperdício de Alimentos. Programa de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimentos

THE CONTRIBUTION OF THE CIRCULAR ECONOMY TO COMBAT FOOD WASTE IN THE AMAZON (2019-2020)

ABSTRACT: Food waste is a reality that gets worse when we observe that part of what goes to waste could feed a significant number of people in a situation of food insecurity, a situation that compromises sustainability. In the case of Brazil, the contrasts are evident, we have a reference country in food production, which wastes 30% of production throughout the chain and a population that goes hungry. In this context, the circular economy emerges, which aims to redefine the circular production chain, where what was previously waste can be used. In the case of food, use must be complete and adaptations must occur throughout the production chain with food in adequate nutritional conditions. To this end, we aim to survey the CE practices adopted by the government of Amazonas regarding actions to combat food waste in the main markets in Manaus. This is qualitative, exploratory and descriptive, bibliographic and documentary research with content analysis based on the state program to combat and prevent food waste and loss, implemented in 2019, which has already collected 750,000 kg of food, benefiting approximately 26.5 thousand people/month and has more than 800 institutions registered to receive food collected at the main fairs in the capital of Amazonas over the 4 years of validity (2019-2022).

KEYWORDS: Sustainability. Circular Economy. Food Waste. Program to Combat and Prevent Food Waste and Loss

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) constitui numa agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) que lidera os esforços internacionais para combater a fome no mundo tendo como objetivo e grande desafio de alcançar a segurança alimentar para todos, garantindo que as pessoas tenham acesso regular a alimentos de alta qualidade e em quantidade suficiente para uma vida ativa e saudável. Sua atuação abrange mais de 130 países em todos os continentes e conta com 194 nações membros.

Estimativas recentes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) alertam que anualmente 1,3 bilhão de toneladas de comida são desperdiçadas ou se perdem ao longo da cadeia produtiva de alimentos. No Brasil, este volume equivale a 30% o suficiente para alimentar 2 bilhões de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar. Tal situação coloca o Brasil na lista dos dez países que mais desperdiçam alimentos no mundo com 41 mil toneladas indo para o lixo todos os dias.

Por conseguinte, no caso brasileiro, discutir acerca do desperdício de alimentos nos remete ao compromisso firmado e estabelecido na Agenda 2030, ODS 12, meta nº3, que foca em reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita, estratégias para estabelecer marco regulatório para a redução do desperdício de alimentos no Brasil e a criação de um índice global de perdas de alimentos.

Ainda para a FAO, quando as previsões comparam população x produção x desperdício de alimentos, alerta que conseguiremos superar a fome no mundo se houver um esforço conjunto para reduzir o desperdício de alimentos.

Neste cenário desafiador surge a possibilidade de fazer uso das ferramentas e práticas da Economia Circular com foco na construção de um sistema alimentar de forma que os alimentos nunca cheguem à condição de resíduos, ou seja, sejam reaproveitados ou reutilizados sem que cheguem ao fim da cadeia.

O circuito gerado pela Economia Circular garante um sistema alimentar não gerador de resíduos. Dessa forma, o desperdício de alimentos é evitado, o excedente é distribuído para as pessoas que precisam, e os coprodutos não comestíveis e dejetos humanos tornam-se insumos para novos produtos.

A edição de 2022 do relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World* (Sofi), alerta que o número de pessoas afetadas pela fome no mundo subiu para cerca de 828 milhões de pessoas em 2021 em relação a 2020, um acréscimo de 46 milhões em um ano. Esta realidade, distancia ainda mais o mundo da meta proposta pela Agenda 2030 de combater a fome, a insegurança alimentar e a má alimentação no mundo.

Se realizarmos uma análise regional brasileira, constataremos que a Região Norte do país é a mais afetada pela insegurança alimentar com 71,6% da população. Além disso, 25,7% dos nortistas encontram-se em situação de insegurança alimentar grave, bem acima da média nacional que é de 15,5% e muito distante dos dados registrados para a Região Sul do país, de 9,9%.

Acerca do estado do Amazonas, segundo o IBGE de 2017/ 2018, 62,5% da população do Amazonas encontrava-se em insegurança alimentar e nutricional nos níveis leve a grave. A pandemia de Covid-19 agravou ainda mais o quadro de vulnerabilidade social e econômica. Os números mais recentes apontam que um em cada cinco manauara encontra-se em situação de miséria, totalizando 445 mil pessoas.

Em meio ao cenário de desperdício de alimentos, fome, insegurança alimentar, miséria e vulnerabilidade social por que passa boa parte da população manauara surge a seguinte indagação: Como as práticas de Economia Circular podem contribuir para reduzir o impacto do desperdício de alimentos nas feiras de Manaus sobre o meio ambiente, a economia e contribuir para combater a fome e insegurança alimentar? Acreditamos que através de ações coordenadas por parte dos *Stakeholders* podem contribuir para a destinação correta dos produtos desperdiçados no espaço das principais feiras da capital amazonense.

Dessa forma, temos como objetivo apresentar o panorama das ações implementadas pelo governo do Amazonas para o combate ao desperdício de alimentos nas principais feiras de Manaus.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, bibliográfica e documental com análise de conteúdo. Realizaremos um estudo acerca do Programa

Estadual de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimentos – PCODEPA/SEPROR e da proposta anunciada do lançamento de um Banco de Alimentos estadual que contará com o aporte financeiro de R\$ 1,5 milhão com a finalidade de combater o desperdício de alimento e garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Desde 2019, o programa tem beneficiado 6,5 pessoas/ mês, ao longo destes anos arrecadou 718.000 kg de alimentos e conta com instituições parceiras que auxiliam na distribuição dos alimentos à populacional mais vulnerável da capital do Amazonas.

Este texto foi aprovado e apresentado no XXV ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, realizado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, realizado nos dias 29 de novembro a 1 de dezembro de 2023.

Estruturalmente, este artigo está dividido da seguinte forma: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Análise e Discussão dos Resultados, Considerações Finais e por fim, as Referências que contribuíram para a construção do texto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sustentabilidade e conferências internacionais

Define-se Desenvolvimento Sustentável como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas necessidades (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

A discussão acerca da sustentabilidade ganha força com a publicação da obra de Rachel Carson “Primavera Silenciosa”, marco na consolidação do movimento ambientalista no mundo onde a autora traz à tona as atitudes do homem bem como o impacto da atividade econômica sobre o meio ambiente e a relação com a natureza e a sociedade (COSTA, 2019).

Na obra, a autora critica o uso desenfreado de pesticidas e suas consequências negativas nos ecossistemas e na fauna. Algumas adversidades, como dificuldades de procriação em aves e aumento em seu número de óbitos, foram atribuídas ao uso destes produtos.

Ao longo do texto, a autora chega a se referir aos pesticidas como “elixires da morte” pois, pela primeira vez na história, todos os seres humanos e animais estavam em contato com substâncias químicas perigosas, assim como demais elementos naturais, como lençóis freáticos e solos (CARSON, 1962, p. 15).

A discussão e a preocupação com as mudanças observadas na natureza bem como os impactos sobre a saúde e sociedade serviram de base para discussões globais que buscavam de forma coletiva uma alternativa para a redução dos problemas urgentes. Dessa forma, surgem os eventos internacionais oportunizando espaços para debates envolvendo economia, sociedade e meio ambiente.

O marco desta discussão foi o ano de 1972, Conhecida como a Conferência de Estocolmo. A Conferência das Nações Unidas – ONU realizou a primeira conferência sobre o meio ambiente humano: “United Nations Conference on the Human Environment”, que resultou nos seguintes documentos: “The Limits to Growth”, em 1972 e “Relatório Brundtland”, também conhecido como “Our common future”, em 1987 (SARTORI et al., 2014).

Já a Primeira Conferência Mundial do Clima (WCC-1), foi convocada em 1979 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), e ficou conhecida por reunir “especialistas em clima e humanidade”, uma vez que estes especialistas foram os responsáveis por analisar informações sobre clima, tópicos importantes e pesquisas sobre mudanças climáticas, contribuindo para a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

Foi somente em 1988 que tivemos a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC, oportunizando a avaliação científica sobre as mudanças climáticas, suas implicações e riscos potenciais no futuro. Desde a sua criação, o painel tem publicado relatórios anuais sobre mudanças climáticas e seus riscos, desafios, consequências e possíveis ações-resposta (BRASIL, 2017).

Outro marco relevante para a sustentabilidade foi a Eco-92 ou Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro que teve o propósito de discutir a degradação ambiental no mundo e o desenvolvimento sustentável. Como produto final, temos: a Carta da Terra, a Agenda 21, a Convenção sobre Biodiversidade, a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Desertificação (ONU, 1992).

A primeira Conferência das Partes - COP foi realizada em 1995 e tinha como foco o desenvolvimento de políticas relacionadas às mudanças climáticas para a redução das emissões de carbono. Inicialmente, o compromisso para a redução era sobre os maiores poluidores, ou seja, os países mais desenvolvidos. Ao longo de todas as COP's já realizadas, com um total de vinte sete edições, as discussões avançaram em muitas frentes, mas ainda temos muito a avançar em especial no que tange a colocar em práticas os compromissos firmados pelos países participantes.

No tema proposto, é preocupante as consequências com o desperdício alimentar, pois geram todo tipo de impactos ambientais como poluição da terra e dos recursos hídricos. O PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2022) estima que entre 8 a 10% das emissões de gases de efeito estufa estão diretamente relacionados aos alimentos que não são consumidos, contribuindo para as mudanças climáticas como seca e enchentes, o que resulta no comprometimento no rendimento dos cultivos, reduzem o valor nutricional dos alimentos, causam ruptura na cadeia de fornecimento e comprometem a segurança alimentar.

Economia circular: origem e definição

De acordo com a Fundação Ellen MacArthur (EMF), a Economia Circular consiste numa estrutura de soluções sistêmicas que enfrenta desafios globais como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, resíduos e poluição. Esta nova economia, tem como base três princípios fundamentais, orientados pelo design: eliminar resíduos e poluição, circular produtos e materiais (no seu valor mais alto) e regenerar a natureza (EMF, 2022).

De acordo com Ellen MacArthur Foundation (2017), a Economia Circular é um modelo que proporciona refletir as práticas econômicas da sociedade atual e que se inspira no funcionamento da própria Natureza. Este modelo é inerente à inovação e ao design de produtos e sistemas, onde a inclusão de desenvolvimento sustentável baseado no princípio de “fechar o ciclo de vida” dos produtos permite a redução no consumo de matérias-primas, energia e água.

A Economia Circular deriva de várias escolas de pensamento que explanam conceitos como reciclagem, ciclo de vida, reuso, reaproveitamento e regeneração, no centro dos debates a respeito da insustentabilidade da Economia Linear ou tradicional e dos indícios de que uma nova forma de pensar a economia. Para tanto, a Economia Circular representa uma nova alternativa ao paradigma econômico vigente (TORRES JR; PARINI, 2017; VEIGA, 2019; SEHNEM, 2019).

Segundo a EMF (2012), as principais escolas que participaram da construção do conceito de Economia Circular são: Design regenerativo; Economia de performance; Cradle-to-Cradle (do berço ao berço); Ecologia Industrial e Biomimética.

O termo Economia Circular aparece na literatura em diferentes áreas do conhecimento, sendo que cada área atribui a origem do conceito a um pesquisador em específico. Ademais, o princípio da economia circular aparece pela primeira vez em 1848, R.W. Hofman, primeiro presidente da Royal Society of Chemistry, diz que: Em uma fábrica de produtos químicos ideal, não há nenhum desperdício, mas apenas produtos. Quanto melhor uma fábrica real faz uso de seus resíduos, quanto mais se aproxima de seu ideal, maior é o lucro” (SEHNEM, 2019).

A Economia Circular sustenta-se pela transição para energias e materiais renováveis e dissocia a atividade econômica do consumo de recursos finitos. Trata-se de um sistema resiliente e positivo para as empresas, para as pessoas e para o meio ambiente (EMF, 2012).

A Economia Circular constitui num sistema regenerativo no qual a entrada de recursos e o desperdício, a emissão e o vazamento de energia são minimizados pela desaceleração, fechamento e estreitamento de *loops* de material e de energia (GEISSDOERFER et al., 2017).

Para Morsetto (2020), é um modelo econômico destinado ao uso eficiente de recurso por meio da minimização de resíduos, retenção de valor em longo prazo, redução

de recursos primários e ciclos fechados de produtos, peças e materiais dentro dos limites de proteção ambiental e de benefícios socioeconômicos.

House of Commons (2014), afirma que a Economia Circular trabalha para obter um ciclo contínuo, a partir de operações alimentadas não mais por meio da apropriação dos recursos naturais virgens, mas da recuperação dos recursos secundários, decorrentes do reuso ou reciclagem dos resíduos.

Sehnm e Pereira (2019), reiteram que o aproveitamento inteligente dos recursos já em processo produtivo possibilita um crescimento econômico independente do novas fontes de matérias-primas. A criação de sistemas de reparo, reuso ou remanufatura, além de uma reciclagem efetiva, permite que matérias-primas introduzidas em cadeias de produção mantenham ou mesmo aumentem seu valor.

A Economia Circular deve significar que, toda vez que houver uma injeção de nova demanda no fluxo circular de investimento ou consumo, provavelmente haverá um efeito multiplicador devido a essa injeção, levando a mais investimentos e mais criação de valor, gerando novos fluxos de receitas (TSENG et al., 2020).

A Figura 1, a seguir, demonstra o funcionamento da cadeia da Economia Circular restaurativa (Diagrama Sistêmico da Borboleta):

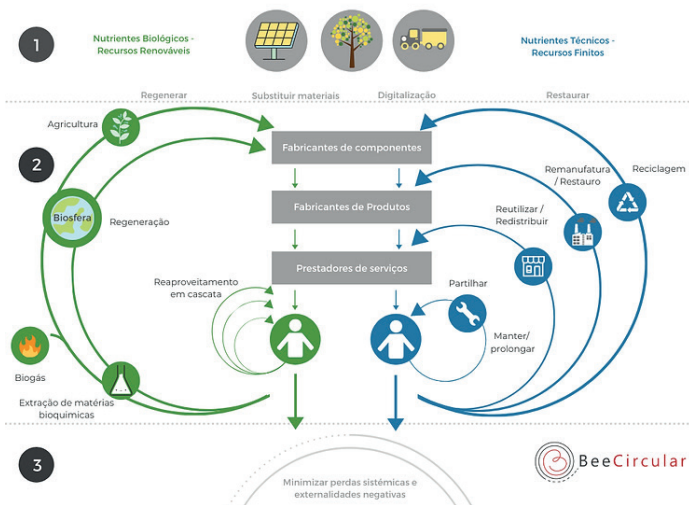


Figura 1: Funcionamento da Cadeia de Economia Circular Restaurativa

Fonte: Costa, (2021) apud EMF, (2021)

O diagrama Sistêmico de borboleta (*Butterfly Diagram*), reproduzida a partir do original desenvolvido pela Ellen MacArthur Foundation), teve como inspiração a publicação no livro *Cradle to Cradle* (C2C).

Segundo Costa (2021, p.2), os princípios orientadores para a transição circular são: “Preservar o capital natural”, promovendo uma utilização eficaz dos recursos finitos e equilibrando a utilização dos recursos renováveis (*Topo da Imagem*); Potenciar a utilidade dos produtos, componentes e materiais, mantendo-os a circular na Economia até ao limite da capacidade (*Meio da Imagem*) e Desenvolver sistemas eficazes que minimizem o volume de resíduos que terminam em aterro e as externalidades negativas (*Base da Imagem*).

Ainda para a autora (2021), no topo do diagrama, conseguimos verificar que há uma separação entre as matérias-primas renováveis, designadas por nutrientes biológicos e os materiais finitos ou nutrientes técnicos. Entre as principais características dos dois ciclos, destacamos: os nutrientes biológicos, para além de serem renováveis, têm a capacidade de se decomporem quando devolvidos à natureza (exemplos: madeira, papel, cortiça, algodão etc.); os nutrientes técnicos, para além de serem finitos, não se decompõem, razão pela qual o seu tempo de vida útil deve ser prolongando até ao limite da sua capacidade (exemplos: alumínio, ferro, plástico etc.).

A Economia Circular, com base num crescimento próspero e saudável proposto pelo modelo da rosquinha (economia donut), remete a necessidade de um urgente equilíbrio entre as fronteiras planetárias de recursos naturais e as lacunas e inequidades existentes nas bases sociais (RAWORTH, 2017).

Grande parte da população ainda não tem acesso aos recursos básicos da natureza como ar limpo, água e alimento saudável, enquanto por outro lado os limites planetários já estão ultrapassados no que se refere às mudanças climáticas, perda de biodiversidade, mudança do solo e fertilização (NASCIMENTO et al., 2021).

De acordo com Nascimento et al., (2021), as ações que visem aumentar a disponibilidade e facilitar o acesso a alimentos saudáveis se tornam importantes para a promoção segurança alimentar nutricional. Neste sentido, a Economia Circular dos Alimentos surge como uma abordagem alternativa de gestão do sistema alimentar, com objetivo de melhorar a eficiência do sistema de produção e consumo de alimentos, considerando a restauração e preservação da biodiversidade; o combate à crise climática; a melhoria da saúde humana e a reconexão das pessoas com os alimentos.

A transição para um sistema alimentar circular tem se apresentado como uma alternativa para o Século XXI, cuja ideia, no final do processo, é reciclar os produtos ou parte deles e reintegrá-los ao processo de produção ou ao mercado final, em substituição ao atual sistema linear que predomina principalmente em áreas urbanas que extrai recursos escassos e os incorpora em objetos de consumo, que depois são descartados. (PIRES e JESUS, 2018).

Um bom exemplo da Economia Circular é da Agência de Proteção do Ambiente dos EUA ao criar uma hierarquia de recuperação de alimentos (hra) com 6 níveis priorizando ações que podem reduzir o desperdício e podem ser realizadas por cidadãos e organizações: 1 nível diz respeito a redução dos resíduos alimentares, desde da produção ao consumidor

final; 2 nível refere-se ao reaproveitamento de alimentos que seriam descartados para o consumo humano; 3 nível reaproveitamento dos resíduos para consumo animal; 4 nível reciclagem industrial; 5 nível uso de compostagem que transforma matéria orgânica em húmus e pode ser feita por todos; e o 6 nível resíduos que não podem ser mais consumidos e nem utilizados para outros fins devem ser incinerados ou depositados em aterros sanitários (PIRES e JESUS, 2018).

Compromisso da Agenda 2030

A Agenda 2030 é um compromisso global que conta com a contribuição de todos os países membros para atingirmos até 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações. O pacto ou plano global foi aprovado em 2015 ao longo da Assembleia Geral da ONU, na cidade de Nova York, e teve a participação de 193 estados membros, estabelecendo um compromisso com base em 17 objetivos de desenvolvimento sustentáveis, em que se reconhece que uma área afetará os resultados em outras e que o desenvolvimento deve equilibrar a sustentabilidade social, econômica e ambiental (ONU, 2023). ainda, para alcançar estes objetivos a criatividade, know-how, tecnologia e recursos financeiros serão necessários (ONU, 2023)

O compromisso assumido envolve a adoção de medidas ousadas, abrangentes e essenciais para promover o Estado de Direito, os direitos humanos e a reponsabilidade das intuições públicas (ONU, 2015).

Reduzir a perda e desperdício de alimentos é fundamental para alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Tal compromisso atende aos seguintes ODS's: ODS 1 - Erradicação da Pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todo o lado”, o ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável e ODS 12 – Consumo e Produção Sustentável - “Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”.

Este acordo serve como base para que governos e instituições criem suas ações para o alcance destes objetivos.

Amazonas e seus contrastes

O Amazonas, maior estado da federação, com uma população de aproximadamente 4,2 milhões de habitantes (segundo IBGE), dividido em 62 municípios, geograficamente se localiza na floresta amazônica, área mais preservada e tem sua bacia hidrográfica como principal meio de transporte e distribuição. Sua economia está centrada nos setores secundário e terciário, principalmente no Polo Industrial de Manaus (PIM) e tem sua capital Manaus a principal concentração populacional do estado. Em sua região metropolitana conta com aproximadamente 2,7 milhões de habitantes, correspondendo a 64% da população de todo o estado.

O Polo Industrial de Manaus (PIM) é o maior polo industrial da região e um dos maiores da América Latina (SUFRAMA, 2019). Em sua fase atual, o modelo compreende o período de 2003 até hoje (quinta fase). Período este em que vigora a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que em suma visa alcançar uma produção mais eficiente, com indústrias mais modernas por meio do desenvolvimento tecnológico, a busca constante na expansão das exportações e a ampliação nos investimentos para a infraestrutura dos municípios que compõem a área de abrangência do modelo. É nesta quinta fase também que ocorre a prorrogação através da Emenda Constitucional nº83/ 2014 promulgada em 5 de agosto de 2014, expandindo os incentivos fiscais até o ano de 2073 (SUFRAMA, 2019).

De acordo com os Indicadores Industriais do PIM, o faturamento global registrado pelas empresas incentivadas do Polo Industrial de Manaus (PIM), em 2022 foi de R\$ 174,1 bilhões, 6,84% superior ao registrado em 2021. Em dólar, o faturamento em todo o ano passado alcançou US\$ 33,9 bilhões, o que representa crescimento de 12,53% em comparação com o resultado obtido em 2021 (US\$ 30,1 bilhões) (SUFRAMA, 2023).

O modelo encerrou o ano com a geração de 108.373 empregos (efetivos, temporários e terceirizados), com média mensal de 109.759 postos, 3,67% superior à média mensal do ano anterior. Desde outubro de 2020, o PIM mantém marca superior a 100 mil empregos diretos gerados em suas fábricas (2023).

Acerca das exportações, nos dozes meses do ano passado, as exportações do PIM totalizaram US\$ 583,63 milhões, o que representa incremento de 29,08% na comparação com o volume de vendas externas registrado em 2021 (US\$ 452,13 milhões) (SUFRAMA, 2023).

De acordo com Medeiros e Santos (2010), os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) apontam para um quadro merecedor de reflexões na Região Norte.

A balança comercial Amazonense (Corrente de Comércio) em fevereiro de 2022 registrou movimentações de US\$ 1.116,31 milhões, valor referente ao total de US\$ 62,31 milhões nas exportações e US\$ 1.053,99 milhões em importações. Na série comparativa dos meses de fevereiro para o período de quatro anos (2019 a 2022), o volume da relação comercial do Amazonas, foi superior em fevereiro de 2022 (SEDECTI, 2022).

Manaus, a capital amazonense, concentra o maior Produto Interno Bruto - PIB do estado do Amazonas. Com participação em 78,44 % do PIB do estado, a cidade se apresenta como o quinto maior PIB entre as capitais brasileiras, e o maior PIB entre as capitais da Região Norte.

Como vimos, a importância econômica do Polo Industrial de Manaus para o Estado do Amazonas e para a economia regional é inquestionável, e por se tratarem de segmentos de alta tecnologia, as empresas instaladas no PIM são exigidas no que tange à vultosos investimentos em inovação e tecnologia tendo como foco o dinamismo tecnológico de mercado e a 4ª revolução industrial ou indústria 4.0 de forma a garantir a competitividade,

a geração de emprego e renda bem como o abastecimento do mercado nacional e internacional com produtos de qualidade.

Quanto ao desemprego, de acordo com o IBGE (2022), 11,8% da população residente na capital do Amazonas encontra-se desempregada, tornando Manaus a 8ª capital do país no ranking do desemprego. A informalidade também é elevada, 57,1% da população economicamente ativa encontra-se na informalidade na capital do Amazonas.

No que tange ao Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, no ranking, com todos os 5.564 municípios do Brasil, a cidade do Amazonas mais bem colocada é Manaus, com 0,737 de IDH. Entre os cinquenta piores IDH's do país, nove estão no Amazonas: Tapauá, Maraã, Pauini, Santo Antônio do Içá, Santa Isabel do Rio Negro e Itamarati.

Em relação aos demais indicadores estaduais, segundo o IBGE (2017/2018), 62,5% da população do Amazonas encontrava-se em insegurança alimentar e nutricional em todos os níveis (leve, moderada ou grave). A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais o quadro de vulnerabilidade social e econômica. Os números mais recentes apontam que um em cada cinco manauaras encontra-se em situação de miséria, totalizando 445 mil pessoas.

Para atender a demanda alimentar da cidade, Manaus possui 44 feiras espalhadas na cidade, administradas pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal (SEMACC). Dos alimentos comercializados nessas feiras, 90 toneladas são desperdiçadas todos os meses. Segundo a secretaria os itens mais desperdiçados são as hortaliças, cebola, cenoura, pimentão e tomate, muitas vezes por estarem machucados ou com alguma mancha e que poderiam ser de alguma forma aproveitados por não estarem estragados.

Segundo o Sindicato dos Feirantes do Estado do Amazonas (SINDIFEIRAS-AM), apesar do cultivo, a produção não atende a demanda, 80% dos alimentos consumidos no Amazonas vêm de outros estados, transportados por aviões, barcos, balsas e caminhões gerando dependência no abastecimento e causando avaria nos produtos, isso mostra que na logística de transporte dos alimentos uma parte da carga, devido ao tempo, se perde ou não é aproveitado e quando chega, as vezes não tem boa conservação, sendo descartado.

O Governo do Estado, diante deste quadro de fome, miséria e desperdício, cria um programa que busca, se não solucionar, mas amenizar esse quadro de insegurança alimentar grave. mesmo com o polo industrial gerando lucros, não sendo suficiente para atender socialmente a população.

Programa Estadual de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimentos - SEPROR

O Programa Estadual de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimentos (PCODEPA) foi criado em 2019 e é coordenado pela Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR). Já no primeiro ano, arrecadou aproximadamente 54 toneladas de alimentos, atuando em três feiras em Manaus. Os alimentos beneficiaram 108 instituições socioassistenciais e 42.000 pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar (SEPROR, 2020).

Quanto aos objetivos do Programa, destacam-se: diminuir a quantidade de alimentos desperdiçados nas feiras de Manaus (FLV e Proteínas), que em sua maioria perderam seu valor comercial, tendo em vista que são oriundos da avaria logística, da armazenagem inadequada ou são produtos muito maduros ou pequenos, porém ainda possuem seus valores nutricionais e assim são doados pelos feirantes. A estimativa é que cerca de 90 toneladas por mês, são descartadas pelas feiras espalhadas por Manaus. Além de diminuir a quantidade de pessoas que vivem em insegurança alimentar, para combater esse foco, a ideia é fazer com que 49,2% da população manauara encontre uma segurança alimentar maior. A terceira meta, será desenvolver a agricultura familiar urbana (SEPROR, 2022).

O Programa de Combate ao Desperdício de Alimentos atende aos compromissos firmados na Agenda 2030 ONU os quais são: ODS1 - Erradicação da Pobreza, ODS 2 - Fome Zero e ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

O programa estadual ganhou força de lei promulgada no dia 03 de novembro de 2020. A Lei nº 5.297/ 2020, dispõe sobre o combate ao desperdício e à perda de alimentos no âmbito do Estado do Amazonas, consta que supermercados, mercadinhos, açougues, distribuidoras e panificadoras, podem doar alimentos perecíveis não vendidos, mas ainda consumíveis, às organizações de assistência a populações carentes ou fabricantes de adubos (Art. 1º).

A Lei nº 5.297/ 2020 deverá observar o disposto nas Leis Federais nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), lei nº 14.016 de 23.06.2020 com o compromisso de reduzir as perdas e desperdícios de alimentos e contribuir com a segurança alimentar e nutricional através da coleta de alimentos que não foram comercializados, mas que ainda estão em boas condições para o consumo, e os entrega às instituições socioassistenciais cadastradas de modo a complementar seus cardápios e alimentar o público atendido (AMAZONAS, 2022).

Para sua execução, de início, foi assinado um termo de cooperação técnica, firmado em 2019 entre o Projeto Mesa Brasil (SESC), A Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal (SEMACC) e Sindicato dos Feirantes do Estado do Amazonas. O programa beneficiou 42.000 pessoas e atendeu a 108 instituições com 54 toneladas de alimentos arrecadadas em seu primeiro ano de atividades.

De forma sucinta, as equipes do programa percorrem as bancas nas feiras sensibilizando os feirantes, pelo menos 2 vezes na semana e os permissionários doam alimentos e produtos que não foram comprados por clientes. Quanto as instituições beneficiárias, mais de 600 são atendidas e estão cadastradas pela SEPROR, secretaria de estado e assistência e assistência social e no Projeto Mesa Brasil (SESC). Os alimentos doados passam por triagem e pesagem e depois são entregues às instituições (SEPROR, 2022).

Em julho de 2021, o Governo do Amazonas entregou 150 selos de reconhecimento aos feirantes que contribuem para o programa de combate à fome, nas feiras Manaus Moderna e da Banana (SEPROR, 2021).

Os produtos, objetos da lei, são os embalados incorretamente, amassados, com pequenos machucados, ligeiramente descoloridos ou que estejam passando por um prazo de validade recomendado, mas ainda bons para o consumo e que, ainda, embora não tenham a melhor aparência, mantenham suas propriedades nutricionais e sejam seguros para consumo (Parágrafo único, Lei nº 5.297/ 2020).

Os doadores de alimentos são pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que doam alimentos voluntariamente ou mediante convênios com entidades, associações ou fundações sem fins lucrativos, programas sociais, bancos de alimentos de qualquer gênero ou natureza, com o objetivo de atender a programas governamentais de combate ao desperdício e à fome e entidades voltadas à produção de adubos. Para tanto, a parceria deve ser formalizada via pedido de cadastramento, assumindo o transporte do produto doado, bem como a estocagem em condições de higiene e distribuição de forma digna (Art. 2º e § 1.º).

O governo do Estado salienta que o foco da iniciativa é reduzir o desperdício e combater a insegurança alimentar, enfocando produtos que perderam seu valor comercial, mas que mantêm preservado seu potencial nutritivo, podendo assim ser distribuídos para instituições cadastradas e contribuir para a segurança alimentar dos mais necessitados. Os alimentos recolhidos são armazenados em caminhão do Programa de Desperdício de Alimentos e encaminhados a um espaço adequado para a triagem e distribuição. Entre as instituições cadastradas para o recebimento dos produtos, destacamos:

N °	Nome da Entidade	Bairro
01	Associação de Idosos Unidos Venceremos-UNIVE	Japiim
02	Instituto Mulheres Guerreiras	Japiim
03	Centro de Apoio e Associação Andando Com Cristo	Novo Reino II
04	Instituto de Desenvolvimento Comunitário Viver Melhor – IDECOVIM	Viver Melhor II
05	Associação Sócio Cultural JK de São Sebastião	Planalto
06	Aldeia Tupinambá São João Batista	João Paulo
07	Aliança em Inovações Tecnológicas e Ações Sociais no AM	Flores
08	Paroquia Nossa Senhora do Carmo	Raiz
09	Área Missionária Menino Jesus	Crespo
10	Associação de Pais, Mestres e Comunitário da Escola Senador Cunha Melo	Raiz
11	Associação Educacional Esportiva e Social Voz Ativa (AEVA)	Cidade Nova I

Quadro 1: Algumas das entidades beneficiadas do programa estadual de combate ao desperdício

Fonte: SEPROR, (2022)

Ano	Quant. de Alimentos	Instituições beneficiadas	Pessoas atendidas
2019	54 ton	108	42.000 pessoas
2020	50 ton	64	28.000 pessoas
2021	155 ton	498	116.000 pessoas
2022	491 ton	838	317.000 pessoas
Total	750 ton		

Quadro 2: Quadro geral de desempenho do programa estadual de combate ao desperdício em 4 anos de atividade

Fonte: SEPROR, (2022)

Como podemos observar no Quadro acima, a quantidade arrecadada de alimentos vem crescendo. Em 2019 foram 54 kg e em 2022 foram arrecadados mais de 491 kg, com o passar dos anos o projeto vem oportunizando a redução da insegurança alimentar e o desperdício de alimentos ainda em condições nutricionais. Muito ainda temos muito a avançar para destinar de forma correta estes produtos.

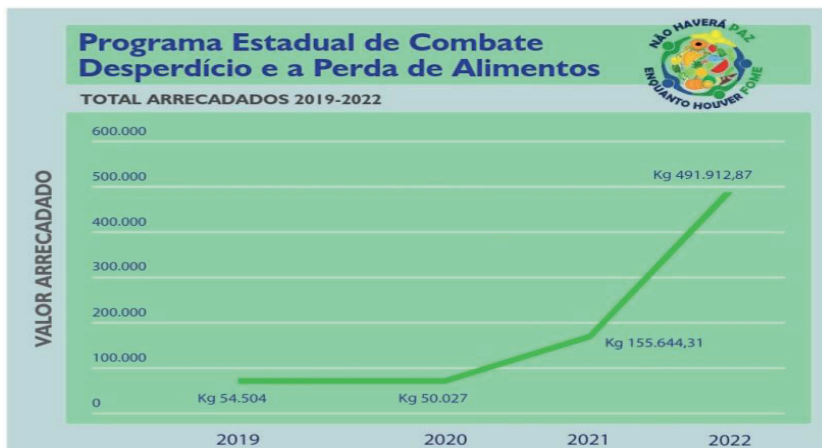


Figura 2: Total de Alimentos Arrecadados nas Feiras de Manaus (2019-2022)

Fonte: SEPROR, (2022)

Conforme podemos observar na Figura 2, o programa já arrecadou entre os anos de 2019 - 2022, cerca de 750.000 kg de alimentos, beneficiando 6,5 mil pessoas/mês e conta, hoje, com 838 instituições cadastradas para o recebimento dos alimentos recolhidas nos seguintes locais: feira da banana, feira da Manaus Moderna, da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) do Plaza Shopping, (ADS) do Cassam, (ADS) dos Povos da Amazônia, Varejões Grand Fruit e Bom Preço, Supermercados Vitória e Nova Era, Produtor Du Lopes, e na Fazenda Santa Rosa (SEPROR, 2021).

METODOLOGIA

Para a consecução da presente pesquisa torna-se necessário a realização de algumas etapas, descritas a seguir:

De acordo com Alves (2003), a metodologia é considerada um instrumento necessário do pesquisador, porque é nela que se especifica os caminhos a serem adotados e se torna possível delinear a criatividade e definir o como, onde, com quem, com quê, quando e de que maneira se pretende captar a realidade e seus fenômenos.

Segundo Galliano (1986), todas as acepções da palavra “método” registradas nos dicionários estão ligadas à origem grega *methodos* – que significa “caminho para chegar a um fim”.

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem abordagem qualitativa por ser uma forma adequada para levantar as práticas de Economia Circular adotadas pelo governo do Amazonas no que tange às ações de combate ao desperdício de alimentos nas principais feiras de Manaus.

Para atingir tal propósito, utilizou-se de método qualitativo, com a finalidade exploratória e descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica e documental fazendo uso de observações e análise de conteúdo. Por ser trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que tem como função principal a análise do objeto, buscando descrever o estado da arte nos temas escolhidos: Sustentabilidade e Conferências Internacionais, Economia Circular: origem e definição, Compromisso da Agenda 2030, Amazonas e seus contrastes e o Programa Estadual de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimentos – SEPROR e que contribuem para descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

Para Trivínos (1987), o objetivo da pesquisa qualitativa é explicar um fenômeno ainda não conhecido e num determinado contexto, pouco estudado. Logo, seus dados serão muito mais de natureza descritiva ou exploratória, os resultados qualitativos serão texto, quadros explicativos e relações (frameworks) que ajudarão a explicar os achados. Quanto à análise de dados e resultados, prevalece uma análise de conteúdo com base em observações dos fatos e entendimentos dos textos utilizados na construção do artigo.

Por fim, esta pesquisa caracteriza-se quanto aos meios como bibliográfica e documental uma vez que foi elaborada a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos e documentos acerca da necessidade de se fazer uso das ferramentas da Economia Circular para reduzir o desperdício de alimentos oriundos das feiras e combater a fome e a insegurança alimentar da população mais vulnerável que mora na capital do Amazonas.

Quanto à análise de dados e resultados, prevalece uma análise de conteúdo com base em observações dos fatos e entendimento dos textos utilizados na construção do artigo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Iniciamos esta discussão com o propósito de levantar as práticas de Economia Circular adotadas pelo governo do Amazonas no que tange às ações de combate ao desperdício de alimentos nas principais feiras de Manaus. Para tanto, embasamos a discussão tendo como enfoque a problemática da sustentabilidade que deu origem às relevantes conferências internacionais, abordamos a origem e as inúmeras definições acerca da Economia Circular bem como o uso de suas ferramentas como propostas de reversão do desperdício de alimentos e o combate à fome. Ainda no embasamento teórico, abordamos os preceitos e o compromisso global firmado na Agenda 2030.

Dando continuidade, já acerca do Amazonas, apresentamos peculiaridades do modelo Zona Franca de Manaus e seus aspectos relevantes. Em relação ao PIM, assim como ocorre nos demais modelos de desenvolvimento implementados este também não foi capaz de promover o desenvolvimento regional sustentável que pudesse beneficiar a

todos. Neste item, em especial, apresentamos os indicadores econômicos oriundos das atividades do Polo Industrial de Manaus (faturamento, geração de emprego, balança comercial) e demais características do modelo como resiliência, longevidade, prontidão para a inovação e 4ª revolução industrial).

No que tange ao enfoque social, nos deparamos com os indicadores da fome, insegurança alimentar, pobreza, desemprego, informalidade e IDH contrastantes se comparado à posição ocupada pela capital do Amazonas em relação aos municípios do interior do estado (nove dos cinquenta municípios com os piores índices do país estão no estado do Amazonas - Tapauá, Maraã, Pauini, Santo Antônio do Içá, Santa Isabel do Rio Negro e Itamarati).

Por fim, destacamos o Programa Estadual de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimentos, lançado em 2019 sendo executado através da Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR) que ganhou força de Lei (5.297/20) objetivando diminuir a quantidade de alimentos desperdiçados nas feiras de Manaus (FLV e Proteínas), que em sua maioria perderam seu valor comercial, tendo em vista que são oriundos da avaria logística, da armazenagem inadequada ou são produtos muito maduros ou pequenos, mas que ainda possuem seus valores nutricionais e assim são doados pelos feirantes e encontram-se em condições ideais de consumo e características nutricionais.

Tal prática pauta-se nos preceitos da Economia Circular atendendo aos compromissos firmados na Agenda 2030 da ONU, com foco nos seguintes ODS's: ODS1 - Erradicação da Pobreza, ODS 2 - Fome Zero e ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

Em três anos (2019-2022) o programa já arrecadou 750.000 kg de alimentos e atende mensalmente 26,5 mil pessoas. Atualmente, os alimentos recolhidos são armazenados num caminhão do Programa de Desperdício de Alimentos e encaminhados a um espaço adequado para a triagem e distribuição. Posteriormente, são destinados a mais de 800 instituições cadastradas localizadas em diversas zonas da capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução do desperdício de alimentos no mundo, no Brasil e no estado do Amazonas constitui num dos maiores desafios da geração atual e das gerações futuras, uma vez que, o desperdício de alimento ocorre em todas as etapas da cadeia produtiva (produção, manipulação, pós-colheita, armazenagem, processamento, distribuição e consumo) com perdas médias de 30% de todo o volume produzido. No mesmo cenário, temos o compromisso de atender de forma emergencial parte da população que vive em preocupantes graus de insegurança alimentar e que passa fome.

O circuito gerado pela Economia Circular garante um sistema alimentar não gerador de resíduos. Dessa forma, o desperdício de alimentos é evitado, o excedente é distribuído para as pessoas que precisam, e os co-produtos não comestíveis e dejetos humanos

tornam-se insumos para novos produtos, colaborando com o sistema sustentável no total aproveitamento do que é produzido, reduzindo assim, efeitos nocivos ao meio ambiente.

A Economia Circular através de suas práticas, se bem implementadas, contribui para que os alimentos produzidos nunca cheguem à condição de resíduos o que segundo a FAO/ ONU seria o movimento global ideal para combater a fome em todos os países do mundo.

Portanto, a iniciativa do governo do Amazonas em buscar uma solução para reduzir o desperdício de alimentos nas feiras da capital e atenuar a situação da população em insegurança alimentar é relevante e tem se mostrado eficiente em um trabalho forte de conscientização trazendo mais doadores e colaboradores à causa.

O PCODEPA será ampliado nos próximos meses visto a previsão de inauguração de um Banco de Alimentos que oportunizará o recebimento de uma quantidade maior de produtos com o objetivo de distribuí-los às instituições parceiras possibilitando atender assim, um contingente populacional maior de forma segura e saudável.

Ressaltamos também, a necessidade de expansão da atuação do programa para os municípios do interior do estado onde temos vultosos contingentes de população em situação de vulnerabilidade e de alimentos ainda em condições de serem consumidos e que estão sendo descartados e desperdiçados.

REFERÊNCIAS

ALDACO, R., HOEHN D., LASO, J., MARGALLO M., RUIZ-SALMÓN, J., CRISTOBAL, J., KAHNAT R. VILLANUEVA-REY P., BALA, A., BATLLE-BAYER, FULLANA-I-PALMER L. P. IRABIEN, A. VAZQUEZ-ROWE I. Food waste management during the Covid-19 outbreak: a holistic climate, economic and nutritional approach. Science of the total environment, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7319639/pdf/main.pdf>. Acesso em: 10 mar 2023.

ALVES, R. **Metodologia da Pesquisa**. São Paulo: Editora Social, 2003.

AQUINO, A; PALETTA, F; CAMELLO, T; MARTINS; ALMEIDA, J. Sustentabilidade Ambiental. Rio de Janeiro: Rede Sirius; Biblioteca da OUERJ, 2015. 167 p. Disponível em: http://www.rsirius.uerj.br/pdfs/sustentabilidade_ambiental.pdf. Acesso em: 17 fev 2023.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. 1 ed. Houghton Mifflin, EUA, 1960.

COSTA, B. Um estudo sobre a sustentabilidade. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Produção e Gestão do Ambiente Construído da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30920/1/monografia%20bianca%20encadernação.pdf>. Acesso em: 01 mar 2023.

COSTA, M. Diagrama de borboleta: no caminho da circularidade. 2021. Disponível em: <https://www.beecircular.org/post/diagrama-de-borboleta>. Acesso em: 11 mar 2023.

FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. O que é Economia Circular? 2012. Disponível em: https://ellenmacarthurfoundation.org/topics/circular-economy-introduction/overview?gclid=eaiaiqobchmirdlaocpi_qivxfuar0k5gmseaayasaaglz_vd_bwe. Acesso em: 05 mar 2023.

FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Towards the circular economy - Vol. 1: Economic and business rationale for an accelerated transition. Isle of Wight: EMF, 2012.

FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR. Rumo à economia circular: o racional de negócio para acelerar a transição. 2015. Disponível em: https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Rumo-a-CC%80-economia-circular_Updated_08-12-15.pdf. Acesso em: 01 abr 2023.

GALLIANO, G. **O Método Científico: Teoria e Prática**. São Paulo: Harbra, 2006.

GEISSDOERFER, M.; SAVAGET, P.; BOCKEN, N.; HULTINK, E. J. The Circular Economy—A new sustainability paradigm? *Journal of Cleaner Production*, v. 143, p. 757-768, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=the+circular+economy+a+new+sustainability+paradigm%3f.+journal+of+cleaner+production+geissdoerfer&hl=pt-br&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar. Acesso em: 01 mar 2023.

GOVERNO DO AMAZONAS. SEPROR. Programa Estadual de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimentos. 2022. Disponível em: www.sepror.am.gov.br/programa-estadual-de-combate-e-prevencao-ao-desperdicio-e-a-perda-de-alimento/. Acesso em: 20 fev 2023.

GOVERNO FEDERAL. Decreto-lei 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-288-28-fevereiro-1967-376805-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 fev 2023.

GOVERNO FEDERAL. Lei n. nº 3173, de 6 de junho de 1957. Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3173-6-junho-1957-354667-norma-pl.html>. Acesso em: 20 fev 2023.

HOUSE OF COMMONS. Growing a circular economy: Ending the throwaway society. HC-214. Londres: House of Commons/Environmental Audit Committee, v. 18, p. 434A-441A, 2014. Disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/cm201415/cmselect/cmenvaud/214/214.pdf>. Acesso em: 01 mar 2023.

MEDEIROS, R; SANTOS, G. Industrialização na Amazônia brasileira. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XIII Nº 22 dezembro de 2010 Salvador, BA. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231502150.Artigo%20RDE%20sobre%20industrializa%20na%20Amaz%20nia.pdf>. Acesso em: 20 jan 2023.

MORSELETT, P. Metas para uma economia circular. Recursos, Conservação e Reciclagem. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 153, p. 104553, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2019.104553>. Acesso em: 05 jun 2023.

NASCIMENTO, F.; MENEZES, N.; VINNA, N.; MARCHI, C. Economia Circular dos Alimentos: sustentabilidade como ferramenta para promoção da segurança alimentar e nutricional da população idosa em isolamento social. Universidade Católica do Salvador | Anais da 23ª Semana de Mobilização Científica- SEMOC | 2020. Disponível em: ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/3091/1/Economia%20Circular%20dos%20Alimentos_%20sustentabilidade%20como%20ferramenta%20para%20promoção%20da%20segurança%20alimentar%20e%20nutricional%20da%20população%20idosa%20em%20isolamento%20social%20.doc.pdf. Acesso em: 12 mar 2023.

ONU. Acordo de Paris. 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/88191-acordo-de-paris-sobre-o-clima>. Acesso em: 16 fev 2023.

ONU. Eco- 92. 1992. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/eco-92>. Acesso em: 16 fev 2023.

ONU. Nosso Futuro Comum. Relatório de Brundtland. 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 05 mar 2023.

ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2023; Disponível em: https://www.undp.org/sustainable-development-goals?utm_source=en&utm_medium=gsr&utm_content=us_undp_paidsearch_brand_english&utm_campaign=central&c_src=central&c_src2=gsr&gclid=cjwkcajw5dqgbhbneiwa7pryapyujrbcsdosiyonp_qppj7s6quwnq5mic4dxuntxtfdztwnsfhocp5kqavd_bwe. Acesso em: 20 mar 2023.

PIRES, I.; JESUS, C. “Fechar o ciclo”. A contribuição da economia circular para o combate ao desperdício alimentar. Revista ecologias humanas, v.4, n.4, p. 7-20. Disponível em: <http://sabeh.org.br/wp-content/uploads/2018/07/revista-sabeh-carlos-3.pdf>. Acesso em: 20 mar 2023.

RAWORTH, K. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. São Paulo: Zahar, 2017. 368 p.

SARTORI, S. LATRÔNICO, F. CAMPOS L. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Uma Taxonomia no Campo da Literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1–22, jan/mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifma.edu.br/redesign/article/view/1121>. Acesso em: 01 mar 2023.

SEDECTI. Painel da Balança Comercial do Amazonas. 2022. Disponível em: <http://www.seducti.am.gov.br/indicadores-e-mapas>. Acesso em: 12 fev 2023.

SEHNEM, S.; PEREIRA, S. C. F. Rumo à Economia Circular: Sinergia Existente entre as Definições Conceituais Correlatas e Apropriação para a Literatura Brasileira. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 18, n. 1, p. 35-62, 2019. Disponível em: www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2581. Acesso em: 12 mar 2023.

SUFRAMA. Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de Manaus. 2017 - 2022. Disponível em: https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/indicadores/caderno_indicadores_janeiro_fevereiro_2022_gerado_em_03-05-2022.pdf. Acesso em: 11 mar 2023.

SUFRAMA. Modelo Zona Franca de Manaus. O que é o Projeto ZFM? 2019. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br>. Acesso em: 05 jan 2023.

TORRES JR., A. S. e PARINI, F. P. Economia Circular – Evolução e perspectiva inovadora. In: SemeAd: 20., 2017, São Paulo. Anais. São Paulo, 2017.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TSENG, M-L.; CHIU, A.; LIU, G.; JANTARALOLICA, T. A economia circular permite o consumo e a produção sustentáveis em sistemas de cadeia de abastecimento a vários níveis. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 154, p. 104601, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921344919305075>. Acesso em: 01 mar 2023.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, R. Do lixo à economia circular: um salto possível? 2019. 418 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/5168/browse?type=type&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&value=Tese&offset=66. Acesso em: 05 fev 2023.

CAPITAL SOCIAL E O DESEMPENHO INSTITUCIONAL NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: UM ESTUDO COM O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA RIO SEPOTUBA - MATO GROSSO/BRASIL

Data de aceite: 01/03/2024

Graziele Oliveira Aragão Servilha

Universidade do Estado de Mato Grosso
(UNEMAT)

Alexandro Rodrigues Ribeiro

Universidade Federal de Mato Grosso
(UFMT)

Felipe Resende Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso
(UFMT)

Josiane Silva Costa dos Santos

Universidade do Estado de Mato Grosso
(UNEMAT)

RESUMO: O estudo demonstra a influência do capital social no desenvolvimento institucional do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) Rio Sepotuba/MT, para consolidação no gerenciamento de recursos hídricos em Mato Grosso. Para tanto, utilizou-se como coleta: questionário, entrevista semiestruturada e documental. O CBH Sepotuba possui uma estrutura organizacional que permite um desempenho institucional satisfatório, principalmente quanto ao tempo de atuação e na mobilização dos membros em buscar recursos financeiros. No entanto, o estudo

identificou que o Comitê ainda não possui estabelecido o plano de bacia, o que dificulta o gerenciamento dos recursos hídricos, resultando na falta de poder deliberativo. Verificou-se ainda um nível de participação dos membros em reuniões e eventos do Comitê sendo de regular à baixo, evidenciando um déficit na interlocução entre os membros. Quanto à existência de cooperação, confiança, solidariedade e reciprocidade, não se mostraram evidentes, porém, o comitê vem realizando sua função enquanto instituição para gerenciar da melhor forma possível os recursos hídricos, organizando e executando ações em prol do interesse comum.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação; Arranjos institucionais; Poder deliberativo; Gestão hídrica.

ABSTRACT: The study demonstrates the influence of social capital on the institutional development of the Sepotuba River Watershed Committee (CBH) for consolidation in the management of water resources in Mato Grosso. To this end, a questionnaire, semi-structured and documentary interviews were used as a collection. CBH Sepotuba has an organizational structure that allows a

satisfactory institutional performance, especially regarding the time of operation and the mobilization of members to seek financial resources. However, the study identified that the Committee has not yet established the basin plan, which hinders the management of water resources, resulting in a lack of deliberative power. There was also a level of participation of the members in meetings and events of the Committee being from regular to low, evidencing a deficit in the dialogue between the members. As for the existence of cooperation, trust, solidarity and reciprocity, they were not evident, however, the committee has been performing its function as an institution to manage water resources in the best possible way, organizing and executing actions in favor of the common interest.

KEYWORDS: Cooperação; Arranjos institucionais; Poder deliberativo; Gestão hídrica.

INTRODUÇÃO

As tensões geopolíticas em torno da água têm provocado um profundo debate, principalmente quando se trata da escassez hídrica. O Brasil ainda é considerado abundante quanto à oferta hídrica. No entanto, apesar da disponibilidade hídrica do Brasil, percebe-se que não existe equidade entre as regiões. O Centro-Oeste, assim como outras regiões do Brasil que possuem concentração hídrica, se tornam responsáveis por preservar e cuidar desse recurso precioso, devido a demanda crescente por uso de água nos últimos anos. Esse histórico do consumo da água está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico e ao processo de globalização do país, principalmente se tratando de estados brasileiros que possuem grande potencial de produção como o agronegócio, que por sua vez demandam grande volume de água, como o estado de Mato Grosso.

Por isso, a gestão dos recursos hídricos passou por muitas mudanças no Brasil, como a descentralização e participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão. Com isso foi introduzida a descentralização administrativa por bacia hidrográfica, envolvendo os atores sociais de bacias, nas deliberações e na alocação dos recursos. No estado de Mato Grosso foi criada a Lei nº 6.945/1997, a Política Estadual de Recursos Hídricos/MT (PERH) e depois revogada em 2020 pela Lei nº 11.088. Mas foi a Lei das Águas, nº 9.433 de 1997, que estabeleceu um modelo para o Brasil e vem direcionando as legislações estaduais desde então. As Leis possibilitaram a criação dos comitês (organismos de caráter deliberativo) e as agências (os executivos) nas bacias hidrográficas de natureza descentralizada.

Tais mudanças permitiram o acesso ao planejamento, gestão e implementação de políticas públicas para resolução de conflitos em relação à gestão dos recursos hídricos que garante uma viabilidade em longo prazo. Esses conflitos decorrem de diversos fatores, como crenças, valores e suposições que cada ator possui sobre como um recurso natural deve ser gerenciado (Cunha, 2009). No Brasil o estado de Mato Grosso é um dos estados com maior abundância de água doce, conhecido como o “berço das águas”, por conta dos seus inúmeros rios, aquíferos e nascentes e por conter em seu território três das doze regiões hidrográficas existente no país: Amazônica, Paraguai e Tocantins-Araguaia. O

estado ainda possui em seu território o bioma Pantanal, que é a maior planície alagada do mundo (SECOM, 2023).

A bacia hidrográfica do Rio Sepotuba, que é a referência do estudo, localizada na extensão da Bacia Paraguai, é de suma importância, uma vez que Mato Grosso está entre os maiores produtores de alimentos do mundo, e esses números só são possíveis devido à grande oferta hídrica. É por isso que surgem conflitos no uso da água, uma vez que esse recurso precisa ser utilizado por diversos setores da sociedade. É nesse momento de negociação de conflitos que o capital social apresenta um papel importante, pois espera-se que ofereça um alto valor explicativo em situação na qual a cooperação entre os atores sociais seja um fator importante (Monteiro; Jacobi, 2005).

Diante desse cenário, o estudo tem como objetivo geral: analisar como a cooperação entre os membros do Comitê de Bacia do Rio Sepotuba contribuiu para o fortalecimento da sua capacidade de negociação na gestão dos recursos hídricos em Mato Grosso. O estudo se tornou relevante, uma vez que contribuiu para a compreensão robusta de um fenômeno tão complexo conhecido como capital social, para assim entender o envolvimento institucional do Comitê de Bacia no processo de tomada de decisão, na gestão dos recursos hídricos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Aspectos do desenvolvimento econômico à luz dos recursos naturais e da teoria institucional

Um tema distante do tradicional pensamento da economia, são os impactos do processo econômico no meio físico e na natureza. Trata-se de aspectos históricos incipientes discutidos dentro das ciências econômicas acerca das variáveis ecológicas do processo econômico (Furtado, 1974; Cavalcante, 2012). Uma visão há tempos defendida por Furtado (1974) defendia no sentido muito mais igualitário, diminuindo o desperdício instigado pelos padrões de consumo. Uma situação em que os custos ecológicos se somariam a elevados custos sociais, levando a considerar como esses custos são omitidos do cálculo do PIB e da renda nacional (Cavalcante, 2012).

É nesse momento que Furtado materializa a ideia do desenvolvimento como sendo um mito, como algo inalcançável na estrutura de um sistema que destrói recursos naturais, danifica diferenças de renda e conduz a produzir uma igualdade cultural lesiva. Os limites do crescimento existem na extensão em que a atividade econômica não passa em um sistema isolado, e sim em um sistema aberto, que recebe recursos naturais de alta qualidade do meio ambiente, devolvendo-a como recursos degradados (Cavalcante, 2012).

Outra vertente do desenvolvimento econômico, de acordo com Cleveland e Ruth (1997), está associada ao desenvolvimento de instituições capazes de promover o

crescimento sustentável a longo prazo. O desenvolvimento da economia em longo prazo é compreendido como o crescimento de uma sociedade, condicionada pela formação e evolução de suas instituições, sob a perspectiva histórica e econômica, voltados à evolução de arranjos institucionais. Para a construção da dinâmica institucional, North propõe a teoria de racionalidade, sendo a motivação dos agentes e o problema da decifração do ambiente. A partir de uma racionalidade processual, baseada na evolução institucional (Gala, 2003). Em relação à motivação, segundo North (1999) a escolha racional não explica comportamentos cooperativos, e não considera dogmas, ideias e ideologias nas tomadas de decisões dos atores.

North (1999) explica que somente a partir do estudo da dinâmica ideológica da sociedade que se compreende o comportamento coletivo. Além da importância das regras informais, as ideologias têm influência na instituição das regras formais de uma sociedade. As ideologias são essenciais para compreender as regras que sustentam o sistema político. Portanto, as ideologias se fazem presente na base da construção das regras informais e das regras formais de uma sociedade, e exercem grande importância no desempenho das diferentes economias.

Nesse contexto, a democracia foi um grande avanço na interação entre política e economia, e a imperfeição do mercado político se encontra na base da constituição de instituições econômicas ineficientes, e que os custos de transação são abusivos na política, impedindo o adequado funcionamento do sistema (North, 1999). Por isso que North (1999) defende a teoria das instituições eficientes, constituindo um arranjo institucional suficiente para igualar o retorno do privado ao retorno social das atividades econômicas. Sendo assim, a eficiente matriz institucional será capaz de aguçar um agente ou organização, a aplicar em uma atividade individual que tenha retornos sociais maiores que seus custos (Gala, 2003).

Para reduzir essas incertezas a sociedade desenvolve as instituições, ou seja, “as regras do jogo” segundo North (1999), ou restrições que estruturam a interação política, econômica e social. Ao longo da história sempre houve transações entre pessoas e organizações. Ocorre que essas transações são repletas de incertezas, e que as instituições são responsáveis pela redução ou aumento das incertezas (Furlanetto, 2008).

A teoria econômica das instituições distancia o desenvolvimento com foco no acúmulo de capital, e aproxima o desenvolvimento como sendo um processo de mudança organizacional. Nesse sentido, o termo de desenvolvimento reflete a ideia de desenvolvimento deliberativo (Evans, 2003). Para tanto, sobre uma nova perspectiva do fortalecimento institucional, Sen (2001) defende a capacidade de escolha social como prioritária, e afirma que as instituições deliberativas devem ser a base para qualquer conceito de desenvolvimento. E para que haja construção de instituições deliberativas eficientes é preciso ter como base a democracia e os direitos civis, considerando uma democracia deliberativa institucionalizada substancialmente no debate e intercâmbios públicos.

Diante disso, estratégias deliberativas crescem, oportunizando ao cidadão desempenhar a capacidade essencial de fazer escolhas. Por isso, Hoff e Stiglitz (2001) enfatizam que a teoria da economia moderna, promove um destaque sobre as instituições. Essa nova teoria de crescimento, segundo Evans (2003), foca na construção de ideias dominando debates teóricos a respeito do crescimento, discutindo questões de complexidades e incertezas que compele sobre decisões políticas.

De acordo com Evans (2003) as inferências institucionais de crescimento da nova teoria são bem mais desafiadoras, visto que o desenvolvimento não é visto como um fator exógeno, mas sim alinhado ao redor de ideais, ou seja, consequências das ações dos agentes econômicos que respondem a estímulos. É por isso que os arranjos institucionais formam os incentivos. Segundo Bardhan (2001) as instituições baseiam-se em perspectivas compartilhadas, não somente de pessoas engajadas nela imediatamente, mas sim de outras que lidam com ela. À medida em que as instituições se fortalecem, estas perdurarão mesmo se apresentarem um resultado negativo durável sobre o crescimento, impedindo a probabilidade do surgimento de instituições mais eficazes.

Conflitos de interesses e relações de poder dificultam o apoio a mudanças institucionais, mesmo que tal mudança resulte em melhor produtividade e melhor posição em termos absolutos. A participação em intercâmbios e discussões públicas não é algo individual, mas sim uma atividade coletiva, uma vez que a capacidade de fazer escolhas está relacionada com as expectativas compartilhadas em grupo. Com isso, a criação de regras que contemplam essas expectativas torna-se aspectos essenciais no desenvolvimento. Promover eleições regulares não é suficiente para gerar debate público que tenha verdadeiramente destinação de recursos coletivos e consideração com os objetivos do desenvolvimento (Bardhan, 2001).

É por isso que estudar a participação em nível de projeto e sociedade é essencial, uma vez que a relação entre as instituições deliberativas e resultados econômicos se tornam difíceis de analisar (Evans, 2003). Segundo Kanbur e Squire (1999), a participação dos agentes envolvidos melhora o desempenho de um projeto ou instituição. Para entender como os relacionamentos estabelecidos e as redes sociais que essa relação se constrói, é realizada uma abordagem a partir da definição de capital social.

Capital social como instrumento na gestão dos recursos hídricos

O tema capital social vem sendo discutido desde a década de 1980, tendo como pioneiro Pierre Bourdieu, e desde então tem se mostrado evidente principalmente em áreas como a sociologia e ciências políticas. Apesar dos estudos sobre o capital social, pouco ainda se tem de concreto, pois é um campo do conhecimento em construção, na qual, sociólogos, cientistas políticos e economistas esboçam definições relacionadas às suas áreas (Pereira, Carniello, Santos, 2010). O capital social se constrói dentro de um

determinado grupo. Sendo assim, quanto mais houver a concentração entre seus membros para um objetivo comum, mais existirá confiança, solidariedade e reciprocidade entre os atores sociais, a ativa participação de cada membro e a obediência às regras instituídas pelo grupo. É por isso que o entorno institucional, compromisso e redes sociais são fatores fundamentais para o desenvolvimento sustentável (Higgins, 2005).

Fortalecer as redes sociais, composta por organizações comunitárias, poderia obter eficiência econômica, ou ainda melhorar a participação cidadã para a gestão política das instituições públicas locais. Basicamente, a construção do capital possui dois focos, um político e outro econômico. O político difere-se no ganho de recursos a partir de redes de relação social. E o econômico, parte da suposição de que relações de troca simétricas possibilitam o ganho de recursos existentes nas estruturas de relação social. Diante disso, por mais que haja diferenças, as duas vertentes são semelhantes de que as relações sociais formam um patrimônio intangível, porém altamente eficaz, à disposição dos atores sociais, sejam coletivos ou individuais (Boeira; Borba, 2006).

O capital social é um conjunto de características da organização social como: confiança, normas e sistemas, que tornam capazes as ações coordenadas. Com base nesse conceito, o capital social propicia a cooperação social, refletindo no desempenho das instituições (Putnam, 2006; Boeira; Borba, 2006). O capital social contém dois aspectos, um individual e outro coletivo. O relacionamento entre os atores gera elos que beneficiam todos. O aspecto coletivo faz parte da reciprocidade difundida, podendo contribuir nos processos que envolvam negociações políticas e econômicas, que estão estabelecidos em uma densa rede de interação social pela diminuição do estímulo do oportunismo (Putnam, 2006).

O capital social se constrói nas relações entre dois ou mais atores que visam contribuir na realização de suas ações por meio da cooperação (Coleman, 2001). Putnam (2006) relata que as redes sociais construídas por essas conexões podem beneficiar as pessoas que estão dentro, porém o efeito externo do capital social nem sempre se mostrará positivo. Putnam (2006) defende ainda que o capital social pode se acumular dentro das organizações sociais ou das redes de cooperação, de diferentes formas, além de poder limitar deliberadas ações ou provocar ações segregadas. O capital social, para Coleman (2001), também produz efeitos negativos, pois, ao mesmo tempo que pode facilitar algumas ações pode prejudicar outras, levando a restrição da inovação, gerando discriminação e isolamento.

Putnam (2006) explica que o capital social pode ser classificado de duas maneiras: *bonding* (união) e *bridging* (ponte). União por fortalecer as reciprocidades e estimular a solidariedade, e a ponte tem o intuito de se associar a bens externos para a disseminação da informação. Com isso o capital social se torna capaz de intensificar o civismo como ponte, existentes em múltiplas redes sociais. No quesito das análises de comitês de bacias hidrográficas, segundo Abers e Kech (2003), é preciso considerar os dois tipos de capital

social, tanto a união como a ponte, pois a união indicaria somente a quantidade existente dentro de uma mesma rede social, enquanto a ponte apontaria a existência de uma conexão entre as redes sociais.

Putnam (2006) utiliza as definições de regras de reciprocidade e participação cívica, para elucidar a passagem da confiança pessoal para confiança social. Em algum grau, essas regras de reciprocidade disseminada se reproduzem na forma de capital social (obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas). Segundo os autores Putnam (2006) e Coleman (2001), as regras de reciprocidade fundamentada na confiança podem levar à geração da confiança pessoal em confiança social. Coleman (2001) acredita que a confiança social fica limitada à estrutura social ou a rede social fechada, enquanto Putnam (2006) afirma que as regras de reciprocidade se propagam pela sociedade de maneira abundante e estaria associada à confiança política.

Outra forma de medir o capital social foi apontado por Gootaert, *et al* (2003), que formulou o capital social conexão (*linking*) e o capital social – QI-MCS ou em inglês *Integrated questionnaire for the measurement of social capital* (SC-IQ). Essa forma de capital conexão são os laços mantidos com pessoas que possuem um cargo de autoridade, como representantes de instituições públicas e privadas. Assim como a visão de Coleman (2001) e Putnam (2006) o capital conexão também pode dificultar ao invés de colaborar para o bem-estar dos indivíduos, ou seja, pode se tornar uma forma de troca de favores e de nepotismo político.

Nesse sentido, duas categorias de capital social são propostas por Krishna e Shrader (1999): a estrutural formada por diversas formas de organizações sociais, como normas, processos, e uma variedade de redes que auxiliam na cooperação em benefício a ação coletiva; e cognitiva, que advém de valores, atitudes e crenças que propicia o comportamento cooperativo. As duas formas de capital social podem produzir benefícios materiais substanciais. Segundo Krishna e Shrader (1999) a estrutura analítica do capital social já foi evidenciada no estado Indiano de Rajasthan, um estudo no qual quantificou a ação coletiva para conservação e desenvolvimento de bacias hidrográficas. A categoria estrutural está relacionada a diversas formas de organização social, especialmente os papéis e regras, bem como uma ampla variedade de redes, que contribuem na cooperação e comunicação, estabelecendo um elo entre os atores e seus grupos, reduzindo os custos transacionais e tornando a ação coletiva mais eficaz.

A categoria cognitiva é definida a partir dos processos mentais e ideias, alimentada pela cultura e ideologia, principalmente se tratando de normas, valores, atitudes que corroboram para o comportamento cooperativo. Enquanto os elementos da organização social que compõem o capital estrutural contribuem para a redução dos custos de transação, possuindo padrões de interação construídos que tornam os resultados da cooperação mais produtivos e benéficos. No capital social cognitivo, ideias se referem às pessoas, uma vez que essas ideias compartilhadas favorecem uma cooperação. Sendo assim, as

normas, valores, atitudes e crenças que compõem o capital social cognitivo, racionalizam o comportamento cooperativo e torna-o respeitável (Uphoff, 2000).

De acordo com Uphoff (2000), de forma abstrata é possível ter formas de capital social estrutural sem o capital social cognitivo, logo na prática é improvável e difícil um existir sem o outro. Essas duas formas de capital social estão intrinsecamente conectadas, ainda que as redes em conjunto com os papéis, regras e procedimentos, possam caminhar por conta própria, em última análise todos partem de processos cognitivos. Os ativos estruturais do capital social são observáveis, contudo, o capital social cognitivo não. Ambos estão conectados na prática, pelos fatos comportamentais, mais conhecidos como expectativas.

Discussões sobre redes evidenciam que estas se mantêm juntas por meio das expectativas mútuas de benefícios, e se sustentam pela reciprocidade. Isso indica que existe uma dimensão cognitiva para redes que resultam de processos mentais. Resumidamente as formas estruturais de capital social são observáveis, em contraste com as formas cognitivas do capital social. As formas cognitivas são invisíveis, porém, quando expostas e compartilhadas se tornam externas. Ambas interferem simultaneamente no comportamento das pessoas, sendo coletivo ou individual, grupos pequenos ou grandes (Uphoff, 2000).

Na teoria dos jogos a relação entre os atores, é uma soma positiva, pois a soma total da satisfação aumenta sempre quando qualquer ação beneficia um ou ambos sem prejudicar o outro. Quando há relações sociais as pessoas são investidas, atribuindo algum valor no bem-estar dos outros. Sendo assim, o capital social possibilita observar o contexto da construção de redes sociais existente no processo de tomada de decisão na gestão dos recursos hídricos, em Comitês de Bacias Hidrográficas, além de evidenciar a cooperação, confiança e reciprocidade. Permite também ampliar a investigação da participação social e superação setorial de políticas públicas (Castellano; Romagnoli, 2020).

A relação construída entre os diversos representantes das entidades que integram o Comitê de Bacia possui um fator importante para o bom andamento destes organismos e o bom desempenho institucional, bem como o funcionamento do sistema. Os Comitês estão em uma fase de aprendizado dos mecanismos de funcionamento, as quais seus representantes devem interpretar e avaliar as informações existentes e importantes para o processo decisório (Abers; Keck, 2003).

Segundo Castellano e Romagnoli (2020), a gestão dos recursos hídricos através dos Comitês de Bacias compreende em um específico processo decisório, na qual diferentes atores deliberam sobre questões que são de interesse comum. Organizações deliberativas se saem melhor quando são capazes de promover a mudança e instituir novos modelos organizacionais, para solucionar problemas que modelos tradicionais não resolvem. O relacionamento entre os atores que desenvolvem no Comitê advém das relações já existentes antes da participação no Comitê, e das relações mantidas fora do âmbito do funcionamento da instituição. Ter representantes de vários setores da sociedade não garante por si só que a gestão conseguirá superar o limite setorial (Abers; Keck, 2003).

CONJUNTURA DA GESTÃO HÍDRICA

Tem-se discutido muito nas últimas décadas sobre uma provável insustentabilidade ambiental, em um cenário, causado pelo uso intensivo dos recursos naturais, em todas as regiões do país. O conceito de desenvolvimento sustentável, em que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações, nasceu em 1987 com o Relatório Brundtland “*Our Common Future*” (1991) elaborado a pedido da Assembleia Geral das Nações Unidas (CMMAD, 1991; Lacerda; Cândido, 2013).

Para tanto, o desenvolvimento sustentável está vinculado ao território e ao social, por interferir em níveis do bem-estar da humanidade. Em longo prazo, deve-se conciliar cada território específico a crescimento econômico, equidade e sustentabilidade ambiental. Partindo disso é inquestionável a importância dos recursos hídricos em qualquer etapa do desenvolvimento socioeconômico, uma vez que além de cumprir o papel de abastecer as necessidades humanas, animais e produtivas, são cada vez mais degradadas. Sendo assim, a gestão das bacias hidrográficas assume um papel fundamental no aspecto econômico, político, social e tecnológico, fundamentado na educação e participação do indivíduo de forma coletiva, buscando as melhores alternativas para a conservação no meio ambiente (Silva; Pruski, 2000).

O avanço do agronegócio, o aumento da população e crescimento das atividades industriais em Mato Grosso vem pressionando os recursos hídricos, exigindo, do Estado e da sociedade, ações conjuntas na utilização correta e sustentável dos recursos hídricos. No entanto, o crescimento econômico tem um custo alto: o ritmo acelerado de desmatamento em locais de nascentes, a substituição pela monocultura e pecuária extensiva contribuem para a degradação de bacias hidrográficas (Alves *et al.*, 2009).

Diante disso, foi instituída por meio da Lei nº 6.945/1997 a Política Estadual de Recursos Hídricos/MT (PERH), atendendo uma demanda apresentada pela Constituição Federal de 1988, em conjuntos com a Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH) através da Lei nº 9.433 do mesmo ano de 1997 (Brasil, 1997; Mato Grosso, 2020) (MATO GROSSO, 1997). E depois de 15 anos o estado de Mato Grosso sentiu a necessidade de atualizar a Política Estadual de Recursos Hídricos/MT (PERH), publicando em 2020 a Lei nº 11.088.

A SEMA atua por meio da Superintendência de Recursos Hídricos (SURH), na gestão e coordenação da Política Estadual de Recursos Hídricos Lei nº 11.088/2020 (Mato Grosso, 2005). O Sistema Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso (Lei 6.945/1997 e 11.088/2020) é composto pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso (CEHIDRO), pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e Comitê de Bacias (formado com membros, usuários de água, sociedade civil e poder público). A SURH é composta por três coordenadorias: Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos (CCRH), a Coordenadoria de Monitoramento de Água e Ar e Coordenadoria

de Ordenamento Hídrico; e cinco gerências (Gerência de Outorga, Gerência de Águas Subterrâneas, Gerência de Segurança de Barragens, Gerência de Laboratório e Gerência de Fomento e Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas) (SEMA, 2021).

Quanto aos Planos de Bacias Hidrográficas foram incluídos como instrumentos de gestão de recursos hídricos na Lei Estadual nº 11.088/2020, e elaborados por região ou UPGs, com foco nas ações regionais, permitindo uma importante articulação entre Comitês, prefeituras e outros órgãos do setor público, sociedade civil organizada e usuários da bacia.

O estado de Mato Grosso está em processo do seu primeiro Plano de Bacia, abrangendo duas UPGs, o Plano Integrado de Recursos Hídricos das Unidades e Gerenciamento Alto Paraguai Médio (P2) (na qual se localiza a Bacia Hidrográfica Rio Sepotuba) e Alto Paraguai Superior (P3) - PRH P2/P3 em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Se aprovado, este será o 1º Plano de Recursos Hídricos no Estado de Mato Grosso, representando um grande avanço na implementação dos instrumentos e, conseqüentemente, na gestão dos recursos hídricos (SEMA, 2021).

Esse plano de bacia poderá diagnosticar situações de problemas da bacia; fazer observações sobre a situação e ocupação do solo e aumento das atividades produtivas; levantar as disponibilidades e demandas futuras para os recursos hídricos e assim determinar prioridades e diretrizes para a outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, específico por bacia hidrográfica, para impedir possível deterioração (BRASIL, 1997). Segundo a Agência Nacional das Águas (ANA) (2023), a outorga é uma autorização necessária para quem quiser utilizar a água diretamente dos corpos d'água.

Além da outorga, outro instrumento é a cobrança pelo uso da água. A valoração econômica ambiental tem o intuito de calcular os custos sociais no uso dos recursos ambientais que estão escassos, possibilitando adicionar os benefícios sociais do uso de tais recursos. ((Ribeiro e Marta, 2011; Ortiz, 2003). Diante disso, com o objetivo de estabelecer um instrumento regulatório de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o art. 13 da Lei Estadual 6.945/97 refere-se à cobrança pelo uso da água como um instrumento gerencial (Brasil, 1997). Com isso, o gerenciamento de bacias hidrográficas enfrenta muitas dificuldades, principalmente de natureza institucional, pois a administração de água *versus* meio ambiente é de difícil solução, uma vez que existem disparidades no tratamento de recursos naturais, desde a água até os demais recursos (Rocha, 2004).

A bacia hidrográfica, como uma Unidade de Planejamento, é importante para mediar conflitos decorrentes de problemas relacionados ao uso dos recursos hídricos. Sendo assim, a instrumentalização técnica deverá ampliar as referências quanto à negociação para o bom equacionamento e indicação de alternativas de solução desses prováveis conflitos (Rocha, 2004).

Segundo o Art nº 39 da Lei nº 9.433/97, os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes: da União; dos Estados e Distrito Federal cujos territórios se situam, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação. Basicamente

são um grupo de pessoas que possuem autonomia, para tomada de decisão em relação à bacia hidrográfica pertencente, ou seja, uma descentralização da tomada de decisão (Brasil, 1997). Segundo relatório da SEMA (2021) o Estado de Mato Grosso tem 11 CBHs instituídos, 10 já se encontram em funcionamento e um em processo de posse da 1ª composição. O CBH Rio Sepotuba foi aprovado através da Resolução do CEHIDRO nº 35 de 2010, sendo o segundo a ser criado no estado de Mato Grosso (Comitê de Bacia Hidrográfica Sepotuba, 2018)

A atuação do CBH Sepotuba se baseia continuamente na construção de políticas públicas e na elaboração de instrumentos legais no processo de gestão hídrica do estado de Mato Grosso, que consequentemente exerce um papel fundamental na preservação do meio ambiente mais equilibrado, compatibilizando o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais (Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba, 2018).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adotará as formas e conceitos de capital social estrutural e cognitivo, expostos por Krishna e Shrader (1999), compreendendo a realidade do CBH Sepotuba. A caracterização da área de estudo, o CBH do Rio Sepotuba abrange os territórios dos municípios de Cáceres, Salto do Céu, Lambari D'Oeste, Barra do Bugres, Nova Olímpia, Nova Marilândia, Tangará da Serra, Reserva do Cabaçal e Santo Afonso, totalizando uma área de 981.181,91 ha (9.840 km²). Os principais Rios da Bacia do Sepotuba são: Rio Sepotuba, Rio Sepotubinha Maracanã, Rio Juba, Rio Jubinha, Rio Formoso, Rio Sapo, Córrego Queima-Pé, Rio das Tocas e Córrego Ararão (Governo de Mato Grosso, 2022).

A metodologia utilizada foi pesquisa participante e qualitativa envolvendo os segmentos que compõem o CBH Rio Sepotuba, os representantes da sociedade civil organizada, do governo e os usuários da água. O método adotado foi de natureza descritiva, e de caráter exploratório, de modo a proporcionar maior familiaridade com o problema e torná-lo mais explícito. A fim de coletar os dados, a pesquisa foi segregada em cinco etapas. 1) levantamento bibliográfico; 2) análise documental (atas, resoluções e registros financeiros); 3) elaboração do questionário; 4) entrevista semiestruturada; 5) aplicação de questionário para os membros do CBH Sepotuba.

O questionário foi composto por 35 questões, tendo perguntas fechadas e abertas, adaptado de Barbi (2007). A aplicação do questionário foi realizada com uma população de 46 membros do CBH do Rio Sepotuba, sendo: 12 representantes usuários de água, 14 representantes da sociedade civil, seis representantes do poder municipal, 12 representantes do poder estadual e dois representantes do poder federal, com poder de voto no triênio de 2021 a 2023. No entanto, a pesquisa coletou 33 (trinta e três) respostas. O questionário foi enviado via *e-mail*, via *WhatsApp* (fornecido através do site do Comitê), e por ligação e visita. Os instrumentos utilizados para o registro da entrevista foram um gravador de áudio,

e para aplicação do questionário foi utilizado o *google forms*. A pesquisa utilizou análise de conteúdo para uma questão aberta no questionário; entrevistas, gravações das reuniões e documentos (atas e resoluções e relatórios financeiros) e a análise de estatística descritiva. As questões com os dados da escala de *Likert*, foram analisadas com a resposta mais frequente.

RESULTADOS

No período de 2021 a 2023, o CBH Sepotuba estava na sua 5ª (quinta) gestão, contando com 46 membros, tendo um retorno de 33 respostas. Destas, 81,8% são do gênero masculino e apenas 18,2% do gênero feminino. Dentre as respostas a representação dos vínculos ficou dividida em: 9 membros representando os usuários de água; 11 membros representando a sociedade civil; 3 membros do poder municipal; 8 membros do poder estadual e 2 do poder federal. A maioria (66,6%) possui vínculo com o Comitê até 5 anos e 9,1% de 6 a 8 anos, no entanto o Comitê conta com a participação de 24,3% de 9 anos para cima.

Segundo Castellano e Romagnoli (2020), os membros que compõem o comitê são aqueles que fazem parte das mesmas redes sociais. Isso facilita a presença de um alto grau de confiança, uma vez que o capital social (união) já pré-existia entre os membros do comitê. Outra vertente de análise nesse sentido é capital social conexão, que segundo Gootaert, *et al* (2003), permite analisar a condição da relação entre os autores em atribuição do acesso a esses representantes e as atitudes destes em relação à existência de novos membros no processo de tomada de decisão dos recursos hídricos.

Em se tratando dos vínculos mais significativos entre os membros, e a classificação da força do vínculo existente, identificou de médio (54,5%) a fraco (36,4%) possuindo de 1 a 3 vínculos significativos. O termo “tomada de decisão”, segundo Ribeiro e Marta (2011), ainda que tenha vínculos na administração, não pode ser compreendido somente no âmbito das empresas, mas sim como competência também na esfera pública. Em decorrência de diversos problemas ambientais e de novos grupos sociais (Sociedade Civil Organizada) a partir de 1970 o processo de tomada de decisão se mostrou mais obscuro. Os elos dos setores públicos, privados e sociedade civil possibilita compreender a complexa inserção da variável ambiental no processo de tomada de decisão, em razão de que as tomadas de decisões perpassam por um processo sistêmico, paradoxal e contextual, sendo essencial considerar cada problema a ser discutido dado através da conjuntura política, social, ambiental, econômica e cultural, para não correr o risco de decisões tomadas erroneamente.

Nesse sentido, tomar uma decisão é fazer escolhas do sim ou do não, resultando em tentativas de atingir os objetivos e alcançar os melhores resultados em determinado momento, principalmente em se tratando do melhor destino dos recursos hídricos. Os resultados se mostraram bem divididos quanto a forma das decisões tomadas pelo CBH

Sepotuba, “por votação após articulação (27,3%)”, “por votação após consenso (27,3%)”, “por consenso após discussão (27,3%)”, “por votação sem discussão prévia (6%) e 12,1% não souberam responder.

No tocante à maneira pela qual as decisões são tomadas no CBH Sepotuba, a maioria dos membros se declarou satisfeitos (79%), ainda que 9% e 6% se mostraram insatisfeitos e muito insatisfeitos, e 6% indiferente. Considerando que as decisões são tomadas a partir de votação e consenso, justificaria a satisfação dos membros da forma como são tomadas as decisões, uma vez que são de competência dos CBHs promover ações de entendimento, cooperação, fiscalização e eventual conciliação entre os usuários de água (Brasil, 2020).

De maneira geral, a maioria dos membros avaliou a capacidade de sua organização influenciar no processo de tomada de decisões do CBH Sepotuba como sendo “regular” (66,6%) a alta (18,2%), ainda que 12,2% consideram baixa e 3% muito baixa. O nível de influência das entidades nas tomadas de decisões, muitas vezes dependerá da participação efetiva nas reuniões e eventos, no Comitê. Ainda que a tomada de decisão dos recursos hídricos aconteça de forma descentralizada, o Comitê possui autonomia para tomada de decisão em relação à bacia hidrográfica.

Tal influência nas tomadas de decisões é atribuída ainda segundo os membros como sendo pela “articulação com os demais membros do comitê” (57,6%), e ainda a “capacidade técnica” (21,2%), não atribuindo significativamente peso na influência (3%) a “capacidade de liderança”. Demonstrando que não é preciso ter o perfil de líder para influenciar nas decisões e sim possuir articulação com os demais membros. Nota-se um percentual significativo (18,2%) de membros que não souberam opinar sobre essa influência nas decisões do comitê, uma vez identificado a pouca participação nas reuniões.

Sobre fatores de interferência nos processos de decisões do comitê, os resultados demonstraram que na soma total das opiniões 53% interferem um pouco, 36,3% interferem bastante, e somente 10,7% acreditam que não interferem nem um pouco. Destacando as diversidades que interferem “bastante” no processo de tomada de decisões quanto ao: interesses setoriais; conhecimento técnico, e em seguida quanto às visões sobre a gestão da bacia. Diversidades de interesse setoriais interferem especialmente por conter diferentes conflitos de interesses entre setores pelo uso e destinação da água.

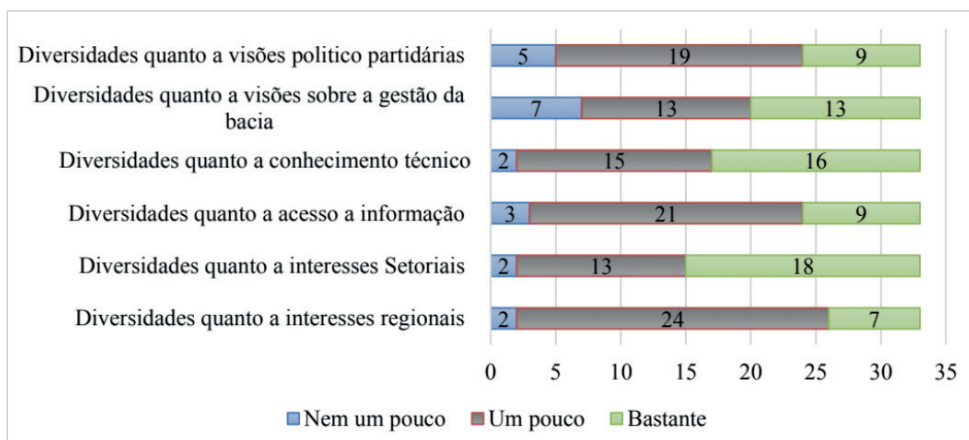


Gráfico 1: Fatores de interferência no processo de tomada de decisão do CBH Sepotuba/MT

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

As negociações decorrentes de conflitos ambientais tendem a ser difíceis, uma vez que tais conflitos são, muitas vezes, mais complexos do que os provindos de outras fontes. As duas últimas decisões recentemente tomadas pelo CBH Rio do Sepotuba consideradas importantes, 18 membros afirmaram que foram: a recuperação da nascente do rio Queima-pé e a não autorização da instalação de empreendimentos hidrelétricos no rio Sepotuba - Salto das Nuvens.

Dentre as outorgas solicitadas, o Comitê foi requisitado para verificação de outorga na discussão do Salto das nuvens. Sendo assim todas as outorgas que deveriam passar pelo Comitê, via sistemas governamentais, ainda não são devidamente efetivas. Em conversa com outros presidentes dos demais Comitês de Bacias do estado de Mato Grosso, Jauru, Cabaçal, Paraguai e entre outros, passam pelas mesmas dificuldades, mesmo o Comitê sendo um órgão deliberativo. E mesmo essas discussões de liberação de outorga passasse pelo CBH Rio Sepotuba, não conseguiria interferir uma vez que o Comitê não possui o Plano de Bacia.

Dentre os 33 membros que responderam à pesquisa, 15 membros não sabiam responder ou não se recordavam da última reunião, bem como não participaram. Segundo Sen (2001), a participação dos atores em discussões públicas, não é algo individual, mas sim uma atividade coletiva, uma vez que a capacidade de fazer escolhas está relacionada com as expectativas compartilhadas em grupo. Percebe-se que o simples fato de existir um espaço de negociação, não se torna uma garantia que os membros participarão e nem da solução de conflitos.

De maneira geral, a classificação da participação dos membros no CBH do Rio Sepotuba, foi indicada como sendo regular (54,6%) para baixa (30,3%) e (9,01%) muito baixa. Ainda que somente 3% afirmaram ser alta e (3%) muito alta. Diferente dos resultados

encontrados por Barbi (2007) que apontou o nível de participação entre regular para alta e muito alta. Fica evidente a preocupação da efetividade nas tomadas de decisões dentro do CBH Rio Sepotuba, uma vez que esse nível de participação se mostra negativo. Segundo Rocha (2004), existem muitas dificuldades no gerenciamento de bacias, principalmente de natureza institucional, pois a administração de água *versus* meio ambiente é de difícil solução, uma vez que existem disparidades no tratamento dos recursos hídricos. A pesquisa identificou que a maioria dos membros avalia sua participação no Comitê como nunca (48,5%) participa ou às vezes (36%) participa, revelando uma mínima participação de “sempre” (15,5%).

Percebe-se pouco envolvimento dos membros, caracterizando pouca motivação. Segundo Evans (2003) as inferências institucionais são desafiadoras, visto que o desenvolvimento não é visto como um fator exógeno, mas sim alinhado ao redor de ideais, ou seja, consequências das ações dos agentes econômicos que respondem a estímulos. Por isso, os arranjos institucionais formam os incentivos. E o entorno institucional, compromisso e redes sociais são fatores fundamentais para o desenvolvimento sustentável (HIGGINS, 2005). A sociedade civil organizada, principalmente instituições de cunho científico, (UNEMAT e UFMT), às apresentaram mais participativas, porém os outros setores têm grande dificuldade de cumprir o compromisso efetivamente.

Com relação à maneira como a informação circula no CBH Sepotuba, a maioria dos membros (66,7%) se sentem satisfeitos e muitos satisfeitos (15,2%), ainda que 12,1% declararam estar insatisfeitos e 6% indiferentes. Ao deliberar sobre um determinado assunto, uma parte dos membros do Comitê (39,4%) se sente informado sobre as ações realizadas, no entanto 36,4% se sentem pouco informados e 9% não souberam responder. Isso demonstra falta de interlocução entre os membros. E apenas 15,2% se sentem bastante informados e se consideram preparados para votar e opinar, demonstrando que esse pequeno percentual de membros participa efetivamente das ações do comitê. Um ponto positivo é que nenhum dos membros desconhece por inteiro de todos os assuntos pertinentes do comitê, sendo de poucos informados a bastante. Segundo Barbi (2007) o acesso à informação contribui para a dinâmica da tomada de decisões.

A pesquisa evidenciou que a maior dificuldade no gerenciamento dos recursos hídricos no CBH Sepotuba é a falta de poder deliberativo, pois, para o CBH efetivamente ter as condições completamente delegáveis, é necessário ter estabelecido o plano de bacia. Diante disso, o Comitê acaba sendo mais uma Câmara de diálogo, sem a efetiva força, por não possuir os instrumentos necessários e conseguir agir efetivamente, que seria o papel do Comitê de Bacia uma instância de decisão primária.

Uma instância, que deveria ser escutado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), nos processos que são específicos da CBH do Rio Sepotuba. E como o Comitê, diante dessas limitações, não tem efetivamente o poder de decisão colegiado que seja instrumentalizado, acaba tendo a atuação muito resumida a ações de cunho educacional,

ações de diálogo, de informação, e acaba perdendo também a vista da população (como se o Comitê existisse somente para fazer a educação ambiental).

Diante disso, 45,5% dos membros não souberam responder quando questionados sobre como o CBH do Rio Sepotuba selecionam os projetos que receberão recursos. O desconhecimento se deve pela falta de comparecimento e participação nas reuniões. No entanto, 36,5% dos membros do comitê afirmaram que os projetos que receberão recursos foram selecionados de acordo com as prioridades definidas pelo CBH do Rio Sepotuba. Isso demonstra que o Comitê possui poucos recursos financeiros para ser investidos em projetos para gerenciamento dos recursos hídricos da bacia. Vale ressaltar que 3% disseram que os recursos financeiros são priorizados por segmento; 3% escolhidos por critérios políticos; 3% afirmaram não existir critérios definidos; 3% acreditam que não houveram demanda; 3% segue-se um edital de demanda (publicado no ano anterior ao desenvolvimento do projeto); e 3% dos membros afirmaram não participar em nenhuma das distribuições dos recursos.

Nos relatórios disponibilizados pelo comitê do período de 2019 a 2022, foi recebido um valor total de R\$ 204.720,00 e utilizados com as demandas do Comitê R\$ 82.553,08, ficando um saldo para ser utilizado em 2023 de R\$ 122.166,02. Destacando os anos de 2020 e 2021 que foram anos pandêmicos, o Comitê não teve muitas ações que demandaram a utilização dos recursos, uma vez que com a situações de distanciamento eventos foram adiados e alguns passaram a serem de forma on-line.

Sobre o acompanhamento da utilização dos recursos financeiros do CBH Sepotuba, a maioria dos membros (39,4%) respondeu que há um bom acompanhamento da utilização dos recursos recebidos pelo CBH Sepotuba e 6,1% afirmaram ser ótimo. Contudo 30,3% dos membros não souberam responder, demonstrando o não conhecimento quanto às questões fundamentais do Comitê. Vale ressaltar que 12,10% afirmaram que o acompanhamento é muito frágil, e (9,10%) razoável.

Quanto à aplicação dos recursos financeiros, para 36,3% dos membros os recursos são bem aplicados, porém são insuficientes pela demanda existente no Comitê de Bacia H. do Rio Sepotuba, ainda que 15,2% acreditem que os recursos sejam suficientes. E 9,1% dos membros declararam que os recursos são mal aplicados e 3% dizem que normalmente atende a demanda. Nota-se que 36,4% não souberam responder o questionamento.

Com isso Uphoff (2000), afirma que a ação coletiva só se torna possível, mediante disponibilidade de recursos (de diversas naturezas), que são essenciais para executar corretamente as ações definidas. Percebe-se que o CBH do Rio Sepotuba possui um instrumento para gerenciar esses recursos, ainda que não sejam suficientes para atender as demandas.

Em relação às preocupações internas do Comitê, sobre os problemas ambientais ou “não” dentro da área da Bacia H. do Rio Sepotuba, se destacam ser um problema: o desmatamento e degradação dos mananciais; a escassez de água; saneamento (coleta e tratamento do esgoto); poluição da água e ainda o uso de agrotóxicos.

No entanto, grande parte dos membros evidencia não ser um problema ambiental para a Bacia H. do Rio Sepotuba: poluição do ar e enchentes, enquanto qualidade da água encanada se mostrou bem dividida nas opiniões. Corroborando com a pesquisa Siebert (2023) que aponta fatores que impactam os recursos hídricos na bacia hidrográfica Sepotuba: lixo urbano; poluição de rios e córregos; agrotóxico; bebedouros de gado diretamente nos rios; processos erosivos; construção de estradas e descargas de água pluviais e construção de PCHs e UHEs (na bacia hidrográfica do rio Sepotuba encontram-se em operação atualmente quatro empreendimentos de geração de energia e outros vinte e dois estão em fase de construção, licenciamento, projeto e inventário).

As tensões internas no CHB Rio Sepotuba, que se mostraram mais preocupantes foram: o uso da água para fins agrícolas *versus* abastecimento da população (36,4%), e ainda abastecimento da população *versus* o uso da água para geração de energia (24,2%). Vale ressaltar que 6,2% afirmaram ser especulação imobiliária *versus* preservação ambiental; 3% indicaram ser a implantação de usinas hidrelétricas; 3% afirmaram ser usos múltiplos da água não respeitados; 3% acreditam ser conflito de uso hidrelétrico; 3% de energia elétrica *versus* usos múltiplos; e 3% disseram ser moradia irregular *versus* preservação ambiental. E 18,2% preferiram não se manifestar.

Outras dificuldades enfrentadas pelo CBH Rio Sepotuba são as diferenças de opinião no processo decisório entre os segmentos. Essas diferenças se apresentaram entre todos os segmentos (36,4%), e ainda entre a sociedade civil e Estado (21,2%), além de 30,3% dos membros que não souberam opinar. Nota-se ainda um conflito de opiniões baixo entre sociedade civil e municípios (9,1%) e estados e municípios (3%). Tal conflito é devido às composições de diferentes interesses e conhecimentos particulares. Para uma instituição ser eficaz (um grupo social), é necessário considerar instrumentos de resolução de conflitos que possibilitem a superação e situação de impasse (Uphoff, 2000).

Castellano e Romagnoli (2020) afirmam que a importância da relação entre o estado e a sociedade para a definição de capital social segundo Putnam, união (*bonding*) e ponte (*bridging*), se confirma na cooperação entre o governo e a ação cidadã que está ligada em reciprocidade e enraizamento (*enbededness*). A reciprocidade se refere a relações de apoio mútuo entre atores públicos e privados. O enraizamento está associado aos laços que conectam cidadãos e funcionários públicos.

Para a resolução dessas diferenças de opiniões, é realizado no Comitê “votação e após a negociação entre as partes” (39,4%), “por votação sem negociação” (21,2%), ou ainda “por consenso ou acordo, com auxílio de um mediador” (12,1%), porém alguns dos membros (6,1%) afirmaram não ser resolvidas os conflitos de ideias e permanecerem presentes sem solução. Vale ressaltar que 21,2% não souberam responder, tornando ainda evidente a ausência de participação de boa parte dos membros em compromissos importantes do Comitê. No entanto, os membros se sentem satisfeitos (57,6%) e muito satisfeitos (6%), quanto à forma como são solucionados esses conflitos de opiniões, ainda

que 15,2% e 3% se sentem insatisfeitos e muito insatisfeitos respectivamente. E 18,2% se mostraram indiferentes.

Nota-se que a principal dificuldade que envolve o funcionamento do CBH do Rio Sepotuba, seria a falta de interesse e de motivação por parte dos membros (45,4%), em segundo a falta de recursos financeiros (27,3%), seguido de conflitos entre os segmentos (prefeituras, poder público estadual, usuários de água e sociedade civil) (12,1%), falta de conhecimento sobre a áreas por parte dos membros (9,1%) e conflitos entre entidades específicas (6,1%). Em relação a motivação, segundo North (1999) a escolha racional não explica comportamentos cooperativos, e não considera dogmas, ideias e ideologias nas tomadas de decisões dos atores. A falta de recursos financeiros se torna um gargalo para o bom funcionamento do Comitê, uma vez que a demanda por ações, estão presentes e para isso se faz necessário recursos. Observa-se ainda conflitos entre os segmentos, que se torna impossível o desenvolvimento institucional do Comitê.

O nível de confiança entre os membros do CBH Rio Sepotuba, permaneceu o mesmo durante os últimos anos (39,4%), contudo, 33,3% acreditam que aumentou esse nível, ainda que 6,1% afirmaram ter diminuído e 21,2% preferiram não responder. As mudanças dos membros com muita frequência podem contribuir para o nível de confiança não aumentar, principalmente representantes do município, uma vez que podem ser alterados em função das eleições municipais.

Para Pereira, Carniello, Santos (2010), o capital social constrói dentro de um determinado grupo como o CBH Rio Sepotuba, com maior ou menor eficiência, o intuito de quanto mais haver a concentração entre seus membros para um objetivo comum, mais existirá a confiança, solidariedade e reciprocidade entre os atores sociais, a ativa participação de cada membro e a obediência às regras instituídas pelo grupo. Tal nível de confiança entre os membros (permaneceu ou diminuiu) se atribui a pouca interação entre os membros (39,4%), e quando esse nível aumenta é relacionado pela interação (18,2%) e pelo compromisso assumido pelos membros (12,1%), porém nota-se que 30,3% dos membros não souberam opinar.

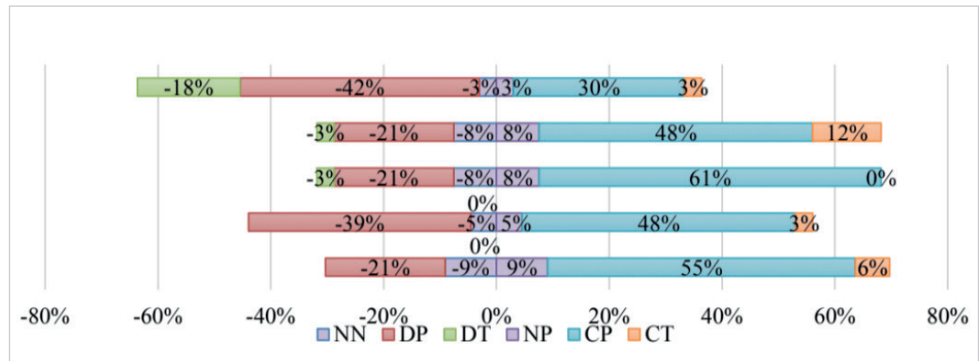
Para confirmar o nível de confiança a pesquisa supôs que um membro qualquer do Comitê, pactuou com outro membro uma posição sobre determinado assunto, com isso 42,4% dos membros disseram que manteriam a palavra no que foi pactuado, contudo 24,3% poderiam mudar de ideia na hora da votação. Isso não confirma a existência de laços de confiança uma vez que somente menos de 50% manteriam a palavra, e ainda 33,3% dos membros preferiram não responder à questão.

Considerando que o comitê é uma organização de interesses compartilhados, a existência da confiança é essencial para as relações de reciprocidade, solidariedade e estabilidade das conexões sociais (Uphoff, 2000). A definição de objetivos claros para o gerenciamento dos recursos hídricos, cumprimento de normas e acordos, são traços observados no CBH Sepotuba que corroboram no desempenho institucional para a gestão dos recursos hídricos.

Foi questionado se um projeto ou assunto tratado no CBH do Rio Sepotuba, não beneficia diretamente a organização “A”, mas beneficia outras organizações, na visão dos membros o representante da organização “A” irá se empenhar para aprovar este projeto. De acordo com as respostas, a cooperação entre os membros se mostrou dividida, 30,3% se empenhariam um pouco, 21,2%, se empenharia muito, e 21,2% dos membros não se empenhariam, bem como 27,3% não se manifestaram. Isso evidencia pouca cooperação entre os membros que compõem o CBH Sepotuba.

Supondo ainda que para o sucesso de um projeto do CBH do Rio Sepotuba, a ação conjunta entre Estado, sociedade civil e prefeituras seja fundamental. Neste caso, foram questionados os membros sobre o envolvimento deles nesse processo. Dentre as respostas, 50% acreditam que o projeto seria realizado, pois afirmam ter cooperação entre os segmentos, no entanto 20% relataram falta de cooperação entre os segmentos e não viabilizaram o projeto, e ainda 30% optaram por não responder a pesquisa. Percebe-se a existência de cooperação quando trabalhado em conjunto. A falta de exposição de opinião dos membros dessa gestão (2021-2023) se mostrou evidente, uma vez que na maioria dos questionamentos optaram por não responder a pesquisa. A cooperação está relacionada aos aspectos estruturais da organização, e ainda aos instrumentos cognitivos do capital social.

Foram realizadas algumas afirmações para verificar a existência de reciprocidade, solidariedade e generosidade entre os membros.



Legenda: NN (Neutro Negativo); DP (Discordo Parcialmente); DT (Discordo Totalmente); NP (Neutro Positivo); CP (Concordo Parcialmente); CT (Concordo Totalmente).

Gráfico 2: Existência de reciprocidade, solidariedade e generosidade entre os membros

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Na primeira afirmação sobre se os membros se preocupam só com interesses próprios e não estão preocupados com o avanço do comitê como um todo, é evidenciado os pontos de maior frequência como discordo parcialmente (42%) e concordo parcialmente (30%), isso demonstra parcialidade na existência de relações de solidariedade, evidenciando que alguns setores não possuem interesses comuns.

Na segunda afirmação o ponto de maior frequência foi concordo parcialmente (48%), em haver membros do CBH do Rio Sepotuba que assumem sacrifícios pessoais em prol do interesse coletivo. De certa forma, por ser um trabalho voluntário na qual os membros não contam com recursos financeiros, se torna generosidade em se dedicar em favor do gerenciamento das águas, por ser um bem natural e econômico que é interesse de todos. No entanto, os membros sentem que esse sacrifício poderia ser mais intenso e participativo.

No que tange a terceira afirmativa em que a maioria das pessoas do CBH do Rio Sepotuba está disposta a ajudar, caso alguém necessite, 61% concordo parcialmente, evidenciando parcialmente elementos de solidariedade e generosidade. Elementos esses que são cruciais para a construção dos arranjos institucionais que serão capazes de aguçar um agente ou organização (Gala, 2003).

Na quarta afirmativa em que a maioria das pessoas não dá muita atenção às opiniões dos outros membros do CBH do Rio Sepotuba, os resultados demonstraram que 48% concordo parcialmente e 39% discordo parcialmente, sobressaltando ainda a parcialidade na existência de relações de reciprocidade e solidariedade. A maioria das pessoas do CBH do Rio Sepotuba mantém os compromissos assumidos, na quinta e última afirmativa, um percentual significativo de 55% de concordância parcialmente, o que ainda não sustenta as relações de reciprocidade.

Por mais que ainda não haja unanimidade entre os membros da existência de reciprocidade, solidariedade e generosidade, o comitê vem se esforçando para realizar a função enquanto instituição para gerenciar da melhor forma os recursos hídricos. Um dos objetivos do comitê é que nas próximas gestões seja implantado o Plano de Bacia. A principal ferramenta que compõe o plano de bacia é a classificação do corpo hídrico, por que isso é projeto para frente (projetar o Rio Sepotuba para longo prazo 10 ou 20 anos) isso seria um plano de ação que vai criando e ajustando. Diante disso, se mostra um problema paradoxal, pois para se efetivar a cobrança pelo uso da água é preciso do plano de bacia, e como cobrar se não possui o instrumento que regulamenta essa cobrança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange ao capital social estrutural a permanência dos membros no CBH Sepotuba efetiva, não garantiu a construção de uma matriz institucional, pois a força dos vínculos demonstrou pouco elo entre os membros. Entre as discussões, as formas como são tomadas as decisões se revelaram obscuras, ainda que utilizem a forma democrática para tomar as decisões.

De modo geral, a satisfação pela forma como são tomadas as decisões no CBH Sepotuba, evidenciaram entendimento entre os membros, atribuindo-se o nível da entidade de influência nas tomadas de decisões de regular a alta, pela articulação com os demais membros do comitê e a capacidade técnica. Fatores de interferência nos processos de decisões do comitê foram destacados principalmente por interesses setoriais, em função de conter conflitos de diversos setores pelo uso dos recursos hídricos.

A pesquisa identificou problemas estruturais no que tange ao poder deliberativo, uma vez que o CBH Sepotuba não possui materializado o plano de bacia, um instrumento necessário para que o comitê cumpra o papel de deliberação efetiva, com isso o comitê acaba sendo mais uma câmara de diálogo, sem a efetiva força.

A baixa participação dos membros nos processos de tomada de decisões, demonstra que um espaço de negociação, não garante que os membros participem de forma efetiva e que contribuam para a solução de conflitos na gestão da água. A falta de participação dos membros nas ações do CBH Sepotuba, se torna uma preocupação da efetividade nas tomadas de decisões. Comprovando que a minoria dos membros se sente bastante informados e se consideram preparados para votar e opinar.

Em se tratando do capital cognitivo (confiança) em que atitudes definem o comportamento cooperativo. O nível de confiança entre os membros do CBH Rio Sepotuba, permaneceu o mesmo durante os últimos anos, contudo, boa parte dos membros acreditam que aumentou esse nível. Não se confirmou a existência de laços de confiança uma vez que menos de 50% dos membros manteriam a palavra. A falta de exposição de opinião dos membros se mostrou evidente, uma vez que na maioria dos questionamentos optaram por não responder a pesquisa.

Quando se trata da reciprocidade, solidariedade e generosidade entre os membros, os resultados demonstram parcialidade, evidenciando que alguns setores não possuem interesses comuns. Por mais que ainda não haja unanimidade entre os membros da existência de reciprocidade, solidariedade e generosidade, o comitê vem se esforçando para realizar a função enquanto instituição para gerenciar da melhor forma os recursos hídricos. Organizando e executando ações estratégias para futuramente realizar o processo de valoração do uso da água. Um dos objetivos do comitê é que nas próximas gestões seja implantado o Plano de Bacia.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca e KECK, Margaret. **Perspectiva de desenvolvimento da pesquisa. Projeto Marca D'Água: seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas do Brasil**: caderno 1: retratos 3 X 4 das bacias pesquisadas. Brasília 1(1): 184-198. 2003.

AGÊNCIA NACIONAL DA ÁGUAS - ANA. **Comitês de Bacias Hidrográficas**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/fortalecimento-dos-entes-do-singreh/comites-de-bacia-hidrografica/comites-estaduais/mt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

ALVES, Édna Cristina R. F.; SILVINO, Alexandra Natalina de Oliveira; ANDRADE, Nara Luisa Reis de; Alexandre SILVEIRA. Gestão dos Recursos Hídricos no Estado de Mato Grosso. **RBRH — Revista Brasileira de Recursos Hídricos** Volume 14 n.3 Jul/Set 2009, 69-80. Disponível em: https://abrh.s3.sa-east-1.amazonaws.com/Suamarios/10/12b9b17985bab466eeb56dfa8fc4f098_3373a09133a5d5b9f556e8bf16642b72.pdf. Acesso em: 06 fev. 2023.

BARBI, Fabiana. **Capital Social e Ação Coletiva na gestão das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá**: Os desafios da gestão compartilhada do Sistema Cantareira - SP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Ciência Ambiental, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-05072007-100929/pt-br.php>. Acesso em: 24 jan. 2023.

BARDHAN, Pranab. **Deliberative conflicts, collective action, and institutional economics**. In: Meier & Stiglitz (eds). *Frontiers of Development Economics*, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238220319_Distributive_Conflicts_Collective_Action_and_Institutional_Economics. Acesso em: 14 ago. 2023.

BOEIRA, Sérgio Luís; BORBA, Julian. Os fundamentos teóricos do Capital Social. **Ambient. soc.** v. 9, n.1, Jun 2006, <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2006000100011>. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/asoc/a/cBhWM7kmTKcwBhxmFyywnHD/?lang=pt#:~:text=Ou%20seja%2C%20capital%20social%20consistiria,33\)](https://www.scielo.br/j/asoc/a/cBhWM7kmTKcwBhxmFyywnHD/?lang=pt#:~:text=Ou%20seja%2C%20capital%20social%20consistiria,33)). Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Lei 24.643 de 10 julho de 1934**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

_____. **Lei nº 9.433, de oito de janeiro de 1997**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 07 fev. 2023.

CASTELLANO, Maria; ROMAGNOLI, Reynaldo. **Capital Social e organismos gestores de recursos hídricos: o caso do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras**. 2020. Disponível em: <https://silo.tips/download/capital-social-e-organismos-gestores-de-recursos-hidricos-o-caso-do-subcomite-al>. Acesso em: 21 abr. 2023.

CAVALCANTE, Clóvis. Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico. **Textos Para Discussão - TPD**. v. 2001, n. 104, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/920/641>. Acesso em: 10 jul. 2023

CLEVELAND, Cutler.; MATHIAS, Ruth. Capital Humano, Capital Natural e Limites Biofísicos no Processo Econômico. In Clóvis Cavalcanti (org.), **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo, Cortez Editora, pp. 131-164. 1997.

COLEMAN, James S. Capital social e criação de capital humano. In: **Zona Abierta** 94/95. Madri: ed. Pablo Iglesias, p. 47-82. 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SEPOTUBA. Disponível em: <https://cbhsepotuba.wixsite.com/comites>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CUNHA, Fernando Monteiro da. **Para além da participação**: aprendizagem social na gestão de recursos hídricos. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-17062011-172722/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

EVANS, Peter. Além da Monocultura Institucional: Instituições, capacidade e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan/jun 2003, p.20-63. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/pCYnHKTXXPL6wY9gWcd4Gbq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2023

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Cambridge, junho, 1974.

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, vol. 23, n° 2 (90), abril-junho/2003. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3436475/mod_resource/content/0/Douglas%20North%2090-6.pdf. Acesso em: 04 abr. 2023.

GOOTAERT, Cristiaan; NARAYAN, Deepa; JONES, Verônica Nyhan; WOOLCOCK, Michael. **Questionário integrado para medir capital social – QI-MCS**. Banco Mundial. Grupo temático sobre capital social. 2003.

GOVERNO DE MATO GROSSO. **Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba monitora córregos urbanos de Tangará da Serra**. 2022. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/21620117-comite-de-bacia-hidrografica-do-rio-sepotuba-monitora-corregos-urbanos-de-tangara-da-serra>. Acesso em 14 jan. 2023.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos, 2005.

HOFF, Karla; STIGLITZ, Joseph. Modern economic theory and development. In: Meier, Gerald e Joseph Stiglitz. **Frontiers of Development Economics**, 2001, p. 389-460.

KANBUR, Ravi; SQUIRE Lyn. **The evolution of thinking about poverty**: exploring the interactions. In: Meier e Stiglitz. **Frontiers of development economics**, 1999, p. 183-226. Disponível em: <https://ecommons.cornell.edu/handle/1813/57971>. Acesso em: 07 jun. 2023

KRISHNA, Anirudh and SHRADER, Elizabeth. **Social Capital Assessment Tool**. Conference on Social Capital and Poverty Reduction. The World Bank. Washington, D.C. 1999.

LACERDA, Cícero de Sousa; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Modelos de indicadores de sustentabilidade para gestão de recursos hídricos**. 2013. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/bxj5n/pdf/lira-9788578792824.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MATO GROSSO. **Lei nº 6.945, 05 de novembro de 1997**. Política Estadual de Recursos Hídricos/MT (PERH). Disponível em: https://progestao.ana.gov.br/panorama-dos-estados/mt/lei-no6945-97_mt.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

_____. **Lei nº 11.088, 10 de março de 2020.** Política Estadual de Recursos Hídricos/ MT (PERH). Disponível em: <https://dspace.ana.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/7871/LEI%20N%C2%BA%2011.088%2C%20DE%2009%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202020.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MONTEIRO, Fernando; JACOBI, Pedro R. **Mensuração do Capital Social em Comitês de Bacia Hidrográfica.** 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Pedro-Roberto-Jacobi/publication/267785283_MENSURACAO_DO_CAPITAL_SOCIAL_EM_COMITES_DE_BACIA_HIDROGRAFICA/links/55c79f8a08aeb9756746e368/MENSURACAO-DO-CAPITAL-SOCIAL-EM-COMITES-DE-BACIA-HIDROGRAFICA.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

NORTH, Douglas C. Understanding the process of Economic Change. **Iea Occasional Paper**, London, 1999.

ORTIZ, R. A. Valoração econômica ambiental: In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Orgs.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PEREIRA, Julia Rossato Oliveira; CARNIELLO, Monica Franchi SANTOS, Moacir José dos. **Os instrumentos de mensuração do capital social:** principais diferenças entre métodos reconhecidos mundialmente. 2010. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0036_0086_01.pdf. Acesso em: 04 fev. 2023.

PUTNAM, Robert; LEONARDI, R; NANETTI, R. **Making Democracy Work:** Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press. 1993.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006. Disponível em: <https://humana.social/wp-content/uploads/2017/01/PUTNAM-Robert-1993-Comunidade-e-Democracia-A-Experi%C3%Aancia-da-It%C3%A1lia-Moderna.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

RIBEIRO, Alexandro Rodrigues; MARTA, José Manuel Carvalho. Economia ambiental e aspectos regionais do meio ambiente no Brasil; In: GRASEL, Dirceu; MARTA, José Manuel Carvalho; RIBEIRO, Alexandro Rodrigues. (Org.). **Desenvolvimento econômico e gestão ambiental.** 2011. EdUFMT, 2 ed. Cuiabá, 2011.

ROCHA, Ciro Loureiro, MSc. **Gestão de Recursos Hídricos (1a. parte).** Curso de Especialização em Gestão de Recursos Hídricos em Áreas Urbanas. Universidade Federal de Santa Catarina departamento de engenharia sanitária e ambiental. 2004. Disponível em: http://neagua.ufsc.br/tiki-download_file.php?fileId=52. Acesso em: 13 mar. 2023.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO - SECOM. **MT é “exportador” de água com nascentes que abastecem três bacias hidrográficas.** 2023. Disponível em: <https://www.secom.mt.gov.br/w/mato-grosso-%C3%A9-exportador-de-%C3%A1gua-com-nascentes-que-abastecem-tr%C3%AAs-bacias-hidrogr%C3%A1ficas#:~:text=Mato%20Grosso%20%C3%A9%20um%20dos,%2C7%25%20do%20territ%C3%B3rio%20estadual>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA. **Publicações.** 2021. Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br/site/index.php/bibliotecas/category/251-publica%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 09 fev. 2023.

SEN, Amartya. What development is about. In: Meir e Siglitz, **Frontiers of Development Economics**, 2001.

SIEBERT, Décio Eloi. **A Bacia do Rio Sepotuba e atuação do Comitê de Bacia. Seminário em Defesa das Cabeceiras do Pantanal** (Cáceres-MT). 2023. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/a_bacia_do_rio_sepotuba_e_a_atuacao_do_comite_de_bacia.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023

SILVA, Demetrius D.; PRUSKI, Fernando F. **Gestão de Recursos Hídricos**: aspectos legais, econômicos, administrativos e sociais. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 2000. Portal Regional da BVS, biblioteca virtual em saúde p. 659. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-448324>. Acesso em: 21 jun. 2023.

UPHOFF, N. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. **Institutional Analysis**. 2000. Disponível em: <https://www.ircwash.org/sites/default/files/Uphoff-2000-Understanding.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2023.

ESTUDO DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CURTO PRAZO EM MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS VAREJISTAS DE CLÁUDIO

Data de aceite: 01/03/2024

Júlio César Amorim Castro

<https://orcid.org/0000-0003-2877-3614>
Faculdade IBMEC Belo Horizonte, Brasil

Valdilene Gonçalves Machado Silva

<https://orcid.org/0000-0002-7262-6438>
Universidade do Estado de Minas Gerais,
Brasil

RESUMO: Capital de giro são recursos financeiros que custeiam as atividades operacionais da empresa. Sua gestão eficiente proporciona aumento da lucratividade, liquidez e longevidade das organizações. Micro e pequenas empresas - MPEs são importantes para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, gerando emprego e renda. O objetivo deste trabalho foi analisar os principais fatores que influenciam a gestão do capital de giro das MPEs varejistas de Cláudio. Realizou-se uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Os dados foram coletados com aplicação de questionário a uma amostra intencional de 38 empresas. Obteve-se que as empresas estavam no mercado há mais de 10 anos. Os sócios faziam a gestão financeira do empreendimento, eram do gênero masculino e atuavam em

finanças há mais de 10 anos. Grande parte tinha curso superior completo, outra parte significativa possuía apenas o ensino médio completo, poucos tinham conhecimento técnico de finanças. As empresas possuíam capital suficiente para efetuar pagamentos. Tinham controle financeiro de bancos, contas a receber, vendas e inadimplência. Calculavam o prazo médio de recebimento e faziam planejamento financeiro. As principais dificuldades na gestão financeira eram utilizar mais ferramentas úteis para aumentar o lucro, analisar os demonstrativos contábeis, implementar um Sistema de Informações Gerenciais, fazer provisão para pagamento de férias, décimo terceiro salário e realizar o controle de estoque. A hipótese foi confirmada, pois os gestores financeiros por possuírem pouco conhecimento técnico da área, não tinham as competências necessárias para uma gestão mais eficiente do capital de giro.

PALAVRAS-CHAVE: Capital de giro, pequenos negócios, varejo.

STUDY OF SHORT-TERM RESOURCE MANAGEMENT IN MICRO AND SMALL RETAIL ENTERPRISES IN CLÁUDIO

ABSTRAT: Working capital are financial resources that fund the company's operating activities. Its efficient management provides increased profitability, liquidity and longevity for organizations. Micro and small companies - MPEs are important for the Brazilian socioeconomic development, generating jobs and income. The objective of this work was to analyze the main factors that influence the working capital management of Cláudio's retail MSEs. Descriptive research with a quantitative approach was carried out. Data were collected by applying a questionnaire to an intentional sample of 38 companies. It was found that the companies had been in the market for more than 10 years. The partners did the financial management of the enterprise, were male and had worked in finance for over 10 years. A large part had a college degree, another significant part had only completed high school, few had technical knowledge of finance. The companies had sufficient capital to make payments. They had cash control, banks, accounts receivable, sales and defaults. They calculated the average payment term and did financial planning. The main difficulties in financial management were using more useful tools to increase profit, analyzing the financial statements, implementing a Management Information System, making provision for vacation payments, thirteenth salary and carrying out inventory control. The hypothesis was confirmed, as the financial managers, because they have little technical knowledge of the area, did not have the necessary skills for a more efficient management of working capital.

KEYWORDS: Working capital, small retail businesses, finance.

INTRODUÇÃO

O estudo do capital de giro é fundamental para compreender o aspecto financeiro de uma empresa. As decisões de financiamento, expansão das atividades, recebimentos e pagamentos são funções de responsabilidade dos gestores financeiros. Ser “sustentável financeiramente” é ter as contas sob controle, de modo que os objetivos organizacionais possam ser alcançados ao longo do tempo. De acordo com Assaf Neto & Lima (2014), o capital de giro é representado pelo ativo circulante, composto pelas disponibilidades (caixa e aplicações financeiras), valores a receber e estoques. São os recursos necessários para sustentar às operações diárias do negócio, de modo que a organização possa cumprir com suas obrigações financeiras tempestivamente.

A proposta deste trabalho foi responder quais são os principais fatores que influenciam a gestão do capital de giro nas micro e pequenas empresas do setor varejistas de Cláudio-MG. Partiu-se da hipótese de que os responsáveis pela gestão financeira dessas empresas, pelo seu porte, exercem também outras funções, associando-se isto ao pouco conhecimento técnico da área financeira, acredita-se que eles não tenham as competências necessárias e, por isso, não fazem uma gestão eficiente do capital de giro.

Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar os principais fatores que influenciam a gestão do capital de giro nas micro e pequenas empresas do setor varejistas

de Cláudio. Para que esse objetivo fosse alcançado foi necessário analisar o perfil dos gestores financeiros, descrever como fazem os controles da área financeira e identificar as suas principais dificuldades ao gerir o capital de giro.

De acordo com dados IBGE (2020), Cláudio-MG, cidade em que foi realizada a pesquisa, compõe a Mesorregião Oeste de Minas, é o 151º município mineiro em PIB, possui um produto interno bruto - PIB *per Capita* de R\$ 23.207,76 mil, no ano de 2017. O setor de fundição de ferro é a principal atividade econômica do município, representando 27,2% da economia local, que ainda possui 267 estabelecimentos comerciais que geram 1 mil empregos, o salário mensal médio era de R\$1.620,00. De acordo com Sebrae (2007) a falta de capital de giro está entre os principais fatores que levam as empresas a encerrarem suas atividades prematuramente. Esse problema pode ainda ser mais agravado pela atual crise econômica do Brasil, pois o setor varejista, assim como a maioria dos outros setores, sofre retração e em consequência reduz postos de trabalho.

Portanto, esta pesquisa se justifica pela importância do setor de varejo para a economia brasileira, regional e claudiense, a considerar que, a partir de seus resultados os gestores financeiros terão maior clareza das fragilidades na gestão dos recursos financeiros de curto prazo. Com isso poderão implementar ações para aumentar a sua eficiência, contribuindo para redução das perdas econômicas, financeiras, sociais e, portanto, para a sobrevivência das empresas.

Este texto, além desta introdução, trata na seção 2 das características do setor de varejo, na seção 3 da importância das micro e pequenas empresas, na parte 4 dos principais conceitos de capital de giro sob a ótica de diversos autores. Na seção 5 das principais dificuldades na administração do capital de giro. Na seção 6 é apresentada a metodologia, na seção 7 a discussão dos resultados, na 8 a conclusão e, por fim, são registradas as referências.

VAREJO: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA

Varejo é qualquer atividade envolvida na venda de produtos e serviços ao consumidor final, para utilização ou consumo doméstico. Sendo assim, é a última etapa no processo de distribuição, que se caracteriza por agregar valor aos produtos e serviços comercializados e por um contato mais próximo com quem adquire. As vendas podem ser em lojas físicas, venda direta, porta a porta, por catálogos, por telefone, pela internet, por máquinas de vender e por ambulantes, além da prestação de inúmeros serviços (Mattar, 2011).

De acordo com a Associação Americana de Marketing, citada por Queiroz (2012, p. 43), varejo é “um conjunto de atividades de negócios direcionadas à realização de troca de produtos e serviços para uso pessoal, familiar ou domiciliar, quer seja executada em uma loja ou por algum canal alternativo”.

Lovelock, Wirtz & Hemzo (2011, p. 21), afirmam que

Serviços são atividades econômicas que uma parte oferece a outra. Geralmente baseadas no tempo, seu desempenho traz a seus destinatários os resultados desejados, objetos ou outros ativos pelos quais os compradores têm responsabilidade. Em troca de dinheiro, tempo e esforço, os consumidores de serviços esperam receber o valor do acesso a bens, mão de obra, habilidades profissionais, instalações, redes e sistemas, mas eles não costumam deter a propriedade de qualquer um dos elementos físicos envolvidos.

De acordo com dados do IBGE (2018), a Pesquisa Anual do Comércio – PAC realizada no ano de 2018, apontou que havia 1.150.177 empresas comerciais atuantes. Com receitas operacionais líquidas de R\$ 1.692.750.485, anuais, com 7.623.197 pessoas ocupadas, cujos gastos com salários, retiradas e outras remunerações eram na ordem de R\$ 155.180.371.

Segundo o IBGE (2020b), o volume de vendas acumulado no varejo brasileiro no período de fevereiro/2019 a fevereiro/2020 teve um aumento de 1,9%.

O varejo na cidade de Cláudio-MG era formado por 40 empresas do ramo do vestuário, que geravam 112 empregos diretos, deste total, 84,8% eram vendedores. Eram 8 supermercados e hipermercados que empregavam 269 profissionais diretos, com uma massa salarial de R\$ 427 mil por ano. Eram 12 estabelecimentos de fármacos para uso humano e animal, que geravam 54 empregos diretos, com uma massa salarial de R\$ 71 mil por ano. Havia 20 empresas de material de construção, que geravam 149 empregos diretos, movimentava uma massa salarial de R\$ 192 mil por ano. O comércio de peças e assessorios automotivos perfaziam 12 estabelecimentos que geravam 37 empregos diretos e movimentava uma massa salarial de R\$ 46 mil por ano. Havia 21 empresas de minimercados, armazéns e mercearias, que geravam 76 empregos diretos, com uma massa salarial de R\$ 90 mil por ano. E, 15 empresas de novos produtos de varejo, que geram 27 empregos diretos e tinham uma massa salarial de R\$ 32 mil por ano (DataViva, 2017).

A IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – MPE

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae (2019) destaca que o Brasil já tem aproximadamente 6 milhões de micro e pequenas empresas, colocando-o como um dos mais empreendedores do mundo, isso corresponde a 97% de todas as empresas brasileiras, 3% do restante são empresas médias ou grandes. As micro e pequenas empresas - MPEs são “o motor de desenvolvimento da economia brasileira” que geram aproximadamente 52% de todos os empregos urbanos do país, cerca de 13 milhões de vagas com carteira assinada. Representam 20% do PIB e absorvem um grande contingente de a mão de obra formada pelos cursos de graduação, tais como: administração, contabilidade, marketing e propaganda etc. Além dos cursos técnicos, como: logística, marketing digital, elétrica, técnico de informática entre outros.

De acordo com Sebrae (2019, p. 3), “Em janeiro de 2019, os pequenos negócios geraram 60,7 mil empregos formais celetistas, sustentando uma vez mais a geração de empregos na economia.

Para classificação das empresas quanto ao porte, foi utilizado o critério proposto pelo Sebrae (2019), que utiliza a classificação pela quantidade de pessoas ocupadas, ou seja, no comércio e serviços são classificadas como microempresas aquelas que possuem até 09 colaboradores, como pequenas aquelas que possuem de 10 a 49 colaboradores, médias de 50 a 99 e grandes acima de 100.

Dessa forma, as MPEs necessitam de uma gestão eficiente de seus processos para se tornarem competitivas e se desenvolverem nesse mercado globalizado de alta competitividade. Entre as diversas ferramentas disponíveis para aumentar a eficácia das empresas destacam-se as financeiras que, se utilizadas adequadamente, contribuem para aumentar a liquidez, lucratividade e competitividade dessas empresas.

GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO

O recurso financeiro necessário para financiar o ciclo operacional de uma empresa é denominado capital de giro ou capital circulante. De acordo com Brigham & Ehrhardt (2006), o capital de giro é constituído de quatro componentes: caixa, valores mobiliários negociáveis, estoques e as contas a receber. Já para Gitman (2010), o capital de giro corresponde ao ativo circulante, constituindo a parte dos investimentos que circulam entre às diversas contas circulantes da empresa. Esse conceito abrange a transição recorrente dos valores monetários do caixa para estoques até os recebíveis.

Uma administração do capital de giro inadequada, para Assaf Neto & Silva (2012), traz como consequência sérios problemas financeiros, contribuindo efetivamente para a formação de uma situação de insolvência, o que pode levar uma organização à falência. Para um controle mais eficiente da liquidez das empresas, pode-se utilizar indicadores que, segundo Silva (2012), permitem conhecer sua capacidade de honrar seus compromissos em curto prazo. O mesmo autor ainda afirma que, uma análise financeira eficiente necessita ter um enfoque amplo que envolva a estratégia da organização, decisões de investimento e o financiamento de suas atividades operacionais. Assim, para otimizar o processo de gestão financeira pode-se utilizar diversas ferramentas.

FERRAMENTAS DE GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO

Existem diversas ferramentas que podem auxiliar o gestor financeiro na administração do capital de giro. Pode-se destacar a análise dinâmica dos recursos de curto prazo que corresponde ao capital circulante líquido (CCL), o saldo de tesouraria (ST) e a necessidade de capital de giro (NCG). Também são importantes o cálculo dos ciclos operacionais, financeiros e econômicos, além dos controles das contas a receber, das disponibilidades e do estoque.

O capital circulante líquido (CCL) ou capital de giro líquido (CGL), para Hoji (2012), é a diferença entre o ativo corrente (ativo circulante) e o passivo corrente (passivo circulante) e representam os recursos de longo prazo que estão aplicados no ativo circulante. Já o saldo de tesouraria é a diferença entre o ativo circulante financeiro (ACF) e o passivo circulante financeiro (PCF). O mesmo autor ainda comenta que o saldo de tesouraria (ST) representa a margem de segurança financeira da organização, indicando sua capacidade interna de suportar a expansão de suas atividades operacionais. O dimensionamento inadequado dos recursos investidos em capital de giro pode comprometer a liquidez da empresa. Quando a necessidade desse investimento tem crescimento maior do que o capital circulante líquido (CCL) é frequente a organização apresentar saldos de tesouraria negativos, esse fenômeno, denominado “efeito tesoura”, ocorre quando a NCG cresce e o CCL decai, simultaneamente.

Conforme Hoji (2012), muitas empresas têm dificuldades em ajustar seus prazos de pagamentos e recebimentos à realidade financeira da empresa, sendo assim, a necessidade de capital de giro aparece quando as saídas de caixa da empresa acontecem primeiro que as entradas. Nesse caso, quanto maior for o prazo médio de recebimento maior será a sua necessidade de capital de giro. Ainda segundo o autor, a análise da necessidade de capital de giro é útil para permitir conhecer a situação financeira e política da empresa, pois permite ao gestor (a) ter informações precisas sobre as atividades financeiras.

Segundo Assaf Neto (2014), ciclo operacional (CO) nada mais é do que o prazo decorrido entre a aquisição de matéria-prima e o recebimento da venda da mercadoria. Esse ciclo envolve duas categorias básicas de ativo de curto prazo: estoques e contas a receber. O ciclo operacional varia de empresa para empresa, conforme suas necessidades, particularidades e área de atuação, que compreende o tempo transcorrido desde a aquisição da matéria-prima até o recebimento das vendas. O autor ainda comenta que o ciclo financeiro vai desde a compra da matéria prima até o recebimento da venda do produto. Quanto mais longo for o ciclo financeiro mais a empresa precisará de financiamentos.

Para Silva (2012) contas a receber ou duplicatas a receber ou recebíveis de clientes são uma das principais informações a serem analisadas em um balanço patrimonial. Esses valores representam o que a empresa tem a receber de seus clientes, são os resultados das vendas realizadas a prazo, e as duplicatas podem ser classificadas em:

- *Duplicatas em carteira*: são aquelas que ficam em poder de quem a emite até o dia de seu vencimento.
- *Duplicatas dadas em penhor*: são dadas pela empresa quando é realizado um empréstimo.
- *Duplicatas em cobranças bancárias simples*: são aquelas remetidas ao banco para cobranças.

- *Duplicatas descontadas*: surgem como uma parcela redutora de duplicatas a receber, são geralmente descontadas a fim de se antecipar um recebimento e levantar um capital para a empresa. Uma vez descontada essa duplicata, deixa de ser um ativo para a empresa.

O estoque, na opinião de Assaf Neto (2014), é muito importante para qualquer empresa. Pode ser a base para o seu crescimento, mas também pode ser o principal responsável pelo comprometimento da sua liquidez. Pode ser também uma das principais causas do encerramento das atividades empresariais, principalmente quando o nível de investimento em estoque é acima de sua realidade financeira. Assim, ele é definido como a quantidade de bens físicos que são mantidos armazenados à espera da produção ou venda. Os estoques são materiais não utilizados em determinado momento, mas que existem em função de necessidades futuras.

O primeiro componente do ciclo de conversão de caixa é a idade média dos estoques. O objetivo da administração de estoques é girá-los o mais rápido possível, sem perder vendas por sua falta, diminuindo assim a necessidade de capital de giro. A gestão de estoque é a atividade de planejar, controlar acúmulos de recursos transformados que se movem por meio da cadeia de suprimentos, operações e processos de uma organização (Gitman, 2010).

Brigham & Ehrhardt (2006) destacam que os estoques podem ser classificados como suprimentos, matéria-prima, produtos em processo de fabricação e produtos acabados. Ainda segundo os autores, o principal objetivo da administração de estoque é garantir que eles estejam disponíveis na medida certa sem exceder a realidade do que empresa tem a oferecer em produtos acabados.

Na opinião de Hoji (2012), com a globalização, as empresas são obrigadas a acompanhar as modernas técnicas de administração de estoques e produção com a intenção de reduzir custos e objetivar a melhoria da qualidade dos produtos e/ou serviços. O administrador financeiro, apesar de não ser o responsável direto pela administração dos estoques, precisa ter conhecimentos sobre as principais técnicas da gestão de estoque e produção, tais como: sistema ABC (curva ABC), lote econômico de compra (LEC), ponto de pedido, MRP (*material requirement planning*), entre outros.

Com o objetivo de elevar o lucro, as empresas necessitam de uma administração eficiente de suas disponibilidades, sendo as contas a receber e estoques as que mais impactam o caixa da empresa. A gestão de caixa tem como uma de suas principais finalidades manter o saldo suficiente de recursos para ser usado nos momentos de incertezas no ciclo operacional e em momentos de dificuldade financeira (Hoji, 2012).

PRINCIPAIS DIFICULDADES NA GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO

Franco, Henriques, Ferraz Junior & Pimenta Junior (2017) destacam que os fatores mais importantes e que interferem negativamente na gestão de capital de giro das micro e pequenas empresas industriais no interior paulista, região de Catanduva são: a formação técnica inadequada dos gestores; o acúmulo de várias atividade sob a responsabilidade dos gestores financeiros; a falta de algum planejamento financeiro; a ausência de acompanhamento de indicadores de gestão; a deficiência na gestão de estoque e produção; a falta de condições de negociação com os fornecedores e as restrições financeiras do mercado.

Costa, Oliveira & Silva (2018) afirmam que as principais dificuldades dos gestores das microempresas do setor moveleiro de Divinópolis-MG, na gestão dos recursos financeiros de curto prazo eram: fazer o controle diário do fluxo de caixa; saber o lucro de cada trabalho executado; separar as finanças pessoais dos sócios das finanças da empresa; identificar o custo do trabalho executado e saber o valor dos estoques. Os autores ainda afirmaram que a grande maioria das empresas não possuíam problemas financeiros, apesar de não utilizarem ferramentas importantes de gestão financeira, o que poderia comprometer a liquidez e consequentemente a lucratividade do negócio.

No setor de fundição de Divinópolis-MG, Silva, Fonseca & Bitarais (2018) destacam que as principais dificuldades das micro e pequenas empresas desse setor na gestão dos recursos financeiros de curto prazo eram: controlar os estoques; controlar os resultados da empresa; fazer um controle eficiente da inadimplência; sincronizar os recebimentos e pagamentos e o baixo grau de informatização do sistema financeiro da empresa. Destacaram ainda que a informatização tem um custo elevado para o negócio, apesar de reconhecerem que ela é importante para que os resultados sejam otimizados.

Já na cidade de Cláudio/MG, de acordo com Silva, Silva, Vilaça, Meneses & Vilaça (2018), as principais dificuldades das micro e pequenas indústrias do setor de fundição eram lidar com a alta carga tributária da indústria; administrar os custos dos produtos fabricados; falta de conhecimentos técnicos de seus gestores a respeito das ferramentas que aumentam a eficiência da gestão financeira.

METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se como descritiva com abordagem quantitativa, já que sua proposta foi descrever como é realizada a gestão dos recursos financeiros nas pequenas empresas do setor varejista de Cláudio-MG, bem como as principais dificuldades encontradas pelos gestores na administração desses recursos. Aplicou-se um questionário com questões abertas e fechadas, cujo objetivo foi transformar em números as opiniões dos gestores financeiros, bem como levantar informações úteis para responder o problema de pesquisa. Para (Gil, 2008, p.28) pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever

as características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Na opinião de Richardson (1999), a pesquisa quantitativa se caracteriza pela utilização da quantificação, tanto na coleta de dados como no seu tratamento através de técnicas estatísticas. O universo da pesquisa constituiu-se de 128 pequenas empresas varejistas da cidade de Cláudio-MG. A amostra foi composta por 38 empresas, o que corresponde a 29,69% do total a ser pesquisado. Desse total, 11 eram do setor vestuário, 5 drogarias, 8 vendas de materiais de construção, 5 vendas de material eletrônico, 4 supermercados, 3 vendas de peças automotivas, e 2 outros novos varejos.

Para a pesquisa quantitativa foi utilizado o questionário proposto por Silva, Fonseca e Bitarais (2017) composto por 87 questões fechadas e uma, a última, aberta. A pesquisa foi aplicada no período de setembro de 2019 a outubro de 2019. O primeiro grupo de perguntas foi para identificar o perfil das empresas e de seus gestores (as) financeiros, o segundo grupo foi para conhecer como fazem a gestão financeira do negócio e o terceiro para identificar as principais dificuldades encontradas na gestão financeira.

Após a definição do questionário iniciou-se a fase de agendamento das visitas, realizada pessoalmente pelos pesquisadores. Os contatos das empresas foram obtidos com a ajuda da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cláudio-MG, CDL. Para maior aceitação da pesquisa pelas empresas, o questionário teve uma introdução com explicação dos seus objetivos e sua importância para o setor varejista enquanto pesquisa acadêmica. Após explicar a finalidade da pesquisa, os aplicadores deixavam o questionário com o (a) responsável financeiro da empresa e já marcava uma data para recolhê-lo devidamente preenchido. Esta estratégia se mostrou eficiente por permitir que, o próprio respondente pudesse preenchê-lo no momento mais tranquilo, no ambiente de trabalho, sem pressões de tempo e com o respectivo cuidado. Ainda, o aplicador, deixou seu contato caso surgissem dúvidas ao responder o questionário.

Por fim, os dados obtidos foram tabulados, transformados em gráficos representativos da realidade das empresas na gestão de seus recursos financeiros, com o auxílio do programa *Excel*. A seguir foram analisados para conclusão. As informações expressas por eles serão explicadas com mais detalhes na seção “análise dos resultados”.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados se baseou em uma amostra composta por 38 empresas, que correspondeu a 29,69% do total de 128 empresas que compuseram o universo pesquisado, as micro e pequenas empresas varejistas de Cláudio-MG.

Na primeira parte da pesquisa buscou-se identificar o perfil das empresas e de seus gestores financeiros. Constatou-se que a maioria das empresas pesquisadas, 58%, estavam no mercado há mais de 10 anos, 13% estavam no mercado entre 5 e 10 anos e 29% há menos de 5 anos. Sobre a quantidade de colaboradores, 84% tinham até 20 funcionários

e as demais de 21 até 49 colaboradores, portanto, eram classificadas como micro e pequenas empresas de acordo com parâmetros do Sebrae (2019), para classificação das empresas quanto ao porte por número de pessoas ocupadas. Cerca de 63% das empresas pesquisadas tinham um setor específico para tratar as questões financeiras, as demais não possuíam esse setor. Das que possuíam o setor, 75% tinham apenas um colaborador e as demais possuíam dois ou mais colaboradores. Ainda no intuito de conhecer as empresas pesquisadas, verificou-se que 79% dos profissionais que respondiam pelo setor financeiro eram os sócios do empreendimento e, nas demais eram colaboradores (as). Ainda sobre os responsáveis pela área financeira, identificou-se que 45% eram do gênero feminino e 55% do masculino, 30% deles atuavam na área financeira há menos de cinco anos, 14% de 5 a 10 anos e 56% há mais de 10 anos. Destes 34% possuíam o ensino superior completo, 24% não concluíram o ensino superior, 29% tinham o ensino médio completo e 13% não concluíram o ensino médio. Quando perguntados se haviam participado de cursos da área financeira, uma parte significativa dos gestores financeiros (40%) disse que não possuía nenhum curso na área financeira, 34% fizeram cursos de curta duração, 18% fizeram um curso técnico e 8% tinham curso de especialização.

Dessa forma, percebeu-se que a maioria das empresas pesquisadas (58%) estavam no mercado há mais de 10 anos, a grande maioria (84%) eram classificadas como microempresas, pois possuíam menos de 20 colaboradores. Dessa forma, um dos fatores que poderia estar relacionado com as dificuldades na gestão financeira do negócio seja o fato de que seus gestores financeiros tinham pouco conhecimento técnico da área, porém, tudo indica que essa falta de conhecimento técnico era compensada, em parte, pela longa experiência na área financeira, já que 56% atuavam nessa área há mais de 10 anos. Outro fator que chamou a atenção foi o fato de que 79% dos profissionais da área financeira eram os proprietários do negócio, deixando claro que, além das finanças cuidavam também de outras áreas da empresa, sendo assim, o tempo de dedicação à gestão financeira ficava comprometido. Nesse sentido, parte da hipótese levantada, a de que os gestores financeiros exercem outras funções além da financeira e que possuem pouco conhecimento técnico da área financeira foi confirmada.

O perfil dos gestores (as) financeiros dos micros e pequenos comércios varejistas do município de Cláudio é bastante diferente do perfil dos gestores financeiros das MPEs do setor moveleiro dessa mesma cidade. De acordo com Silva et al. (2018), 72% dos gestores financeiros das micro e pequenas indústrias moveleiras de Cláudio possuíam ensino superior completo e a maioria tinha cursos específicos na área de finanças, portanto tinham o conhecimento técnico que os gestores financeiros das MPEs varejistas não possuíam.

A segunda parte do questionário foi para conhecer como era realizada a administração do capital de Giro das empresas (Gráfico 1).

Administração do Capital de Giro (CG)

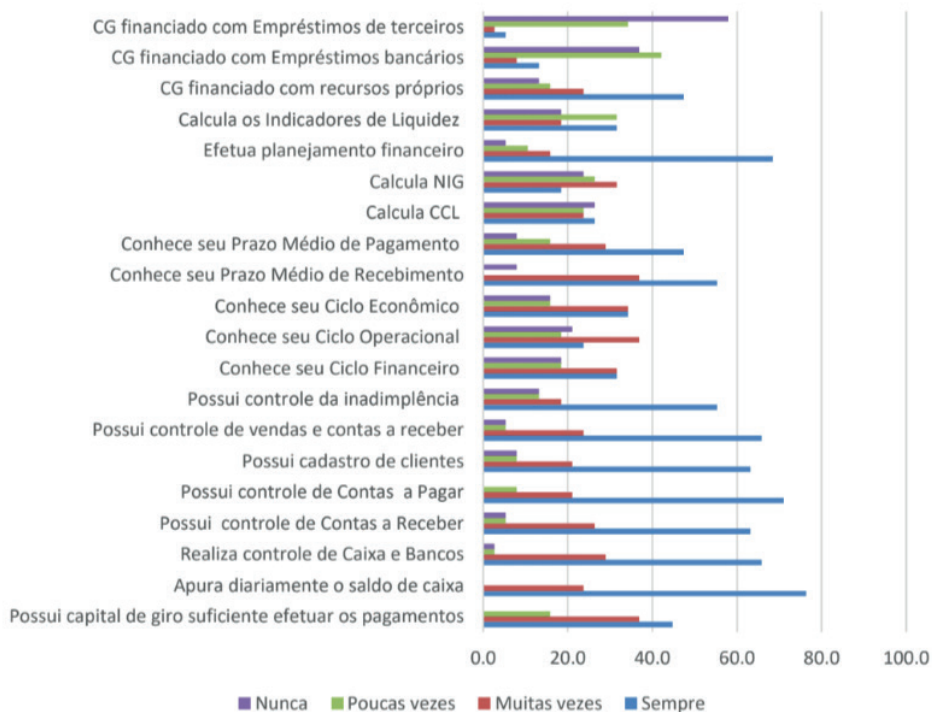


Gráfico 1 – Administração do Capital de Giro

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Constatou-se que 44,7% delas possuíam capital de giro suficiente para suprir seus prazos de pagamento, 36,8% muitas vezes possuía e 15,8% poucas vezes possuía esse capital, portanto uma quantidade significativa de empresas (15,8%) recorrentemente apresentava problemas de liquidez, apesar de poucas afirmarem que recorriam a capital de terceiros (7,9%). Este é um dado significativo considerando que, de acordo com Sebrae (2013), o principal motivo para o fechamento das empresas abertas entre o ano de 2007 e 2011 foi a falta de capital/ lucro.

Sobre a utilização de ferramentas para realização de controles financeiros eficazes, observou-se que 76,3% dos negócios pesquisados apuravam o caixa diariamente, 65,8% realizavam controle de caixa e bancos, 63,2% tinham controle das contas a receber, 65,8% possuíam controle das vendas realizadas e contas a receber. 55,3% possuíam controle da inadimplência, 55,3% calculavam o prazo médio de recebimento e 68,4% faziam o planejamento financeiro.

Ferramentas importantes para uma gestão eficiente do capital de giro eram pouco utilizadas pela maioria das empresas como, o cálculo do ciclo operacional, financeiro

e econômico, cálculo do prazo médio de pagamento, do capital circulante líquido e da necessidade de investimento em giro e indicadores de liquidez. A partir desses resultados percebeu-se que grande parte das empresas não utilizava ferramentas importantes para um controle financeiro eficaz o que poderia comprometer a sua sobrevivência e crescimento. Sobre a importância dos controles financeiros, Oliveira (2013) afirma que, na maior parte das vezes, os problemas de ordem financeira nos pequenos negócios são decorrentes de decisões tomadas sem o devido planejamento e da deficiência nos controles gerenciais e informações necessárias para uma gestão adequada dos recursos de curto prazo, dos preços e das margens de lucro, o que provoca um frequente aperto financeiro, levando o gestor a dedicar grande parte do seu tempo para resolver estas questões. Dessa forma, decisões empresariais baseadas em planejamento e informações confiáveis contribuem para solucionar e minimizar problemas atuais e evitá-los no futuro. Gitman (2010, p. 95) destaca a importância dos fluxos de caixa na gestão financeira dos negócios afirmando que eles são “(...) tidos como o sangue que corre pelas veias da empresa, são o foco principal do gestor financeiro, seja na gestão das finanças rotineiras, seja no planejamento e tomada de decisões a respeito da criação de valor para o acionista.”

Verificou-se que 37% conheciam o ciclo operacional, 18% muitas vezes conheciam, 21% poucas vezes conheciam e 24% não sabiam o que era. 33% disseram que conheciam o ciclo econômico, 17% muitas vezes conheciam, outros 17% afirmaram que tinham pouco conhecimento e 24% não conheciam. Sobre o ciclo financeiro, 32% asseguraram que conheciam esse ciclo, 16% muitas vezes tinham essa informação, 19% poucas vezes conheciam e 33% nunca calculavam o ciclo financeiro. 50% afirmaram que não calculam o Capital Circulante Líquido (CCL) e nem a Necessidade de Investimento em Giro – NIG. Percebeu-se que esse ponto era uma fragilidade da gestão financeira das organizações que participaram da pesquisa, pois uma parte representativa delas não conhecia ou conhecia pouco o CCL, o NIG, o ciclo operacional, econômico e financeiro que, se a mal geridos, poderiam levá-las a uma necessidade de investimento em giro (NIG) cada vez maior. Se houver este crescimento e o seu capital circulante líquido (CCL) não aumentar na mesma proporção a empresa poderá entrar no chamado “efeito tesoura”, comprometendo a sua liquidez e sobrevivência. Fleuriet e Zeidan (2015) destacam que, quando a necessidade de investimento em giro (NIG) cresce mais do que o capital circulante líquido (CCL) a organização pode apresentar saldos de tesouraria (ST) negativos. Silva *et. al.* (2018) afirmaram que nas micro e pequenas fundições de Cláudio-MG, 80% de seus gestores financeiros conheciam o ciclo financeiro das empresas e 73% tinham conhecimento do ciclo operacional e econômico. Portanto, apesar de estarem localizadas na mesma cidade e serem o mesmo porte, as fundições tinham maior controle de seus ciclos operacionais, econômicos e financeiros do que as empresas pesquisadas.

Outro fator importante na administração dos recursos financeiros de curto prazo é uma análise e concessão de crédito eficiente, pois permitirá reduzir efetivamente a taxa

de inadimplência, assegurando, assim, o retorno dos capitais ao caixa. Sobre a análise e concessão de crédito, obteve-se com a pesquisa (Gráfico 2) que a maior parte das empresas (55,3%) realizavam consulta às instituições que fornecem informações para decisões de crédito e apoio a negócios como Serasa, Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, entre outros

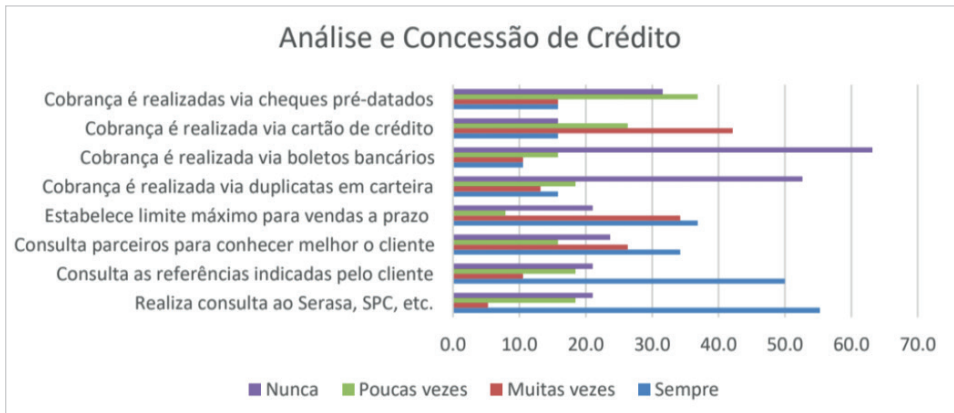


Gráfico 2 – Análise e Concessão de Crédito

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Porém, 18,4% poucas vezes realizam essa consulta e 21,1% nunca realizam. Um fator que chamou atenção foi que 50% delas sempre consultavam as fontes de referências indicadas pelo cliente para realização do cadastro e apenas 34,2% consultavam parceiros para saber informações sobre a idoneidade dos clientes. Consultar apenas as fontes indicadas pelo cliente parece um equívoco, pois dificilmente ele indicará alguma fonte que não dará boas referências. Outro fator que mereceu atenção foi que 29% dos respondentes afirmaram que poucas vezes ou nunca estabelecem limite de crédito para os clientes. A maioria (63,2%) não utilizava a cobrança bancária, a modalidade de cobrança mais utilizada era o cartão de crédito, seguido de cheques pré-datados.

Hoji (2014) afirma que vendas a prazo são realizadas após a concessão de crédito, geram riscos de inadimplência e aumentam as despesas com análise de crédito, cobrança e recebimento, porém alavancam o volume de vendas e o lucro. O autor destaca também que antes de realizar uma venda a prazo é necessária uma análise detalhada e criteriosa dos dados cadastrais dos clientes, para que a venda não se torne um valor não recebível. Considerando que a política de crédito aborda o prazo do crédito, a seleção dos clientes e o limite de crédito, se ela for liberal aumentará o volume de vendas e necessitará de mais investimento em contas a receber, aumentará a inadimplência o que demandará mais rigidez na cobrança (Hoji, 2014). Compreende-se, dessa forma, que a gestão de contas a receber era uma fragilidade nas empresas pesquisadas.

O investimento em estoque nas empresas comerciais, de acordo com Hoji (2014), pode ter um peso significativo, podendo consumir grande parte do capital de giro e, assim, comprometer a sua liquidez. Os dados da pesquisa (Gráfico 3) indicaram que, em relação a gestão de estoques, as empresas conheciam o giro dos estoques e o seu custo de armazenagem, porém grande parte delas deixavam de utilizar ferramentas importantes que poderiam contribuir para o aumento da eficiência da gestão como, o sistema ABC, 86,8% nunca ou poucas vezes utilizavam.

O lote econômico de compras, 76,3% nunca ou poucas vezes empregavam. O *just in time*, 81,6% nunca ou poucas vezes utilizavam. Ponto de pedido, 63,2% nunca ou poucas vezes usaram. Dimensionamento do estoque de segurança, 52,7% nunca ou poucas vezes dimensionavam.

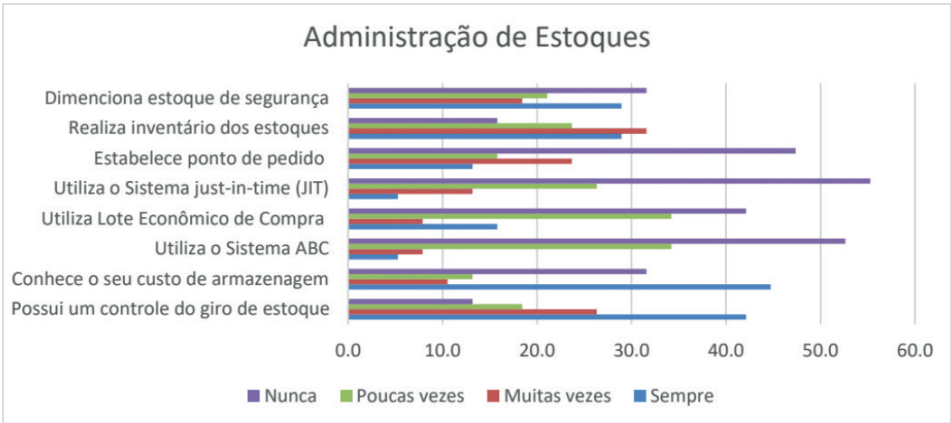


Gráfico 3 – Administração de estoques

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Gitman (2010) destaca que algumas técnicas são eficazes para manter baixo os níveis de estoque, entre elas ele aponta o sistema ABC, o modelo do lote econômico, o sistema *just in time*, entre outros. O autor comenta também que “Os administradores internacionais de estoques dão maior ênfase a garantir a disponibilidade de estoques em quantidade suficiente onde e quando necessários e sob condições adequadas do que à compra de quantidades economicamente ótimas.” (Gitman, 2010, p. 572). Sendo assim, pode-se afirmar que a gestão de estoque também era uma fragilidade na maioria das empresas pesquisadas.

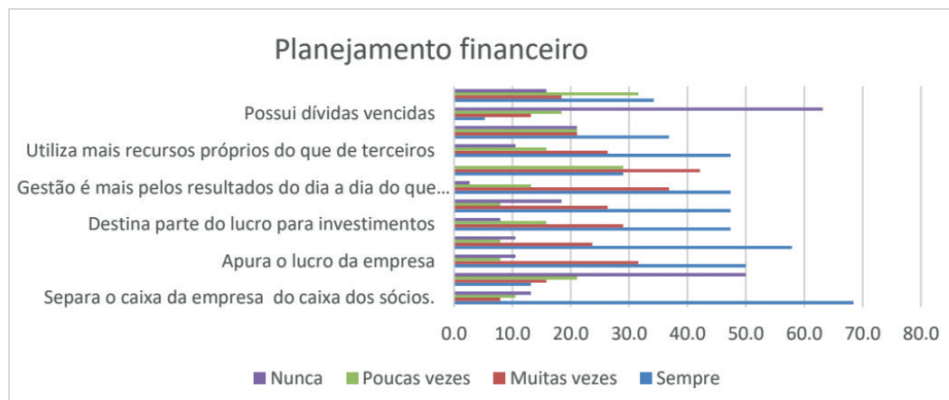


Gráfico 4 – Gestão Financeira

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Ainda sobre como era realizada a gestão financeira dos negócios pesquisados, o Gráfico 4 demonstra que a maioria (68,4%) separava o caixa da empresa do caixa dos sócios, porém 23,7% nunca ou quase nunca separavam. Ferreira (2019, p. 1) comenta que um dos erros mais comuns na administração financeira é “confundir finanças empresariais com finanças pessoais”, principalmente nas pequenas empresas e empresas familiares, o que é muito negativo pois, o gestor acaba não conseguindo perceber o quanto de capital a empresa está gerando e nem a sua rentabilidade. A autora ainda destaca que esse comportamento prejudica a saúde financeira do empreendimento em benefício das finanças pessoais.

Outro ponto que chamou a atenção foi que somente 50% das empresas afirmaram que tinham o hábito de apurar o lucro da empresa, 31,6% muitas vezes apuravam e as demais poucas vezes ou nunca faziam isto. De acordo com Silva e Carvalhais (2017), uma das principais falhas na gestão financeira de micro e pequenas indústrias do setor de vestuário da microrregião de Divinópolis, MG era não apurar o lucro e, por isso, não sabiam se a empresa era lucrativa, portanto, a sua sustentabilidade poderia ficar comprometida. Assim, observa-se que não apurar o lucro é um comportamento em comum das pequenas indústrias de confecção de Divinópolis e das pequenas empresas varejistas de Cláudio.

Verificou-se que 57,9% utilizavam informações contábeis para tomada de decisões, 47,4% destinavam parte do lucro para investimentos, faziam análise financeira antes das decisões de investimentos e utilizavam mais recursos próprios do que de terceiros. 47,4% afirmaram que a gestão era realizada mais pelos resultados do dia a dia do que pelos resultados contábeis, dado que contradiz resposta anterior, quando 57,9% afirmaram que utilizavam informações contábeis para tomada de decisão. A maioria não está totalmente satisfeita com a situação financeira do empreendimento, pois somente 28,9% afirmou que sempre está com uma situação financeira satisfatória. Outro dado que chamou a atenção

foi que 63,2% das empresas afirmaram que nunca possuíam dívidas vencidas e 18,4% que poucas vezes possuíam.

Portanto, percebeu-se que a grande parte dos empreendimentos adotavam boas práticas de gestão financeira, pois não possuíam ou poucas vezes possuíam dívidas vencidas, porém para 18,5% essa realidade era diferente, pois frequentemente possuíam dívidas vencidas, o que gerava uma preocupação quanto a sobrevivência das empresas pois, dívidas vencidas podem gerar inclusão do nome da empresa no Serasa, SPC etc. e comprometer o seu *rating* de crédito. A consequência disto é ela não conseguir mais efetuar compras a prazo, perdendo, assim, uma fonte de financiamento sem garantia, além de não conseguir obter empréstimos juntos as instituições financeiras devido as restrições cadastrais decorrentes da inadimplência. Gitman (2010, p. 582) destaca que “As contas a pagar são a principal fonte de financiamento de curto prazo sem garantia.”

Sobre as principais dificuldades na gestão do capital de giro (Gráfico 5), identificou-se que para a maior delas, 65,8%, era utilizar mais ferramentas para gestão do capital de giro que contribuíssem para aumentar o lucro.

Dificuldades Gestão Capital de Giro



Gráfico 5 – Dificuldades na Gestão do Capital de Giro Fonte: Dados da pesquisa, 2019

A segunda maior dificuldade para 36,8% era fazer análise dos demonstrativos contábeis. A seguinte era implementar um Sistema de Informações Gerenciais – SIG para subsidiar tomadas de decisões de forma mais segura. As demais dificuldades eram saber o valor do estoque, fazer o controle do estoque, saber o valor das contas a receber e a pagar e fazer provisão para pagamento de férias e décimo terceiro salário.

As dificuldades apontadas na gestão financeira do negócio evidenciaram mais uma vez que os gestores financeiros tinham pouco conhecimento técnico da área, pois 40%

deles alegaram que não possuíam nenhum curso na área financeira e 34% fizeram apenas curso de curta duração.

Assaf Neto e Silva (2012) chamam a atenção para o fato de que uma gestão financeira ineficiente pode acarretar sérios problemas financeiros, contribuindo para o estado de insolvência da empresa, o que poderá levá-la ao encerramento de suas atividades.

Sendo assim, para otimizar o processo de gestão financeira é necessário que o administrador financeiro tenha domínio das ferramentas de forma a utilizar aquelas mais adequadas para uma gestão eficaz do negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi analisar os principais fatores que influenciavam a gestão dos recursos financeiros nos pequenos negócios varejistas de Cláudio-MG. A partir da pesquisa foi possível atingir os objetivos propostos, responder o problema de pesquisa e confirmar a hipótese levantada.

Identificou-se que a maioria das empresas pesquisadas eram microempresas e estavam no mercado há mais de 10 anos. Tinham um setor específico para tratar das questões financeiras e a maioria delas tinha somente uma pessoa para cuidar de toda a parte financeira, sendo que, na maior parte delas, os profissionais que respondiam pelo setor financeiro eram os sócios. Portanto, entende-se que exerciam outras funções importantes na empresa, além da financeira, portanto, dividiam o seu tempo entre essas diversas funções.

Os responsáveis pela área financeira eram majoritariamente do gênero masculino, porém, havia uma quantidade significativa do gênero feminino. A maioria deles atuava na área financeira há mais de 10 anos, o mesmo tempo que as empresas estavam no mercado. Uma parte expressiva dos gestores tinha curso superior completo, porém outra parte representativa tinha apenas o ensino médio completo. A grande maioria não possuía nenhum conhecimento técnico na área financeira, porém como já atuavam na área há bastante tempo, entendeu-se que a experiência compensava, em parte, a falta de conhecimento técnico. A falta de conhecimento técnico também justificava grande parte das dificuldades identificadas na gestão financeira e poderia ser, também, a causa de não utilizarem ferramentas importantes para uma gestão financeira mais eficiente. A utilização de ferramentas adequadas à realidade das empresas forneceria informações importantes para tomadas de decisões mais seguras, o que contribuiria para o aumento da rentabilidade, lucratividade, crescimento, sustentabilidade e competitividade da empresa.

Sobre como eram realizados os controles financeiros, constatou-se que a maior parte das empresas possuía capital de giro suficiente para suprir seus prazos de pagamento, apuravam o caixa diariamente, realizavam controle de caixa e bancos, tinham controle das contas a receber, possuíam controle das vendas realizadas, tinham controle

da inadimplência, calculavam o prazo médio de recebimento e faziam o planejamento financeiro. Porém, pela falta de conhecimento técnico dos gestores financeiros, ferramentas importantes para uma gestão eficiente do capital de giro eram pouco utilizadas pela maioria das empresas como, o cálculo do ciclo operacional, financeiro e econômico, cálculo do prazo médio de pagamento, do capital circulante líquido, da necessidade de investimento em giro e indicadores de liquidez.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a hipótese foi confirmada, considerando que os responsáveis pela gestão financeira das micro e pequenas empresas varejistas de Cláudio-MG eram os sócios e, por isso exerciam outras funções além das financeiras. Por não possuírem formação na área financeira tinham pouco conhecimento técnico, portanto, não tinham as competências necessárias para uma gestão eficiente dos recursos financeiros de curto prazo.

As principais dificuldades na gestão financeira foram: utilizar ferramentas que contribuíssem para aumentar o lucro, fazer análise dos demonstrativos contábeis, implementar um Sistema de Informações Gerenciais – SIG para subsidiar tomadas de decisões de forma mais segura, saber o valor do estoque, fazer o controle do estoque, saber o valor das contas a receber e a pagar e fazer provisão para pagamento de férias e décimo terceiro salário, entre outras.

A principal limitação encontrada para realização deste trabalho foi a falta de disponibilidade das empresas em responder o questionário de pesquisa. Sugere-se, para outras pesquisas nesse segmento compreenderem em maior profundidade as principais causas da estagnação do crescimento das empresas, considerando que a maioria delas está no mercado há mais de 10 anos e ainda continua como micro e pequena empresa.

REFERÊNCIAS

Assaf, A., Neto (2014). *Finanças corporativas e valor* (6ª ed.) São Paulo: Atlas.

Assaf Neto, A., & Lima, F. G. (2014). *Curso de administração financeira* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

Assaf Neto, A., & Silva, C. A. T. (2012). *Administração do capital de giro* (4ª ed.). São Paulo: Atlas. 656 p.

Brigham, E. F., & Ehrhardt, M. C. (2006). *Administração financeira: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.

Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e Serviço de Proteção ao Crédito – CNDL (2019). *Atividade do Varejo fecha 2018 com crescimento de 2,8%, apontam CNDL/SPC Brasil*. Consultado em setembro 10, 2019, em <http://www.investimentosenoticias.com.br/noticias/negocios/atividade-do-varejo-fecha-2018-com-crescimento-de-2-8-apontam-cndl-spc-brasil>

Costa, D. G., Oliveira, V. D., & Silva, V. G. M. (2018). Gestão de capital de giro: um estudo nas microempresas moveleiras de Divinópolis, MG. *Research, Society and Development*. v. 7, n. 1, p. 01-18. <https://doi.org/10.17648/rsd-v7i1.100>

DataViva (2017). Consultado em setembro 26, 2020, em http://dataviva.info/pt/industry/g47814/wages?bra_id=4mg060101

Ferreira, D. L. (2019). Os 5 erros mais comuns na gestão financeira. Consultado em outubro 18, 2020 em <https://comunidade-sebrae.com.br/financas-e-tributos/os-5-erros-mais-comuns-na-gestao-financeira>

Fleuriet, M., & Zeidan, R. (2015). *O modelo dinâmico de gestão financeira*. Rio de Janeiro: Alta Books.

Franco, A. L., Henriques, V. M. M. C., Ferraz Junior, F., & Pimenta Junior, T. (2017). Fatores que prejudicam a gestão das MPE industriais. *Revista Gestão, Inovação e Negócios*. N. 1, V. 3, 201, 45-60. <https://doi.org/10.29246/2358-9868.2017v3i1.p43-60>.

GIL, A. C. (2008) *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4ª ed.) **São Paulo: Atlas**.

Gitman, L. J. (2010). *Princípios da Administração Financeira* (12ª ed.). São Paulo: Pearson.

Hoji, M. (2012). *Administração Financeira e Orçamentária* (11ª ed.) São Paulo: Atlas.

Hoji, M. (2014). *Administração Financeira e Orçamentária* (11ª ed.) São Paulo: Atlas.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018). *Pesquisa Anual de Comércio - PAC*. Consultado em maio 20, 2020, em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9075-pesquisa-anual-de-comercio.html?=&t=destaques>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019). *Brasil em síntese*. Consultado em setembro 10, 2020, em <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/comercio.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020). *Dados cidades e estados*. Consultado em novembro 16, 2020, em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/claudio.html>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020b). *Em fevereiro, vendas no varejo crescem 1,2%*. Consultado em novembro 16, 2020. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27317-em-fevereiro-vendas-no-varejo-crescem-1-2>

Lovelock, C., Wirtz, J., & Hemzo, M. A. (2011). *Marketing de serviços: pessoas, tecnologia e estratégia* (S. Midori, Trad.). (7 ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2018). *Metodologia Científica* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.

Mattar, F. N. (2011). *Administração de Varejo*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Oliveira, D. C. (2013). *Como elaborar controles financeiros*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG. Consultado em outubro, 15, 2020, em <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/TO/Anexos/Como%20elaborar%20controles%20financeiros.pdf>

Queiroz, M. A. (2012). *Gestão Comercial*. Curitiba: IESDE. 79 p.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3. ed.) São Paulo: Atlas.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa - Sebrae (2007). *Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003–2005*. Consultado em setembro 15, 2020, em [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/\\$File/NT00037936.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/$File/NT00037936.pdf)

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae (2013). *Anuário do Trabalho na micro e Pequena Empresa 2013*. Consultado em outubro 15, 2020, em https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae (2013). *Causa Mortis - O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida*. Consultado em outubro 15, 2020, em https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/CAUSA%20MORTIS_vf.pdf

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas – Sebrae (2019). *Análise do CAGED - janeiro/2019*. Consultado em setembro 15, 2020, em <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Relatorio%20do%20CAGED%2001%202019.pdf>

Silva, M. V., Silva, V. G. M., Vilaça, J. O. C., & Meneses, L. G. (2018). Um estudo sobre a gestão do capital de giro nas micro e pequenas fundições da cidade de Cláudio. *Research, Society and Development*, 8(11), 01-22. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i11.1476>.

Silva, R. A. C. (2013). *Análise do Capital de Giro & Liquidez Total das Empresas*. São Paulo: Juruá.

Silva, V. G. M., Fonseca, F. Z., & Bitarais, E. A. (2018). Um estudo sobre a administração do capital de giro nas micro e pequenas indústrias de fundição de Divinópolis, MG. *Research, Society and Development*, v. 7, n. 3, p. 01-14. <https://doi.org/10.17648/rsd-v7i3.246>.

SILVA, J. P. (2012). *Análise financeira das empresas* (11ª ed.) São Paulo: Atlas.

SILVA, V. G. M., & CARVALHAIS, J. N. (2017). *Fatores que impactam a gestão do capital de giro: Um estudo das MPes inseridas no APL do vestuário da microrregião de Divinópolis, MG*. Latvia: Novas Edições Acadêmicas.

MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO SETOR SAÚDE EM TERESINA NO PERÍODO 2007 – 2016

Data de aceite: 01/03/2024

Elane da Cruz Rodrigues

Graduada em Economia pela
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Edivane de Sousa Lima

Doutorado em Economia. Professora
do Departamento de Economia da
Universidade Federal do Piauí (DECON/
UFPI). Pesquisadora do Núcleo de
Economia Regional do Piauí (NERPI) e do
Grupo Integrado de Estudos e Pesquisa
em Economia da Saúde (GIEPES-UFPE)

RESUMO: Este artigo analisa o mercado de trabalho formal do setor saúde em Teresina entre 2007 e 2016. Foi descrito e analisado a partir da sua evolução, apoiando-se na revisão de literatura teórica e utilizando dados estatísticos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), através dos vínculos ativos por sexo, salário médio e grau de escolaridade. Os resultados mostraram uma tendência crescente do número de vínculos empregatícios no período analisado e a ocorrência de diferenças salariais entre homens e mulheres nas faixas salariais mais elevadas do referido setor.

PALAVRAS-CHAVE: Emprego formal. Capital humano. Teresina.

FORMAL JOB MARKET IN THE HEALTHCARE SECTOR IN TERESINA FROM 2007 TO 2016

ABSTRACT: This paper examines the formal healthcare job market in Teresina from 2007 to 2016. The analysis is based on its progression, drawing from a review of theoretical literature and utilizing statistical data from the Annual Social Information Report (RAIS) and the General Registry of Employed and Unemployed (CAGED). It focuses on active job positions categorized by gender, average salary, and educational level. The findings indicate a consistent increase in job positions during the study period, along with notable salary disparities between men and women in the higher pay brackets within this sector.

KEYWORDS: Formal employment. Human capital. Teresina.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho no setor de saúde tem sua dinamização a partir das transformações históricas e econômicas que permitiram a sua evolução no contexto brasileiro. Teve origem no período colonial,

quando o português Braz Cuba fundou, em 1543, o primeiro hospital, conhecido como a Santa Casa de Santos. Após a Proclamação da República, em 1889, foi que o olhar se voltou para a saúde nacional, quando Carlos Chagas e Oswaldo Cruz criaram o modelo sanitaria (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1965).

De acordo com Silva (2005), o modelo de saúde previdenciário brasileiro começou a apresentar falhas no período militarista devido, em parte, ao resultado das forças políticas que aumentavam o nível de desempregados e a precária distribuição de renda. Naquele momento, foi possível observar o surgimento e o crescimento do setor empresarial de serviços médicos. Todavia, foi com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) que houve, de fato, maior nacionalização dos serviços médicos, redistribuindo aos estados e municípios as responsabilidades e prestando atendimento a um maior número de pessoas que, até então, não havia ocorrido. No entendimento de Girardi e Carvalho (2006), foi a implantação do SUS e os maiores investimentos em iniciativas privadas e tecnologia que propiciaram a criação de novos postos de trabalhos.

No município de Teresina, a prestação de serviços de saúde é distribuída entre clínicas, hospitais, laboratórios, unidades e postos de saúde nas redes de iniciativas pública e privada, que passou de 275 estabelecimentos registrados em 2005, para 366 em 2009, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). De acordo com dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEMDEC (2016), o produto interno bruto de Teresina cresceu em torno de 20% entre os anos de 2013 e 2014, esse crescimento ocorreu, em parte, devido ao aumento das atividades produtivas como comércio, educação e saúde.

Esse estudo se justifica pela necessidade de conhecer melhor o mercado de trabalho desse setor em Teresina, por isso, buscou analisar a sua dinamização, especialmente no que se refere aos vínculos de empregos formais, nesse sentido, o objetivo geral é analisar o comportamento do mercado de trabalho formal do setor saúde de Teresina entre os anos de 2007 e 2016. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma revisão teórica sobre economia do trabalho, sendo o mercado de trabalho do setor saúde de Teresina analisado através de dados estatísticos, cujo período escolhido foi delimitado pela disponibilidade dos dados.

BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Os estudos econômicos sobre o mercado de trabalho e como ele se comporta, iniciaram-se com os economistas clássicos. Partindo da visão de Adam Smith (1983), o trabalho é essencial para produção de bens, cujo aprimoramento de suas forças produtivas é visto como resultado de uma maior divisão do trabalho, que se torna mais produtivo à medida que é dividido, dando espaço para os trabalhadores se especializarem em uma única fase da produção, o que além de economizar tempo entre passagem de uma atividade para outra, aprimoram e aceleram a produção através do uso de máquinas.

Corroborando a visão de Smith, Esteves (2018) cita que um trabalhador executa uma só atividade especializada, mas ao adquirir uma mercadoria, consome o trabalho de muitas outras pessoas; da mesma forma, as diversas mercadorias por ele produzidas são recebidas pelos demais. Desta maneira, o trabalho, na concepção de Smith, torna-se especializado devido à divisão das fases do processo de produção, cujo resultado final será um produto produzido por vários trabalhadores.

Para Mill (1996), o trabalho apresenta as faces corporal e mental, podendo ser explicado como todo incômodo ligado ao emprego dos pensamentos e/ou dos músculos. Além disso, é através do trabalho que é possível encontrar e se apropriar dos objetos naturais, o autor classifica o trabalho como produtivo quando ele resulta em riqueza, adicionando utilidade à mercadoria final, além de apresentar benefícios permanentes. Ao contrário, o trabalho improdutivo não resulta na criação de riqueza material, além de tornar aqueles que o consomem mais pobres e sua utilização está relacionada ao prazer imediato. Contudo, embora as disfunções citadas, o trabalho improdutivo pode apresentar utilidade, pois, mesmo que de forma momentânea, ele também possui capacidade de satisfazer os prazeres do indivíduo.

No entendimento de Colmán e Pola (2009) o trabalho para Marx é visto sendo uma interação do homem com o mundo natural, em que os elementos da natureza são modificados para alcançar um determinado propósito que satisfaça as necessidades do indivíduo. Diante disso, a vontade dos homens faz com que eles utilizem a natureza em detrimento de seu próprio benefício. Em abordagem mais atual, Borjas (2012), em seus estudos sobre economia do trabalho, observa que o trabalho faz parte da rotina da maioria das pessoas, cujo desempenho dos trabalhadores no mercado de trabalho e seus vários aspectos de vínculos empregatícios ajudam a determinar suas riquezas, influenciando não somente em seus consumos, mas em diversas questões sociais e políticas. Além disso, o autor lista trabalhadores, empresas e governo sendo os atores que atuam e influenciam o mercado de trabalho.

Dentre os fatores que influenciam diretamente o mercado de trabalho, pode-se indicar, por exemplo, a demanda e oferta por mão de obra, juntamente com o ponto de equilíbrio entre ambas. A demanda por mão de obra depende das empresas, pois elas são as responsáveis pela decisão do preço a ser pago pela mão de obra, além de escolher a quantidade de trabalhadores que desejam empregar em sua produção. Em contrapartida, os trabalhadores, os quais formam a mão de obra, na busca de seu próprio bem-estar, tendem a gastar mais tempo e esforços em atividades que acreditam lhe proporcionarem maiores remunerações, e esta relação resulta na curva de oferta de trabalho. Outro autor que se dedicou ao assunto foi Marshall (1996), enfatizando a venda da mão de obra do trabalhador, neste sentido, o trabalhador é remunerado por abrir mão de horas de lazer para que possa ofertar sua força de trabalho no mercado de trabalho. É neste momento que o trabalhador deve optar por mais horas de lazer ou por horas de trabalho que permitem lhe trazer remuneração.

Na visão macroeconômica, o emprego depende do volume de investimento, da demanda efetiva e do poder de compra dos consumidores, desta forma, o equilíbrio do nível de emprego depende da função da oferta agregada, além da propensão a consumir e do montante de investimento, sendo que o mercado não absorve toda a mão de obra disponível, podendo fazer alusão ao desemprego involuntário, conforme Keynes (1996).

Na teoria do capital humano, são os investimentos em atividades de inovação, pesquisa e educação que se tornam essenciais. Como explica Schultz (1973) ao abordar como a qualidade do esforço humano pode ser ampliada através dos investimentos, que para ele podem ampliar e melhorar a capacidade produtiva, além disso, o investimento em capital humano é apontado sendo responsável pela maior parte da elevação dos rendimentos reais por trabalhador. Como exemplo de benefícios do investimento em capital humano, o que merece destaque é o crescimento econômico, que conforme Kelnar; Lopes; Pontili (2013) pode ser visto como resultado de melhorias no fator humano e investimento, esse crescimento só irá se manifestar quando o capital humano trouxer não apenas aumento na quantidade de produção, mas pelos benefícios diretos para os seres humanos.

No setor da saúde, a utilização do capital humano desenvolve novas tecnologias, que corroboram com maior eficiência e manutenção da saúde da população. Como coloca Lorenzetti et al. (2012) a “ciência e tecnologia são instrumentos importantes para a saúde e o tratamento de doenças, assim como para a construção de um momento civilizatório de paz e de vida digna e decente para todos”. O autor enfatiza a saúde sendo um bem ou valor que tem prioridade alta, assim o setor de saúde deve estar alinhado aos avanços tecnológicos para que enfrente ameaças e vulnerabilidades da sociedade.

O MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO SETOR SAÚDE EM TERESINA

O estudo foi delimitado para o município de Teresina devido a maior concentração dos serviços de assistência médico-hospitais do setor de saúde no Piauí.

Antes de torna-se capital do Piauí, em 1852, o município de Teresina era conhecido como Vila do Poti, seus primeiros habitantes eram pescadores, plantadores de mandioca e canoieiros. Diante da necessidade de melhorar a logística do escoamento de mercadorias da época, a capital do Piauí deixa de ser Oeiras, e passa a ser Teresina, que ganha esse nome em homenagem a Imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon. Vale ressaltar, que essa mudança fez com que Teresina se tornasse a primeira cidade planejada do Brasil (SEMPPLAN, 2018).

O município de Teresina possui uma área de 1.391,981 (km²), e uma população estimada em 864.845 habitantes em 2019 de acordo com último censo realizado pelo IBGE. Sua densidade demográfica corresponde a 584,94 hab/km. Seu mercado de trabalho registrou, em 2017, 304.981 pessoas ocupadas, que corresponde a 35,9 % da população ocupada, com a média salarial de 2,8 salários mínimos e seu PIB *per capita* registrou 22.597,68 R\$ segundo IBGE (2019).

Fonte dos dados

A pesquisa utilizou dados secundários extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, coletados para o município de Teresina para os anos de 2007 e 2016. O estudo fez uso do método comparativo para descrever e analisar o mercado de trabalho formal, com seus vínculos empregatícios por sexo, escolaridade, faixa etária, salário médio das principais ocupações do setor saúde em Teresina.

Procedimentos empíricos

Os dados foram organizados de acordo com o nível de complexidade adotado pela Classificação Brasileira das Ocupações (CBO), estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa organização permitiu agrupar as diversas ocupações encontradas em 6 grupos, sendo eles: Grupo 1 – inclui os membros dirigentes e organizações públicas e de empresas; grupo 2 – os profissionais das ciências e das artes; grupo 3 – os técnicos de nível médio; grupo 4 – os trabalhadores administrativos; grupo 5 – os trabalhadores de serviços e vendedores e grupo 9 – os trabalhadores de manutenção e reparação. Os dados foram dispostos em tabelas e gráficos.

Análise dos resultados

Evolução do número de trabalhadores formais do setor saúde de Teresina

De acordo com as informações do Gráfico 1, observa-se uma tendência crescente do número de trabalhadores formais vinculados ao setor de saúde em Teresina no período de 2007 a 2016. O nível de emprego formal apresentou um aumento percentual de 189,70%, o que correspondeu a 13.427 das pessoas empregadas no referido setor.

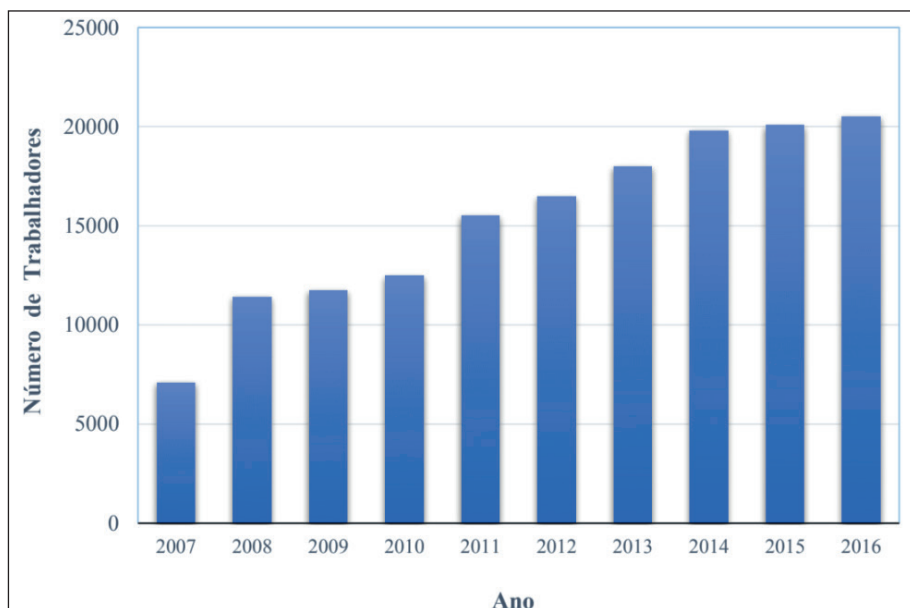


Gráfico 1 - Evolução do número de trabalhadores formais por vínculos ativos do setor saúde de Teresina no período de 2007 a 2016.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CAGED/RAIS/MTE (2019).

Quando se analisa o crescimento entre um ano e outro, observa-se um maior aumento percentual no ano de 2008, relativamente ao ano de 2007, que correspondeu a 61,23%, equivalendo a 4.334 profissionais vinculados ao setor. Entre 2010 e 2011, o percentual de aumento foi 24,29% correspondendo a um total de 3.021 vínculos empregatícios; posteriormente, o ano de 2014, apresentou 10,13%, que equivale a 1.822 vínculos ativos no setor. De acordo com os dados, os anos que apresentaram as menores taxas de aumento com relação ao ano anterior foram: 2015, 2016 e 2009, cujas taxas de crescimento foram respectivamente 1,33%, 2,21% e 2,91%.

Distribuição do emprego formal do setor saúde em Teresina pela Classificação Brasileira das Ocupações (CBO)

O Gráfico 2 mostra a distribuição do emprego formal do setor saúde segundo a classificação brasileira das ocupações. De acordo com as informações disponíveis, observa-se que a categoria recepcionistas obteve o maior número de profissionais lotados no setor da saúde em Teresina, eles também foram os profissionais que apresentaram a maior variação percentual entre 2007 a 2016, correspondente a 75,27%, seguidos dos técnicos em enfermagem que obtiveram variação de 58,03% no mesmo período. Na terceira posição estão os enfermeiros alcançando uma variação de 21,74%.

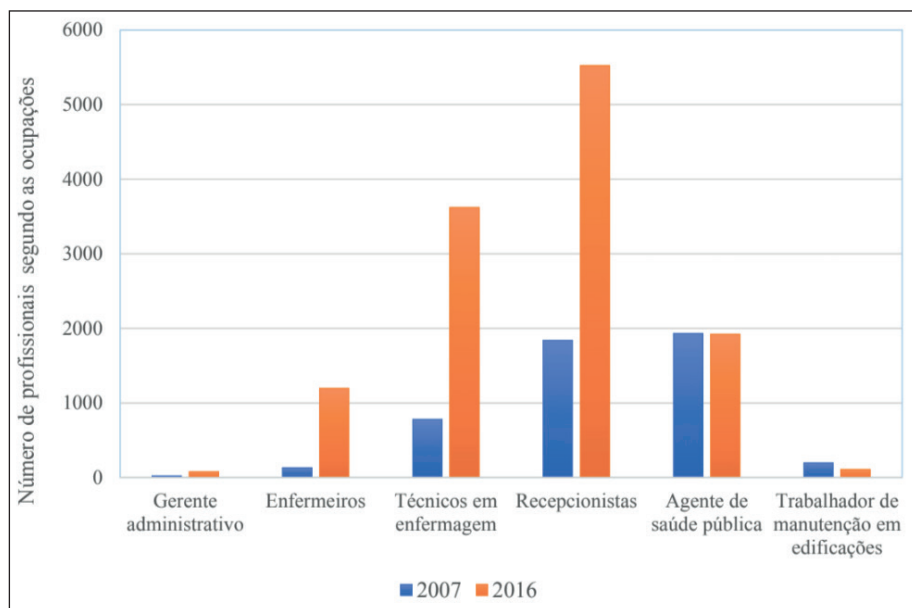


Gráfico 2 - Distribuição do número de trabalhadores formais por vínculos ativos, do setor saúde de Teresina, segundo as principais ocupações nos anos de 2007 e 2016.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2019).

Vale ressaltar que, a CBO classifica as ocupações de acordo com o tipo de atribuições dos cargos, levando em consideração o nível de escolaridade necessária para desempenhar as atividades laborais. Ela classifica os recepcionistas sendo do grupo que exigem do profissional apenas o ensino médio completo. Já os técnicos em enfermagem, que se incluem no grupo 3, são caracterizados pela escolaridade de nível técnico profissionalizante, sendo as ocupações que aparecem em segundo lugar dentre as ocupações com maior número de profissionais lotados no setor. Quanto aos enfermeiros, classificados no grupo 2, que tem como critério de inclusão os profissionais cujas atividades requerem maiores níveis de aperfeiçoamento de técnicas e, portanto, o ensino superior completo, aparece como a terceira ocupação com maior número de trabalhadores do setor. Diante das exigências de classificação e números apresentados, vale destacar que as ocupações de recepcionistas, técnicos em enfermagem e enfermeiros, diminuem de acordo com o maior grau de escolaridade que são exigidos em cada ocupação.

Distribuição do emprego formal do setor saúde em Teresina por nível de escolaridade

O Gráfico 3 apresenta a distribuição do nível de escolaridade total do setor em 2007 e 2016 por vínculos ativos. Observa-se que no período estudado, a maior parte de vínculos ativos possui apenas o ensino médio completo, que representa 48,92% do total do número

de empregados no setor em 2007 e 60,58% em 2016. Vale ressaltar aumento absoluto no número de profissionais que possuem o ensino superior completo, uma vez que em 2007 apresentou apenas 7,88%, e em 2016, 26,25% equivalendo a diferença de 4.825 profissionais empregados.

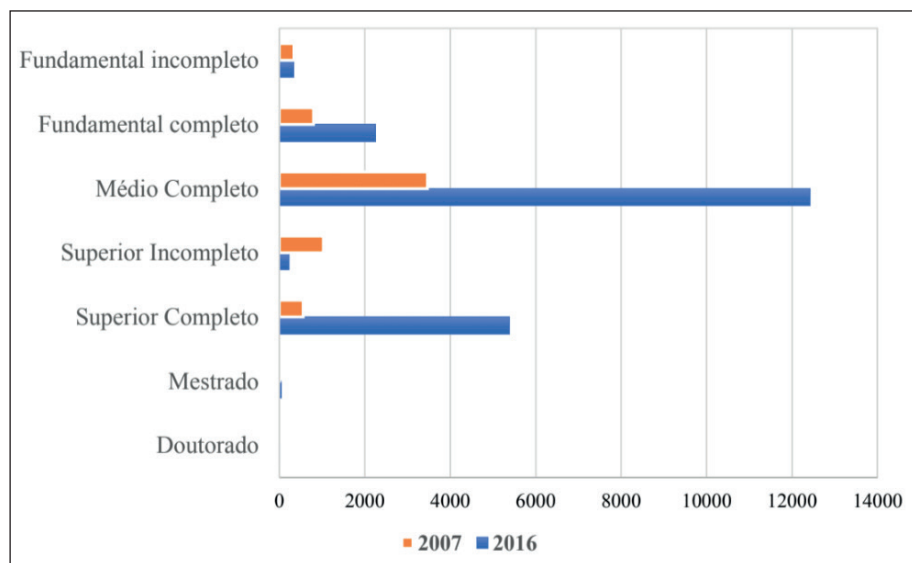


Gráfico 3 – Distribuição do número de trabalhadores do setor s em Teresina, por nível de escolaridade, entre 2007 e 2016.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2019).

Observou-se também que o número de empregados com escolaridade abaixo do ensino médio completo reduziu ao longo do período estudado. Além disso, o número de profissionais com mestrado também teve elevação de 0,18% em 2016, embora não seja um percentual elevado, em 2007 haviam apenas 2 profissionais com esse grau de escolaridade, e 39 profissionais até o final de 2016.

A nível de doutorado, em 2007, não haviam nenhum profissional no setor saúde, porém, em 2016, foram registrados 3 profissionais com esse grau. Essas variações mostram que os trabalhadores no setor de saúde estão buscando melhor destaque no mercado de trabalho através do investimento em capital humano.

Essa diferença no nível de escolaridade dos trabalhadores no setor pode ser explicada através dos investimentos destinados à educação que tem possibilitado o maior acesso ao nível superior, como exemplo citam-se os programas – Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), entre outros programas.

Distribuição do emprego formal do setor saúde em Teresina por faixa salarial média, segundo sexo masculino e feminino

É possível observar no Quadro 1 a predominância da faixa entre 1 a 3 salários mínimos para homens e mulheres que trabalham no setor da saúde em Teresina. Tanto para o sexo masculino quanto feminino o percentual correspondeu a 70,9% e 68% , respectivamente no ano de 2007, e na faixa salarial entre 1 a 1 salário e meio, para ambos, no ano de 2016.

Faixa salarial média	Masculino (%)		Feminino (%)	
	2007	2016	2006	2017
Até 0,50	0,33	0,53	0,29	0,35
0,51 a 1,00	4,11	2,00	6,60	1,41
1,01 a 1,50	70,90	26,20	68,00	36,60
1,51 a 2,00	11,89	28,03	13,27	26,91
2,01 a 3,00	6,82	17,33	6,40	14,70
3,01 a 4,00	2,75	5,53	2,07	5,90
4,01 a 5,00	1,79	2,60	1,50	2,73
5,01 a 7,00	0,58	3,60	0,50	4,71
7,01 a 10,00	0,43	2,,57	0,19	2,61
10,01 a 15,00	0,05	6,86	0,01	2,78
15,01 a 20,00	0,10	2,75	0,00	0,76
Mais de 20,00	0	1,60	0,00	0,22
{ñ class}	0,25	0,40	1,17	0,32

Quadro 1 – Distribuição do número de trabalhadores do setor saúde em Teresina, por faixa salarial média (salário mínimo), por sexo masculino e feminino em 2007 e 2016.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2019).

As evidências mostram que houve uma melhor redistribuição salarial para o sexo masculino nas faixas salariais de dez a vinte salários mínimos entre 2007 e 2016, embora discretamente. De forma semelhante, observa-se, também, para os profissionais do sexo feminino.

De maneira geral, houve elevação do número de mulheres que ocupam as faixas salariais mais altas do setor, mesmo que em termos totais o setor não tenha apresentado resultados mais elevados para essas faixas salariais, evidências observadas em outros setores econômicos, pois não se trata de um fato inerente ao setor de saúde. A maior parcela da mão de obra ativa está na faixa etária de 30 a 39 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo descrever o comportamento do mercado de trabalho do setor de saúde em Teresina entre 2007 e 2016. Diante dessa análise descritiva, constatou-se que esse setor apresentou profissionais classificados em seis grupos. Isso releva a sua capacidade em possuir, indiretamente, um potencial para criação de empregos em diversas áreas.

A força de trabalho feminina possui uma relação maior com as atividades envolvidas com os cuidados assistencialistas da saúde humana, fator que contribui para uma parcela relativamente importante da força de trabalho existente no setor. Entretanto, assim como ocorre em outros setores da economia, as evidências mostram a disparidade salarial entre mulheres e homens, ou seja, uma assimetria das faixas salarial entre homens e mulheres, principalmente para as faixas salariais mais altas do setor no período analisado.

De modo geral, o setor da saúde tem sido importante para a economia de Teresina, pois a partir da descrição aqui realizada, caracteriza-se por ser uma atividade econômica impulsionadora da geração de empregos com carteira assinada para a população.

REFERÊNCIAS

BORJAS, George. Economia do trabalho. 5. Ed. São Paulo: AMGH, 2012.

BRASIL. **Classificação brasileira das ocupações**. Ministério do Trabalho. 2019. Disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf?jsessionid=LD6tI0gx9W1KVJV9GZ1yY02I.slave18:mte-cbo#7>>. Acesso em: 14 de set. de 2019.

_____. Constituição (2018). Art. 196. 4. ed. Brasília: Senado, 2016.

_____. Sus a saúde do Brasil. Ministério da Saúde. Brasília, 2011.

CÓLMAN, Evaristo; POLA, Karina. Trabalho em marx e serviço social. Serviço Social em Revista. [S.l], 2009.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FUNDAÇÃO CEPRO. Cepro Apresenta o PIB dos Municípios 2014. Piauí. FUNDAÇÃO CEPRO. 2016. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/noticia.php?id=440>.>. Acesso em 14 de set. de 2018.

GIL, A. C. Métodos de técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, S. C; CARVALHO. C. L. Configurações do mercado de trabalho dos assalariados em saúde no Brasil. Belo Horizonte: PROFAE, 2006.

IBGE. Área da unidade territorial. Teresina, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama> >. Acesso em 17 de out. de 2019.

_____. População estimada 2018. Teresina, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama> >. Acesso em 17 de out. de 2019.

_____. **Estabelecimentos de Saúde**. Teresina. IBGE. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/pesquisa/32/28163>>. Acesso em 14 de set. de 2018.

KEYNES, J.M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo. Nova cultura, 1996.

KON, Anita. Ecomia do trabalho: qualificado e segmentação. Rio de Janeiro, Atlas books, 2015.

LORENZETT, J. *et al.* Tecnologia, inovação tecnológica e saúde: uma reflexão. Florianópolis, 2012.

LUZ, M.T. Notas sobre as políticas de saúde no brasil de “transição democrática”. Revista de saúde coletiva. Vol, 1. 1991.

MACHADO. M. H. et al. O mercado de trabalho em saúde no Brasil: estrutura e conjuntura. Rio de Janeiro, 1992.

_____. Tendência do mercado de trabalho em saúde no brasil: Rio de Janeiro. 2011.

MARSHALL, Alfred. Principios de economia. São Paulo. Nova cultura. 1996.

MARX, Karl. O capital. Boitempo. São Paulo. 2013.

MILL, Stuart. Principios de economia política. São Paulo. Nova Cultura. 1996.

MILLER, R. Microeconomia, teoria questoes e aplicações. São Paulo. McGraw-hill. 1943.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Díficeis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SUS: A saúde do Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_saude_brasil_3ed.pdf >. Acesso em 22 de out. de 2018.

OLIVEIRA, R; GENNARI, A. N. História do pensamento econômico. São Paulo. Saraiva. 2009.

POCHMANN, Marcio. Balanço de duas décadas do emprego no Brasil. Ministério da saúde. 2002.

RICARDO, David. Principios de economia política e tributação. Nova cultura. São Paulo. 1996.

ROCHA, M. E; NUNES, B.M. Expansão dos cursos de graduação em Enfermagem: estudo no Piauí. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 2013, mai/jun 2013.

SCHULTZ, T. W. O capital humano, investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro. Zahar. 1973.

SEMDEC. PIB de Teresina cresce 20% em um ano e já é o 19º entre as capitais brasileiras. Teresina, SEMDEC, 2016. Disponível em: < <http://www.portalpmt.teresina.pi.gov.br/noticia/PIB-de-Teresina-cresce-20-em-um-ano-e-ja-e-o-19o-entre-as-capitais-brasileiras/13260> >. Acesso em 13 de set. de 2018.

SEMPPLAN. **História de Teresina**. Teresina, 2018. Disponível em <<https://semplan.teresina.pi.gov.br/historia-de-teresina/>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

SILVA, Darlan; LIMA, E. S. O setor de saúde pública em Teresina: uma análise dos gastos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no período de 2003 a 2015. **Jornal Brasileiro de Economia da Saúde**. 2017. Disponível em: < http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/04/883026/doi-1021115_jbesv9n3p282-91.pdf >. Acesso em 24 de Nov. de 2018.

SILVA, J. J. C. Saúde no Brasil: evolução histórica, SUS e desafios futuros. 2005. 219 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. **São Paulo: Abril Cultura, 1983**, v.1.

VIEIRA, A. L.S; OLIVEIRA, E. S. Mercado de trabalho em saúde no Brasil: empregos para enfermeiros nas três últimas décadas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília 2001, out./dez 2001.

WERMELINGER, et al. A Força de Trabalho do Setor de Saúde no Brasil: Focalizando a Feminização. *Revista Divulgação em Saúde para Debate*. Rio de Janeiro, No.45 mai 2010.

ZURRON, D. O emprego na teoria econômica. São Paulo, Fundação Getulio Vargas, 1995.

ESTUDIO DE LA POBREZA EN LOS MUNICIPIOS DEL ESTADO DE CAMPECHE, MÉXICO

Data de submissão: 21/01/2024

Data de aceite: 01/03/2024

Carlos Alberto Pérez Canul

Doctor en Ciencias de la Administración
Universidad Autónoma de Campeche
Campeche, México
<https://orcid.org/0000-0002-7219-8912>

Charlotte Monserrat Llanes Chiquini

Universidad Autónoma de Campeche
Campeche, México
<https://orcid.org/0000-0001-8389-5943>

Amor Alondra Quintal González

Universidad Autónoma de Campeche
Campeche, México

Roger Manuel Patrón Cortés

Universidad Autónoma de Campeche
Campeche, México

Thania del Carmen Tuyub Ovalle

Universidad Autónoma de Campeche
Campeche, México

Cindy Janette Gómez Rosado

Universidad Autónoma de Campeche
Campeche, México

RESUMEN: Estudios realizados sobre el desarrollo económico de México, nos muestran claramente que el país ha tenido un desarrollo regionalmente desequilibrado y la tendencia apunta a un agravamiento de esos desequilibrios en el futuro, por lo

que frente a este panorama el gobierno federal, los gobiernos estatales y sobre todo los gobiernos municipales en conjunto con entidades educativas y otros actores de la sociedad deben asumir una posición de liderazgo proactivo que permita combatir los problemas sociales en cada una de las regiones. Es hora de replantear la responsabilidad social en todas sus dimensiones y niveles, para mejorar de manera conjunta la competitividad y así mejorar la calidad de vida de los habitantes del país.

En una primera etapa es importante partir de un análisis claro de la situación de la pobreza en cada entidad federativa analizando las diversas variables que influyen en esta situación.

Este documento presenta los resultados de la investigación “Estudio de la pobreza en los municipios del estado de Campeche, México.” El cual propone un análisis de diversas variables que influyen en la medición de la pobreza, mediante el índice de Rezago Social (IRS) diseñado por el Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL) para determinar las asimetrías existentes en cada municipio del estado de Campeche, México.

PALABRAS-CLAVE: Competitividad, Calidad de vida, Desarrollo Social.

STUDY OF POVERTY IN THE MUNICIPALITIES OF THE STATE OF CAMPECHE, MEXICO

ABSTRACT: Studies carried out on the economic development of Mexico clearly show us that the country has had regionally unbalanced development and the trend points to a worsening of these imbalances in the future, so in the face of this panorama the federal government, state governments and Above all, municipal governments together with educational entities and other actors in society must assume a proactive leadership position that allows them to combat social problems in each of the regions. It is time to rethink social responsibility in all its dimensions and levels, to jointly improve competitiveness and thus improve the quality of life of the country's inhabitants.

In a first stage, it is important to start with a clear analysis of the poverty situation in each federal entity, analyzing the various variables that influence this situation.

This document presents the results of the research "Study of poverty in the municipalities of the state of Campeche, Mexico." Which proposes an analysis of various variables that influence the measurement of poverty, through the Social Lag Index (IRS) designed by the National Council for the Evaluation of Social Development Policy (CONEVAL) to determine the existing asymmetries in each municipality. from the state of Campeche, Mexico.

KEYWORDS: Competitiveness, Quality of life, Social Development.

INTRODUCCIÓN

Diversas investigaciones realizadas sobre el desarrollo económico de México, nos muestran que el país ha tenido un desarrollo regionalmente desequilibrado y la tendencia apunta a un agravamiento de esos desequilibrios en el futuro, por lo que frente a este panorama el gobierno federal, los gobiernos estatales y sobre todo los gobiernos municipales en conjunto con entidades educativas y otros actores de la sociedad deben asumir una posición de liderazgo proactivo que permita combatir los problemas sociales en cada una de las regiones. Es hora de replantear la responsabilidad social en todas sus dimensiones y niveles, para mejorar de manera conjunta la competitividad y así mejorar la calidad de vida de los habitantes del país.

En lo que se refiere a la medición de la pobreza, en cumplimiento de las disposiciones establecidas en la Ley General de Desarrollo Social (LGDS), el Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL) tiene la responsabilidad de informar las estimaciones de pobreza en México y para cada entidad federativa. La finalidad de esta información es proporcionar elementos para mejorar las políticas públicas tendientes a la superación de la pobreza en México. Al conocer el estado que guardan las dimensiones que conforman el fenómeno de la pobreza en México los órdenes de gobierno (federal, estatal y municipal) pueden identificar las áreas en las que se requiere redoblar los esfuerzos institucionales, así como las regiones del país donde es necesario fortalecer la atención prioritaria de la población en situación de pobreza o vulnerabilidad económica o social. (Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2014)

Objetivo

El objetivo general de la investigación consiste en medir la pobreza de los municipios del estado de Campeche, con respecto al Índice de Rezago Social (IRS) del Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL).

MARCO TEÓRICO

Conceptualización de la Pobreza

Para conceptualizar la pobreza se requiere definir quiénes son los pobres, se considera que primero se deben cuantificar los entes, característica o situación, para ello es imprescindible tener claro el concepto a medir, por lo que es necesario elegir el concepto de pobreza, pues ello condicionará el enfoque con el que se trabajará. El cuantificar la pobreza implica encontrarse entre las nociones de pobreza “absoluta” y “relativa”, entre los enfoques “directo” e “indirecto” y entre las perspectivas “objetiva” y “subjetiva” (Ravallion, 2003). Vale la pena recordar que ningún método de identificación y agregación es por sí solo suficiente, por lo que el uso combinado de los mismos puede ser una opción más acertada para la cuantificación de la pobreza. (Ortiz & Ríos, 2013)

Una medida primaria de la pobreza es unidimensional, la cual consiste sencillamente en partir del umbral de pobreza y todas las personas que se encuentran debajo del umbral son pobres, con ello se obtiene una tasa de pobreza, la cual consiste en dividir el número de pobres en la sociedad, entre la población total. Generalmente se considera que esta medida es deficiente, pues no indica la proporción en que el ingreso de las personas está por debajo del umbral ni qué carencia es la más arraigada.

La pobreza es un fenómeno multidimensional que afecta la vida de las personas, niega la igualdad de oportunidades y las excluye de las actividades económicas, sociales y culturales de su comunidad. La pobreza se refleja no sólo en bajos niveles de ingreso, sino también en las precarias condiciones de vida de la población, es decir, en la imposibilidad de acceder a una alimentación adecuada, a servicios educativos, a servicios de salud, a fuentes formales de empleo, a una vivienda digna, a una pensión, entre otros aspectos. Esta situación puede propiciar que las familias y los individuos experimenten por varias generaciones condiciones de pobreza (Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2014).

Para el CONEVAL (2014) la pobreza multidimensional implica que una persona se encuentra en situación de pobreza multidimensional cuando no tiene garantizado el ejercicio de al menos uno de sus derechos para el desarrollo social, y si sus ingresos son insuficientes para adquirir los bienes y servicios que requiere para satisfacer sus necesidades. (Ortiz & Ríos, 2013)

Para establecer una medida multidimensional de pobreza es necesario: i) definir el marco conceptual adoptado para su medición; ii) precisar la unidad de observación del estudio (individuo u hogar); iii) delimitar las dimensiones así como las variables e indicadores que las caracterizan; iv) establecer la importancia relativa de cada dimensión y, en consonancia, estipular los ponderadores de los indicadores; v) seleccionar los umbrales de pobreza (satisfacción mínima) tanto para cada dimensión como de manera global para la identificación de las personas que la padecen, es decir, quién es pobre según el punto de vista multidimensional, y vi) especificar los métodos de agregación tanto dentro como por medio de las dimensiones. Además, y no menos importante, es necesario contar con la fuente de información que permita medir cada una de las dimensiones propuestas según el enfoque teórico adoptado (Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2014)

Definición, identificación y medición de la pobreza en México.

En México, hasta antes de la promulgación de la Ley General de Desarrollo Social (LGDS) en 2004 y la creación del Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL) mandatado por ésta, la mayoría de los estudios sobre medición y análisis de la pobreza estaba basada en una perspectiva unidimensional, la cual utilizaba el ingreso como una aproximación del bienestar económico de la población. Con esta perspectiva, la identificación de la población en pobreza se realiza de manera indirecta, es decir, se contrasta el ingreso de las personas con una línea de pobreza que permite valorar si dicho ingreso es insuficiente para satisfacer sus necesidades y, por ende, determinar si la persona es pobre o no. (Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2014)

El concepto y las mediciones de la pobreza han estado sujetos a una gran polémica, particularmente entre las visiones opuestas del enfoque biológico o de mera subsistencia y el de privación o pobreza relativa. Adoptar uno u otro tiene una enorme repercusión en los cálculos sobre la incidencia e intensidad de la pobreza e incluso sobre el signo de su evolución a lo largo del tiempo. (Boltvinik, 1997)

Detrás de las diferencias metodológicas y conceptuales, pero sobre todo detrás de la fijación de umbrales, subyacen diferencias ideológicas profundas. En términos generales puede decirse que la fijación de umbrales es un acto político. Como ha dicho Nancy Fraser, no hay mayor poder sobre otra persona que definir sus necesidades. La fijación de umbrales de pobreza bajos conlleva una concepción minimalista de las necesidades humanas, su reducción a niveles de subsistencia biológica, casi equiparables a las de los animales. Ello contribuye, además, a legitimar niveles salariales bajos y, por lo tanto, altas tasas de ganancia. Pero también cumple una función apologética del orden social existente. Mientras más bajos son los umbrales fijados, más baja es la incidencia de la pobreza. A partir de

diagnósticos en los que una fracción reducida de la población es identificada como pobre, se puede conceptualizar la pobreza como un fenómeno marginal o residual, susceptible de ser abatido mediante políticas y programas especiales, es decir, sin tener que modificar la política económica vigente. Umbrales más altos, que resultan en incidencias de la pobreza mucho mayores, obligan a poner en duda las políticas económicas vigentes. Las mediciones de pobreza suelen interpretarse como un juicio sobre las bondades del orden social. De ahí la enorme carga ideológica que conllevan (Boltvinik, 1997).

En las metrópolis modernas han surgido nuevas categorías de pobres cuyos niveles de carencias son menores a los definidos para el medio rural, pero son reveladoras de nuevos mecanismos de empobrecimiento, desventaja y desigualdad que impactan, de manera directa, en la situación económica, cultural, social e institucional de las ciudades y dejan al margen de las ventajas de la modernidad a aquella población que ahora se identifica como nuevos pobres (Padilla, 2011).

Bajo el entendido de que la pobreza es un fenómeno multidimensional cuyas causas centrales van más allá del ingreso y se relacionan con carencias vitales que los pobres enfrentan, entre las más recurrentes están las relacionadas con la falta de acceso al empleo formal, a la educación y servicios de salud; la vulnerabilidad que presenta ante situaciones de crisis; la exclusión y la falta de voz y participación social, por lo que la metodología de análisis deberá incluir en enfoques tanto cuantitativo como cualitativo. En este contexto, la ciudad de México, como capital del país y cuya primacía se ha mantenido desde principios del siglo XX hasta nuestros días, su población ha sido testigo del deterioro de las condiciones de vida en una urbe cuya capacidad de generar empleo de calidad, bien remunerado, es cada vez más limitada para una amplia mayoría; esta coyuntura favorece la desigualdad social y la presencia de los nuevos pobres urbanos quienes han sido poco estudiados debido a que el interés del Estado se ha enfocado, principalmente, al medio rural (Padilla, 2011).

METODOLOGÍA

Enfoque.- El estudio presenta un enfoque cuantitativo basado en mediciones numéricas y análisis estadístico que establecen patrones de comportamiento.

Tipo.- El estudio es descriptivo, ya que únicamente pretende medir información de manera conjunta sobre las variables de referencia.

Participantes en el estudio

Universo y muestra. - Los participantes de este fueron la totalidad de los municipios en el estado de Campeche (11). Cabe aclarar que no se considera el nuevo municipio de Seybaplaya ya que fue oficialmente elevado a este rango en febrero de 2019 y por lo tanto no se cuenta con información del índice.

Instrumento. La metodología y el instrumento fue desarrollado por el CONEVAL para la medición del índice de rezago social (IRS). El manejo de datos tiene por propósito la comprobación de una o varias variables del objetivo de la investigación.

Metodología. En el documento *Los Mapas de Pobreza en México*, junto con su anexo estadístico y geográfico, se dan a conocer los resultados de las estimaciones realizadas por el CONEVAL para la medición multidimensional de la pobreza a nivel estatal y municipal. Los mapas muestran dos medidas de carencias: la pobreza por ingresos y el índice de rezago social. Estas mediciones se construyeron a partir de los indicadores que marca la Ley General de Desarrollo Social y que deben ser considerados en la definición, identificación y medición de la pobreza.

El Índice de Rezago Social

La construcción del índice de rezago social tiene como intención cumplir con tres criterios básicos:

En primer lugar, se consideró la oportunidad de la información, incorporando la información disponible acorde a los indicadores de pobreza y a los niveles de desagregación que marca la Ley y de la información disponible.

En segundo lugar, se seleccionó una base de datos cuya estructura permitiera obtener indicadores en los niveles de agregación de localidades, municipal, estatal y nacional. Sobre la base de estos dos primeros criterios se decidió utilizar la base de datos

En tercer lugar, se optó por la técnica estadística de componentes principales ya que permite resumir en un indicador agregado las diferentes dimensiones del fenómeno en estudio.

Para la construcción del índice de rezago social se consideraron los siguientes indicadores:

- Educativos.
- Acceso a servicios de salud.
- Calidad y espacios en la vivienda.
- Servicios básicos en la vivienda.
- Activos en el hogar.

El índice resultante permite ordenar las unidades de observación (localidad, municipio, estado) según sus carencias sociales. Además, esta técnica es la misma que utiliza CONAPO para la construcción del índice de marginación. El Índice de Rezago Social se construye como una suma ponderada de los diferentes indicadores. Para su construcción se utilizan como ponderadores los coeficientes de la primera componente. El índice es estandarizado de tal forma que su media sea cero y su varianza unitaria.

De esta forma se crearon cinco estratos que son: muy bajo, bajo, medio, alto y muy alto rezago social, y que dan la idea de grupos de localidades, municipios y estados que van de aquellos que muestran un menor a una mayor carencia en los indicadores que conforman el índice, respectivamente. (Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2014)

RESULTADOS

De acuerdo con la metodología establecida para la medición del rezago social (IRS) del Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL) se presentan los siguientes resultados:

MUNICIPIO	IRS
Calakmul	1.0936
Calkiní	-0.21754
Campeche	-1.38336
Candelaria	0.46395
Carmen	-0.9417
Champotón	-0.3767
Escárcega	-0.34753
Hecelchakán	-0.15203
Hopelchén	0.17493
Palizada	-0.41531
Tenabo	-0.07808

Tabla 1 Resultado del índice de rezago social (IRS) para el estado de Campeche.

La tabla 1 nos indica los resultados del Índice de Rezago social (IRS), sin embargo, cabe señalar los cinco estratos que son: muy bajo, bajo, medio, alto y muy alto rezago social, y que dan la idea de grupos de localidades, municipios y estados que van de aquellos que muestran un menor a una mayor carencia en los indicadores que conforman el índice, es decir que menores carencias son negativos y en dicha escala si se tiene mayores carencias más aumentarían los números positivos en la escala.

Como se observa en la tabla 1, los municipios están ordenados alfabéticamente, sin embargo podemos visualizar según los resultados obtenidos por el CONEVAL para el estado de Campeche y considerados para el presente estudio, se tiene que los resultados de los primeros lugares en menor rezago social son el municipio de Campeche, el más competitivo siendo la cabecera del estado y ubicándose el municipio del Carmen en el segundo lugar, lo cual no resulta una sorpresa debido a la dinámica económica que le deja a la localidad la industria petrolera y el municipio de Palizada en el tercer sitio. Los últimos sitios del IRS son ocupados por Candelaria (10) y Calakmul en el último puesto (11).

CONCLUSIONES

Los resultados obtenidos en la medición del IRS confirman el grado de rezago social existente en el estado de Campeche, con lo surge la necesidad de proponer e implementar políticas públicas que permitan incrementar la competitividad en la región y por ende incrementar el nivel de vida de la población, establecer políticas públicas contra la pobreza apoyaría en una mejoría tanto en el nivel de vida como en la competitividad, sobre todo en los municipios en donde el índice de rezago social nos demuestra las carencias de los habitantes de dichos municipios.

Es deseable un organismo en cada estado que se encargue de monitorear de forma permanente, autónoma e independiente los resultados de la política económica de los gobiernos estatales y que esta información sea considerada en el diseño de la política económica regional.

REFERENCIAS

Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. (2014). MEDICIÓN MULTIDIMENSIONAL DE LA POBREZA EN MÉXICO. El Trimestre Económico, 5-42.

Boltvinik, J. (1997). Diversas visiones sobre la pobreza en México. Factores determinantes. Política y cultura, 115-135.

CONAPO. (20 de agosto de 2011). CONAPO. Obtenido de www.conapo.gob.mx el 10 de agosto de 2017.

INEGI. (1995). Indicadores de competitividad de la economía mexicana. Aguascalientes: Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática.

Ortiz, G. J., & Ríos, B. H. (2013). La Pobreza en México, un análisis con enfoque multidimensional. Análisis Económico, XXVIII(69), 189-218.

Padilla, I. V. (2011). Pobreza y segregación territorial en la ciudad de México. Revista Geográfica de América Central, 1-14.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. (2007). Índice de competitividad social. México: NA.

Ravallion, M. (2003). The Debate on Globalization, Poverty and Inequality: Why Measurement Matters. International affairs, 79(4), 739-753.

LUAN VINICIUS BERNARDELLI: Professor da Universidade Federal de Goiás. Graduado em Economia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Foi Visiting Scholar na Southern Cross University (Austrália). Atua nas áreas de Economia monetária e financeira, Economia Regional, Economia da Religião e Economia da Saúde. Também atua como revisor ad hoc em diversos periódicos nacionais e internacionais. Possui publicações em diversas áreas da economia, com trabalhos aprovados em revistas como Nova Economia, Journal of Religion & Health, Sustainability, Public Administration Quarterly, Economic Analysis of Law Review, Local Government Studies, Review of Applied Economics, Review of Social Economy, Estudos Econômicos, entre outras.

A

Arranjos institucionais 22, 23, 25, 26, 36, 41

B

Bem-estar social 89

C

Capital de giro 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 57, 60, 62, 64, 65, 67

Capital humano 43, 44, 68, 71, 75, 78

Colaboração empresarial 89

Comércio de varejo 89

Competitividade 10, 51, 64

Conservação ambiental 89

Cooperação 13, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 34, 38, 40

Crescimento comunitário 89

D

Desenvolvimento social 89

Desperdício de alimentos 1, 2, 3, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

E

Economia circular 1, 3, 6, 7, 8, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21

Economia sustentável 89

Eficiência competitiva 89

Emprego formal 68, 72, 73, 74, 76

Estrutura organizacional 22

G

Gerenciamento de recursos hídricos 22

Gestão hídrica 22, 23, 30, 32

M

Microempreendedorismo 89

O

Oportunidades de emprego 89

P

Pequenos negócios 47, 51, 58, 64

Poder deliberativo 22, 23, 36, 42

Programa de Combate e Prevenção ao Desperdício e à Perda de Alimentos 1

Q

Qualidade de vida 89

R

Redução de desperdício 89

S

Sustentabilidade 1, 4, 5, 9, 16, 18, 20, 30, 44, 61, 64

T

Teresina 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Tomada de decisão 23, 24, 29, 32, 33, 34, 35, 61

V

Varejo 2, 47, 49, 50, 65, 66, 89

ECONOMIA GLOBAL:

MERCADOS, POLÍTICAS
E ESTRATÉGIAS 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2024

ECONOMIA GLOBAL:

MERCADOS, POLÍTICAS
E ESTRATÉGIAS 2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br